

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
LINHA DE PESQUISA: IDENTIDADE E SOCIABILIDADES

ELISABETH SANTOS NATEL

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
AS SAGAS E RESILIÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS PROFISSIONAIS:
em três ambientes universitários

SÃO LEOPOLDO
2014

ELISABETH SANTOS NATEL

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
AS SAGAS E RESILIÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS PROFISSIONAIS:
em três ambientes universitários

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. José Ivo Follmann

Coorientadora: Prof^a Dr^a Adevanir Aparecida Pinheiro

SÃO LEOPOLDO

2014

Ficha catalográfica

Dedicatória especial

Meus pais, Manoel Dario Natel (*in memoriam*) e
Maria do Carmo Santos Natel.
Meus irmãos, Pedronilda Santos Natel,
Paulo Dario Natel,
Marisa Natel Silva e
João Batista Santos Natel.
Meu marido, Pedro Paulo Silva.
Meus cunhados e sobrinhos.

Dedicatória especial

Ao Professor Dr. Pe José Ivo Follmann,
representante, neste momento, de toda Companhia de Jesus.

A toda equipe, muito parceira do Neabi.
Aos colegas do Projeto Pórticus.
Ao Grupo Cidadania e Cultura Religiosa Afrodescendente.
Ao Grupo Inclusão Digital Afrodescendente.
Ao Grupo de Trabalho Mulheres de Baobá.
Ao Grupo de Trabalho Assistentes Sociais Negras.
Ao Grupo Articulador.
Aos parceiros dos Projetos Sociais do CCIAS.

Dedicatória

Ao Fórum Permanente de Diversidade Étnico-Racial – POA.

À Associação Nossa Senhora de Guadalupe – SL.

Ao Grupo da Novena Guadalupe – SL.

Ao Grupo de Casais 2007 – SL.

A todos os colegas do Curso de Mestrado – SL.

Ao Grupo de Amigas Ex-Unisinos – SL.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me amparar nos momentos difíceis, me dar forças para superar as dificuldades, mostrar o caminho nas horas incertas e me suprir em todas as minhas necessidades.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. José Ivo Follmann, por seu incansável apoio sempre que necessitei de suas sábias orientações, e à Prof^a Dr^a Adevanir Aparecida Pinheiro, pela disponibilidade em sempre mostrar-me os caminhos da ciência e também de nossos papéis como mulheres negras, por ambos acreditarem em mim, fazendo parte de minha vida acadêmica nos bons e maus momentos e por seus extremos exemplos de profissionalismo. Pelos arquétipos deixados nesta minha caminhada, meus orientadores sempre farão parte de minha vida.

A minha família, a meu pai, Manoel Dario (*in memoriam*), que foi a primeira pessoa a me incentivar a estudar, para ser uma das melhores alunas, especialmente a minha mãe, Maria do Carmo, por seu apoio incondicional em todos os momentos desta caminhada e de sua trajetória de 94 anos, exemplo de liderança como mulher negra forte, lutadora e desafiadora das dificuldades da vida, além de uma mãe maravilhosa. Ao meu marido, Pedro Paulo Silva, que soube acompanhar, compreender e ajudar em todos os momentos, principalmente quando estive ausente, nos momentos de dedicação às atividades acadêmicas. Aos meus irmãos, Pedronilda, Paulo Dário, Marisa e João Batista, pelo apoio e compreensão nos momentos de omissão aos eventos familiares. Aos sobrinhos, Paulo Alberto Jr., Lucas, Ane Taciane, Grazielle e Samantha Beatriz, que recomeçaram seus estudos universitários, a partir do ingresso da tia nas atividades acadêmicas. Aos meus cunhados, Paulo Alberto, Ângela Beatriz e Jair, que me ajudaram e incentivaram em todas as circunstâncias, em suas manifestações de apoio e carinho.

Aos colegas de Mestrado que compartilharam comigo os momentos de aprendizado, especialmente à Aline e à Lígia. Rimos, ficamos tristes, apreensivos e nos ajudamos mutuamente, nos mais diversos momentos de nossa trajetória universitária.

A todas as mulheres negras e brancas entrevistadas que fizeram parte deste estudo, professoras das áreas de informática, matemática, ciências naturais, matemática aplicada, educação das relações étnico-raciais, psicólogas, auxiliares administrativas, biólogas, coordenadoras de curso de graduação, bibliotecárias, pela disposição em colaborar no que delas dependesse para a conclusão da pesquisa, embora muitas vezes se encontrassem assoberbadas pelas suas atividades cotidianas.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos –, Projeto Social Neabi, no qual trabalho como funcionária, pela oportunidade de estar compartilhando com mulheres afrodescendentes, suas sagas ricas em aprendizados, conhecimentos e também as resiliências com discriminações, sofrimentos, exclusões que perpassam seus caminhos aos quais resistem bravamente.

Aos colegas do Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Débora, Cristiano, Adevanir, Renata, Jorge Euzébio, Jorge Luiz, Ísis, Daiane, e as estagiárias Thaís, Adriana, Elisiane e Manolo pela compreensão e apoio nos momentos de atividades discentes, trabalhos escolares e outras ausências que se fizeram necessárias, para cumprir o Programa do Curso.

Ao Coordenador do CCIAS – Centro Cidadania de Ação Social –, Pe. Idinei Zen e Gerente Administrativo Nestor Pilz, que muito incentivaram no percurso deste trabalho, com seus entendimentos e concepções que a mulher precisa reconhecer-se como negra e buscar seu espaço, no mundo dos brancos.

A todos os professores que agiram de algum modo, na minha saga, principalmente às professoras Janira e Maria Helena, aos funcionários que cruzaram meu caminho, colaborando também para a concretude e realização deste trabalho, das três universidades nas quais atuei como entrevistadora e fui tão bem recebida por todos.

À professora Adevanir Pinheiro, que, em muitos momentos durante toda a trajetória acadêmica, soube agir como orientadora crítica e perspicaz nas diversas etapas do trabalho de Mestrado. Como mulher negra, soube avaliar muito bem dúvidas, inseguranças, medos, avanços, posturas e tantos outros sentimentos que foram surgindo durante todas as fases deste trabalho.

Agradeço a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos pelos muitos momentos de aprendizagens proporcionados a todos nós, discentes, e à secretária Maristela, por sua dedicação em atender com eficiência, simpatia, educação a todos nós, alunos do Mestrado.

Aos casais do Grupo de Novena Guadalupe que souberam compreender, alterando horários de encontros do Grupo, para que conciliasse meus horários livres com o dia de oração, oportunizando a todos compartilhar momentos de religiosidade.

Às revisoras gramaticais Mardilê e Rosane e também à Grazielle pela correção nas normas da ABNT de meu Trabalho de Mestrado agradeço pela dedicação, disponibilidade e responsabilidade.

Enfim, a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para que esta
SAGA RESILIENTE PUDESSE SER (IN)CONCLUÍDA.

*“Somos mães, amantes, carentes.
Trabalhadoras anônimas, mulheres negras.
Professoras, domésticas, faxineiras, serventes,
Somos mulheres negras carentes.
De amor, carinho, respeito:
De uma sociedade discriminatória.
Mulher negra, negra mulher.
Objeto sexual, sexualidade natural
Condenada pela sociedade, prostituta social.
Defensora da família, da saúde, da justiça;
De seu povo, de duas ideias, de seus sonhos:
Mulher negra, negra mulher
Dos navios negreiros, ao senado,
Ao doutorado, ao mestrado.
Jornalistas, juízas, advogadas, politizadas.
É chegada a hora mulheres guerreiras,
Dândaras, ocupemos os espaços.
Somos mulheres negras, fortes, dedicadas, arrojadas
Quatro vezes discriminadas:
Por ser mulher, por ser negra, por ser pobre e defender seu espaço.
Lutemos por nosso ideal de desigualdade e justiça social.
Mulher negra, negra mulher”.*

(Neuza Maria Marcondes, Grupo de Educadores Negros – APEOESP – ABREVIDA, MNU e
Grupo Cultural Afro II, 1998)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender e analisar como se dá a ascensão ou não ao protagonismo das profissionais negras, em três ambientes universitários. Observa-se, conforme estudos realizados por pesquisadores brasileiros como: Sueli Carneiro (2011), John Land Carth (2011) e Nilma Lino Gomes (1995), pesquisas estatísticas e outras, ao longo dos últimos anos, que as mulheres negras e as mulheres brancas ascendem socialmente, por meio de suas certificações universitárias. Entretanto, mulheres negras e brancas estão alocadas nas empresas e instituições acadêmicas, sendo que a mulher negra não ascende, na mesma proporcionalidade, a cargos diretivos que a mulher branca. Tentando situar a trajetória da mulher negra, por exemplo, abre-se um leque além da etnicidade e da feminilidade, porque ser mulher e negra é viver uma história de sagas e resiliências. A presença da mulher negra na educação e no trabalho justifica-se ao provocar a problematização acerca das sagas e resiliências das mulheres negras estereotipadas muitas vezes como incapazes, incompetentes, despreparadas possibilitando uma reflexão e uma melhor compreensão das práticas preconceituosas na sociedade, as quais acabam marcando e aprisionando as mulheres negras, de modo a deixá-las permanentemente à margem, em todos os sentidos. A desproporcionalidade entre mulheres negras e brancas alocadas nos estabelecimentos universitários será uma forma de discriminação institucional, em que a raça e o gênero estão funcionando como alavanca para esse tipo de racismo?

Palavras-chave: Mulher negra. Mulher branca. Saga. Resiliência. Universidades

ABSTRACT

This paper aims at understanding and analysing how professional black women pursue and reach or not the position of protagonists in three university environments. According to studies made by Sueli Carneiro (2011), John Land Carth (2011), Nilma Lino Gomes (1995), statistics and others, throughout the last years, black and white women have been rising socially due to their university qualifications. Although black and white women are allocated in companies and higher education institutions, the black women does not rise to higher positions at the same proportion as white women. By trying to express the tracking of black women, for instance, it is noticeable a range of aspects that go beyond ethnicity and femininity because besides being a woman, to be black means living a saga and resilience. The existence of black women in education and in the market in general is justified by provoking the problem about their saga and resilience, having black women stereotyped several times as unable, incompetent and unprepared. This leads us to a reflection and a better understanding of prejudiced attitudes in the society, which end up imprisoning black women in a way that let them marginalized in every single sense.

Keywords: Black woman. White woman. Saga. Rresilience. Universities

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mulher Negra x Processos de Identidade	65
Figura 2 - Mãe Preta	88
Figura 3 - Sagas e Resiliências: encontradas na trajetória.....	143
Figura 4 - Mulher negra Saga	144
Figura 5 - Campus da Carvi – Bento Gonçalves	175
Figura 6 - Campus da Carvi – Bento Gonçalves	175
Figura 7 - Universidade Luterana do Brasil	178
Figura 8 - Universidade Luterana do Brasil – Prédio 1	178
Figura 9 - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	181
Figura 10 - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolaridade, Sexo, Raça dos sujeitos de Bento Gonçalves.....	42
Tabela 2 – Escolaridade, Sexo, Raça dos sujeitos de Canoas	43
Tabela 3 – Escolaridade, Sexo, Raça dos sujeitos de São Leopoldo.....	46
Tabela 4 – Brasileiros, Alemães e Escravos.....	48
Tabela 5 – Raça, Domicílio e Sexo da População – Bento Gonçalves.	48
Tabela 6 – Raça, Domicílio e Sexo da População – Canoas.	50
Tabela 7 – Raça, Domicílio e Sexo da População – São Leopoldo.....	51
Tabela 8 – Idade, Raça, Sexo e Classe de Rendimento – Bento Gonçalves.	52
Tabela 9 – Idade, Raça, Sexo e Classe de Rendimento – Canoas.	53
Tabela 10 – Idade, Raça, Sexo e Classe de Rendimento – São Leopoldo.....	54
Tabela 11 – Proporção dos rendimentos médios: Domicílio, Raça e Sexo.....	54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	ASPECTOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS SAGAS E RESILIÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS EM TRÊS AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS.....	30
2.1	AUSÊNCIAS DA MULHER NEGRA NA HISTÓRIA OFICIAL DO BRASIL E RESGATE DA TRAJETÓRIA DE MULHERES PROTAGONISTAS	30
2.2	RETRATOS DA INEXPRESSIVA PRESENÇA DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO E NO MERCADO DE TRABALHO	38
2.2.1	Educação	41
2.2.2	Mercado de trabalho	51
2.2.3	Por que analisar as mulheres negras profissionais universitárias?	55
2.2.4	Apontamentos Metodológicos.....	59
3	MULHER NEGRA X PROCESSOS DE IDENTIDADE	65
3.1	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA.....	65
3.2	IDENTIDADES, GÊNERO E RAÇA	66
3.3	CATEGORIAS	78
3.3.1	Cooptação e Inserção.....	78
3.3.2	Democracia Racial e Racismo Científico.....	81
3.3.3	Autoestima e Silêncio.....	85
3.3.4	Saga e Resiliência.....	87
3.4	DESENVOLVENDO CONCEITOS DAS CATEGORIAS, RELACIONANDO-OS COM “MULHERES NEGRAS”, DE ACORDO COM VISÃO TEÓRICA DOS AUTORES.	95
3.5	ANÁLISES RESSALTANTES ENTRE AUTORES DOS EIXOS: IDENTIDADE – GÊNERO E RAÇA X MULHERES NEGRAS E SUAS CONVIVÊNCIAS.....	100
3.6	POLÍTICAS PÚBLICAS	108
4	A SAGA DAS MULHERES NEGRAS DE 2003 A 2013 – 10 ANOS DA LEI 10.639/03: HOVE MUDANÇAS NA HIERARQUIA E PRIVILÉGIOS PARA A MULHER NEGRA?	112
5	AÇÕES REPARATÓRIAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA E A LEI 10.639/03 NAS TRÊS UNIVERSIDADES	130

5.1	SITUANDO AS NECESSIDADES DE AÇÕES REPARATÓRIAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA	130
5.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI 10.639/03	134
5.3	A LEI 10.639/03 NAS TRÊS UNIVERSIDADES.....	136
6	O CAMINHO PERCORRIDO: PROCURA E ANÁLISE DE DADOS.....	141
6.1	CAMINHADA NAS UNIVERSIDADES: INDO AO ENCONTRO DAS MULHERES NEGRAS	141
6.2	RACISMO INSTITUCIONAL.....	145
6.3	VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS	146
6.4	ACESSOS AO PROTAGONISMO.....	147
6.5	OLHAR DAS MULHERES BRANCAS	148
6.6	AUTOESTIMA.....	151
6.7	FAMÍLIA	152
6.8	FORMAÇÃO.....	153
6.9	CRITICIDADE	154
7	CONCLUSÕES	156
	REFERÊNCIAS	158
	ANEXO A – LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.....	167
	ANEXO B - PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA.....	169
	ANEXO C - UNIVERSIDADE BENTO GONÇAVES	174
	ANEXO D - UNIVERSIDADE LUTERANA BRASILEIRA – ULBRA.....	176
	ANEXO E - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	179

1 INTRODUÇÃO

Hoje, eu me identifico como mulher afrodescendente. Antes, não me reconhecia como mulher negra e agora pretendo conhecer as narrativas das mulheres negras profissionais, no meio acadêmico, universitárias. O identificar-me como ser afrodescendente, o ser afrodescendente que sou hoje, é o resultado da minha saga identitária. *Tem significado imensurável para mim*, pois são as histórias de vida que dimensionam a autoestima, que movem e impulsionam as ações de um sujeito. No caso de nós, afrodescendentes, isso assume um sentido todo especial devido à defasagem histórica vivida. Schuma Schumacher e Érico Brazil (2007) focaram apropriadamente o rompimento de padrões, nesta passagem:

Se, como campo de estudos, a história das mulheres é considerada algo novo, quando se pensa no feminismo negro a palavra “novidade” torna-se ainda mais eloquente. Na condição de sujeitos, as mulheres negras não estão presentes nos anais da “história oficial”, e suas múltiplas e vastas contribuições permanecem fora dos livros didáticos e da memória da população. Em decorrência desse cenário, constata-se um desconhecimento geral sobre elas. (SCHUMACHER ; BRAZIL, 2007, p. 271).

A invisibilidade na qual a mulher negra está inserida é que estou em permanente rompimento. Outros padrões estão sendo difundidos através de novas mulheres negras que, com suas histórias de vida, dimensionam sua autoestima e estão a galgar degraus rumo ao protagonismo, no cenário das mulheres afrodescendentes.

Racismo, preconceito racial, cooptação, entre outros, são acontecimentos cotidianos na trajetória dos sujeitos afrodescendentes na sociedade em que vivemos. Meu processo de identidade étnico-racial também se constrói através destas constatações, mas é pelo engajamento em movimentos negros, participação em cursos, plenárias, encontros, fóruns, nas visitas às famílias negras, entre outros, que fortaleço minha consciência identitária. Nos envolvimento com as questões étnico-raciais, recarrego minhas forças para continuar na luta por nós, sujeitos afrodescendentes, e, conseqüentemente elevar minha autoestima e de outras mulheres.

Com viés nestas lutas, pretendo olhar de outro modo para as situações que se apresentam, pois me reconheço como mulher, negra e profissional, inserida durante alguns anos no ambiente universitário. Desse modo, passarei a narrar fatos de minha vida pessoal, estudantil e profissional, os quais me constituíram e ainda constituem-me nos diferentes espaços acadêmicos que ocupo e com efeitos os mais diversos, na sociedade, no trabalho, na família e nos grupos aos quais participo.

O início desta trajetória é narrado a partir da fase pueril. Meus pais, Manoel Dário e Maria do Carmo, foram muito importantes na formação educacional e como cidadã negra. Este período foi de brincadeiras e diversões com os irmãos. As brincadeiras eram de “armazém”, “cozinhar”, “sapata”(AMARELINHA, 2014), “bolita”, “7 Marias”, entre outras. O nome da brincadeira “sapata” é originário do Rio Grande do Sul.

Só brincávamos no pátio de casa ou com outras crianças vizinhas que vinham juntar-se a nós. Foi um período que eu e meus irmãos fomos muito felizes. As crianças vizinhas eram nossos colegas nas brincadeiras. Na rua onde morávamos, havia três famílias negras, mas residiam distante de nossa casa. Com a idade de oito anos, ingressamos no Grupo Escolar Professor Emílio Boeckel, no Bairro Rio dos Sinos, em São Leopoldo, no primeiro ano do Curso Primário¹, eu e minha irmã, que estava com sete anos.

A partir do 1º ano, observei as diferenças que havia entre crianças negras e brancas na escola. Eu e minha irmã ficávamos isoladas na hora do recreio. Pegávamos as mãos das meninas brancas, e elas corriam a brincar com as outras crianças e, diziam: “você são negras, não podemos brincar juntas” e, como eu e minha irmã éramos as únicas crianças negras, a solução era brincarmos sozinhas. Durante os quatro anos cursados na escola, esta circunstância era por nós considerados como “normal, correta, aceita”.

As professoras não participavam do recreio, então não sabiam da situação de discriminação racial que sofriamos. Como era uma situação normativa, sofriamos quietas, estes constrangimentos. Meu pai era muito exigente com a educação dos filhos. Sempre nos ensinou que: “Como negros, precisamos nos valorizar e estudar para sermos os melhores, tirar os primeiros lugares. Caso isto não aconteça, seremos engolidos pelos brancos.”. Diariamente, papai nos ajudava a corrigir os temas, incentivando que o estudo é o melhor meio para alcançarmos nossos objetivos na vida.

Durante o Curso Primário, era preceito da escola que, em cada turma, o aluno que obtivesse o primeiro lugar era homenageado na festinha de final de ano com a presença dos pais. Sempre fui uma aluna estudiosa. Ao final do primeiro e segundo anos do Ensino Primário, tirei o primeiro lugar da turma e fui homenageada. Esta situação causou

¹ No Brasil, até 1971, o ensino primário constituía historicamente o primeiro estágio da educação escolar. Era constituído normalmente por quatro séries, cada um correspondendo a um ano. Podia prolongar-se por até mais duas séries complementares, com vista a ampliar o conhecimento do aluno e a sua formação para o trabalho. A conclusão do ensino primário permitia o ingresso no ensino ginasial. Em 1971, o ensino primário foi fundido com os quatro anos do ginasial, dando origem ao ensino de 1º grau, com a duração de oito anos. Na sequência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o ensino de 1º grau foi substituído pelo ensino fundamental. (ENSINO PRIMÁRIO, 2014)

estranhamento entre mim e uma menina branca, ao dizer-me que, pela minha cor, eu não poderia ser a primeira classificada. Justificava que “os negros são pobres, sujos, ignorantes”.

Ao sofrer esta provocação, tive mais vontade de estudar e consegui nos anos seguintes a mesma classificação. Em vista disto, eu e a colega ficamos sem conversar durante o Curso Primário. A “profecia” que a colega sustentava não se realizou, o que me incentivou a gostar de estudar. Minha primeira *saga* estudantil começou no Curso Primário. Nossa infância continuava sendo muito boa e, ao final do Curso Primário, éramos quatro irmãos: eu, a Pedronilda, o Paulo Dário e a Marisa.

Nos quatro anos de Ensino Primário, eu e minha irmã éramos as únicas negras de nossa turma, e também da escola, porém havia muitos meninos negros. Não tive nenhum(a) professor(a) negro(a) na escola. Foram quatro anos de superação nos resultados finais, nos quais procurei sempre estudar mais e mais. Sabia que tinha capacidade para vencer, mas não sabia que estava fazendo parte de uma disputa de poder entre brancas e negras.

Meu pai era muito incomodado com o racismo que sofria em sua profissão como carteiro, no centro de São Leopoldo. Não se intimidava com os acontecidos, mas infelizmente só reagia através de brigas. Argumentava, mas também reagia. Minha mãe sabia que seus filhos eram discriminados, porém nestas situações ela sempre nos defendia. Muitas vezes, meu pai foi à escola para saber como estávamos nos estudos. Meus irmãos sofreram durante suas fases escolares preconceitos raciais e, também muitas vezes, brigavam, e o pai ia à escola para elucidar o acontecido.

Interessante observar que não tive professora mulher negra em toda minha fase estudantil. Onde estavam as professoras negras? Quem poderia defender as crianças negras nas escolas? As discriminações vividas na escola sempre foram “silenciosas” e não nos era permitido “falar, reclamar” nada a professores e direção.

Muitas das inquietações que carrego, perguntas, incertezas, certezas e tantos outros sentimentos estão no cenário desta pesquisa para análises e objetos de estudo. Uma de minhas inquietações é com alunas negras que frequentam a Educação Infantil², que foi instituída na década de 80. O sofrimento da criança negra começa desde muito cedo. Comungo, neste sentido, a dor com que Conceição Correa das Chagas (1996) relata as experiências vividas:

Como me esforçava para ser boa! Apesar de ouvir sempre: “sai pra lá ‘neguinha’, você não presta”; de, na escola me ser reservado o último lugar na última fileira; de

² No Brasil, creche e pré-escola são diferenciadas ora pela idade das crianças - (a creche atenderia crianças de 0 a 3 anos, e a pré-escola, de 4 a 6); ora pelo modo de funcionamento (a creche teria atuação em horário integral, e a pré-escola, meio período); ora pela instância administrativa a que se vincula (a creche se subordinaria às instituições médicas ou assistenciais, a pré-escola à educação). (KRAMER, 1999)

muitas crianças se recusarem a se sentar comigo; de nos teatrinhos e corais da escola eu nunca poder participar, mesmo quando me oferecia, de na Parada de Sete de Setembro, eu nunca poder ser “pelotão”, guarda de honra da bandeira. Eu só via pessoas negras levando bandeira nos desfiles de Escola de Samba, só que naquela época isso não era honra nenhuma – escola de Samba era “coisa de negros”. (CHAGAS, 1996, p.7)

A Educação das Relações Étnico-Raciais precisa estar “incluída” na Educação Infantil, assim como em todos os níveis escolares e nas instituições de ensino. Afrodescendentes como eu podem relatar esta história de Conceição das Chagas, com pequenas diferenciações, mas a discriminação com a criança negra é muito alta. Os dados que seguem refletem a condição da criança negra na escola:

Refletindo a desigualdade verificada em diversos setores da sociedade brasileira, em relação a raça, 19,8% das crianças negras de 4 a 6 anos (921.677) não frequentam a escola, ante 17,3% das brancas (682.778). Em relação a gênero, o número de meninos fora da escola é praticamente igual ao de meninas – 19% (842.298), ante 18,4% (773.588). As maiores desigualdades são encontradas quando se compara a localização: enquanto 16,9% das crianças de 4 a 6 anos das áreas urbanas estão fora da escola, nas zonas rurais o índice chega a 26,8%. (FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2012, p.28)

A realidade que as crianças negras vivem em seus ambientes escolares demonstra o quão é difícil sua permanência na escola. Diante destas desigualdades está a menina negra. As discriminações sofridas em criança poderiam ter-me afastado dos bancos escolares. Porém, através da participação da família nas atividades escolares e também na elevação da autoestima aos filhos é que todos galgaram degraus na escada da escolaridade. Durante minha história, sempre participei da vida escolar, quer como aluna, professora ou funcionária administrativa.

No período do Curso Primário, “imaginava” ver uma professora negra nos defendendo. Porém, nesta fase, nunca vi nenhuma professora negra na escola, das professoras brancas, a maioria era mais velha, inclusive a diretora. Este fato também nos direciona a questionar e pesquisar sobre “mulheres negras”. Descrever a mulher negra envolve muitas facetas, nas quais a mulher negra é muitas vezes discriminada, sofrida, ganha pouco e estudou os primeiros anos do ensino fundamental. Diferentemente, outras afrodescendentes, em menor número, estão na luta para vencer barreiras e preconceitos e galgar posições melhores na sociedade.

Após o quarto ano do Curso Primário, fiz o Exame de Admissão, cuja aprovação tornava aptos os alunos a frequentar o Curso Ginásial. No Curso Ginásial³, frequentado no

³ CAPÍTULO II
NOS CÍCLOS E NOS CURSOS

Colégio Estadual Professor Pedro Schneider, no centro em São Leopoldo (onde hoje funciona a Escola Ensino Fundamental Visconde de São Leopoldo), cursei as quatro séries. Outro fato que marcou minha vida escolar foi a discriminação sofrida durante os quatro anos do Curso Ginásial. A professora de História, a cada ano, solicitava que eu e minha irmã lêssemos em voz alta, em pé, as leituras sobre a Escravidão, por ocasião do dia treze de maio.

Foi um período de quatro anos de constrangimentos, raivas, humilhações, deboches da parte dos colegas. Mais uma vez, percorremos esta trajetória escolar sem reclamar, na quietude normatizando esta situação. Anos mais tarde, minha irmã encontrou a professora no centro de São Leopoldo e “despejou” perante ela toda nossa indignação, sofrimentos, lágrimas, enquanto a mesma baixou a cabeça e não esboçou nenhuma reação. Pôde sentir uma pequena parte da humilhação que nós vivemos durante o Curso Ginásial.

Durante os quatro anos, eu e minha irmã vínhamos a pé do Bairro Campina ao Centro de São Leopoldo, para estudar, e nosso pai continuava sempre nos assessorando nos ensinamentos escolares. Foi uma época muito difícil para nossa família, pois já éramos cinco filhos, nasceu o João Batista, quatro filhos estavam na escola, o que tornava o orçamento pesado para nosso pai, pois a mãe não trabalhava, ficava em casa cuidando dos afazeres domésticos. Durante o Curso Primário e Ginásial, não reprovamos na escola. Ao concluir o Curso Ginásial, estava na adolescência. Durante o Curso Ginásial, tivemos um colega negro, um pardo, eu e minha irmã negra. Professores(as) negros(as) não houve durante este período.

Em família, sempre mencionei que queria trabalhar para ajudar meu pai nas despesas da família e também para custear meus estudos. Decidi seguir o Curso de Contabilidade, à noite, no Colégio São Luís. Neste curso, tive um professor de Matemática negro. O mesmo reclamava que todos seus alunos eram burros, que não entendiam a Matemática. Sua relação comigo era difícil. Eu estudava muito, porém ele desmerecia minha aprendizagem. Tive mais dois colegas negros em aula. Nossa turma tirava as notas mais baixas, se comparada a outros professores. Ele se considerava o “dono absoluto da sala de aula”. Tinha a habilidade de inferiorizar, diminuir seus alunos, principalmente os negros. O mestre “copiava e colava” as

Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; na curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências. (BRASIL, 1942)

mesmas palavras ditas pelos brancos, que está arraigado em nossa cultura, ao se referirem aos negros, ou seja, burros, ignorantes.

Durante o Curso de Contabilidade, trabalhei como Secretária de Escola, no Colégio São José, em São Leopoldo, emprego conseguido por meu pai, visto que era carteiro do colégio e pela sua amizade com as irmãs franciscanas. Comecei neste primeiro emprego com dezessete anos. Aprendi muito com a irmã Secretária, e esta aprendizagem me auxilia até hoje na minha vida pessoal e profissional. Sofri, sim, constrangimentos racistas, durante o período que trabalhei neste estabelecimento de ensino, mas “eu considerava as situações normais”.

Quase todos os alunos e docentes desta instituição de ensino eram pessoas brancas, inclusive as irmãs franciscanas, muitas de origem alemã. Os negros que estudavam eram bolsistas, inclusive meu irmão João Batista. Alunas negras bolsistas eram poucas. Na época, tinha o internato que era frequentado por muitas alunas, sendo que muitas estavam ali por atos de indisciplina cometidos na família.

A *saga* das mulheres negras que analiso começou a partir deste meu primeiro emprego, como profissional. Como funcionária, ganhava muitos produtos cultivados na horta das irmãs e tantos outros agrados, porém, além da minha função, eu faxinava a secretaria e não reclamava, pois achava este ato normal, sem questionar que estava fazendo além do contrato de trabalho. Nesta época, não imaginava que tantas outras *sagas* aconteceriam.

A partir do teste vocacional, escolhi prestar vestibular na área de informática, curso pouco conhecido na época, dentre as opções de nutrição e psicologia. Porém, o Curso de Informática era diurno e teria que deixar meu emprego no Colégio São José. Fiz o Vestibular na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e passei para Informática em 1975. Comecei a estudar na Antiga Sede da Unisinos, hoje Centro de Cidadania e Ação Social (CCIAS). Nessa época, minhas duas irmãs já trabalhavam na Unisinos, na área administrativa. Elas me informavam das vagas disponíveis, e fui selecionada para trabalhar na Biblioteca de Ciências Naturais da referida Universidade, também na Antiga Sede da Unisinos onde, meses mais tarde, aconteceu o incêndio no prédio em que trabalhava.

Esse curso me trouxe conhecimentos e aprendizagens da parte tecnológica que me levou a trabalhar no Centro de Processamento de Dados, na Unisinos. Minha primeira inserção funcional na Unisinos aconteceu no período de 1975 a 1992. Fiquei aproximadamente três anos trabalhando na Antiga Sede, quando o CPD foi transferido para o Novo Campus, em São Leopoldo. Neste local, juntei-me às minhas irmãs e somávamos cinco mulheres negras trabalhando na Universidade.

Nos horários de intervalo do trabalho, reuníamos-nos para almoçar, estudar e conversar sobre as poucas funcionárias negras trabalhando na universidade. Todas as afrodescendentes trabalhavam na área administrativa. Nos serviços de lancheria, vigilâncias, restaurantes existiam poucas funcionárias negras trabalhando. A circularidade em trazer outros(as) negros(as) para agregar junto aos que já trabalham praticamente não existe, principalmente no Rio Grande do Sul.

O Curso Tecnólogo de Processamento de Dados concluí em 1984. Nesse curso, eu e mais um colega negro éramos os únicos afrodescendentes. Hoje tenho toda a liberdade de dizer que o que vivenciei neste primeiro contato com o ensino universitário em que [...] a situação fica mais alarmante, pois o contingente de brasileiros que chega ao curso superior é mínimo. Se fizermos um recorte racial encontraremos um maior afunilamento na quantidade de negros (as) que frequentam tais cursos [...].” (GOMES, 1995, p. 147)

Na época, no entanto, acreditando que existia (e) uma “democracia racial” entre negros e brancos, tanto eu quanto o colega negro não nos reconhecíamos de fato como negros. Em relação a este fato, Maria Aparecida Bento e Iraí Carone (2002, p. 25).tratam o conceito de branqueamento, que [...] é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais.”

Nesta ocasião, eu não tinha noção da minha cultura e toda riqueza histórica que estava guardada em minha consciência de mulher, negra e profissional. Alguns anos depois, iniciava a segunda trajetória funcional nesta universidade.

Após a formatura no Curso de Tecnólogo em Processamento de Dados, tive uma vida social bem intensa. Amigos, eu e meus irmãos fundamos a Sociedade Cultural e Esportiva Aliança, em São Leopoldo, onde negros e brancos dançavam, e a união era um ponto forte de nosso grupo. Éramos responsáveis pelos diversos núcleos como tesouraria, relações públicas, limpeza da sede, organização dos bailes, copa e neste período tive alguns namorados e conheci a pessoa com a qual viria a casar, em dezembro de 1984. Foi um período de minha juventude muito bom e divertido.

Num dia 13 de maio da década de 90 fui demitida da Unisinos, como funcionária do Centro de Processamento de Dados, sem motivo justificado. Fiz vários concursos, passei e comecei a trabalhar no Hospital Conceição, em Porto Alegre, na área administrativa. Foi uma excelente experiência, porque saí da área tecnológica da Unisinos e conheci meu lado humano, ao lidar todos os dias com os pacientes. Em 2002, solicitei demissão, pois estava muito desgastada de trabalhar em Porto Alegre e residir em São Leopoldo. Começou uma

nova fase de minha vida. Durante o tempo em que trabalhei no Hospital Conceição, sofri atitudes racistas, principalmente da área médica do Hospital. Apenas no Posto de Atendimento da Pneumologia, um dos setores em que trabalhei, éramos três funcionárias negras, e os médicos não demonstraram atitudes racistas conosco.

Em 2002, retornei aos bancos acadêmicos, desta vez no Curso de Pedagogia, inicialmente na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Depois solicitei transferência para a Unisinos e trabalhei um período como bolsista no Serviço Interdisciplinar de Atendimento e Pesquisa em Ensino Aprendizagem (Siapea)⁴, onde fiz muitas leituras de diferentes autores dentro da área dos Estudos Culturais⁵: Michel Foucault (1987), Alfredo Veiga-Neto (2003), Sandra Mara Corazza (1997), Tomaz Tadeu da Silva (2000), Jorge Larrosa Bondía (2001), entre outros. A partir destas leituras, constatei que não existem fatos ou verdades únicas, e que os significados são constituídos pela cultura, a qual está permeada de relações de poder.

Meu trabalho de conclusão do Curso de Pedagogia foi sobre “Representações de Professoras Negras nos Filmes”. As leituras realizadas no espaço Siapea, a revisão de meu passado escolar como aluna negra, fatos acontecidos com ex-professores, - os quais discriminavam a mim e a meus irmãos, muitas inquietações trazidas da escola, da parte de colegas, como: o negro é burro, sujo, incapaz de aprender, tem memória lenta, é preguiçoso -, as narrativas de baixo índice de autoestima dos alunos negros, fatos que minha irmã traz de sua vida profissional como professora de Artes, todos estes acontecimentos me impulsionaram a fazer este trabalho.

Através das leituras, descobri muitos fatos acerca da cultura negra que não foram ensinados nas escolas e através destes achados, me vi envolvida cada vez mais com esta temática e durante este processo, tive momentos de sofrimento, revolta, raivas e dores, por acreditar na “democracia racial” ensinada na escola.

Após a feitura deste trabalho de conclusão, comecei um processo de “desmitificação” desses “ensinamentos inverídicos”, a me reconhecer a mulher negra vivendo processos de

⁴ Siapea/Educas – O Serviço denominado “Serviço Interdisciplinar de Atendimento e Pesquisa em Ensino Aprendizagem” teve alterado sua denominação a partir de janeiro de 2006. Está localizado na antiga sede da Unisinos, foi criado em 1992 com o objetivo de assessorar escolas e grupos populares em uma perspectiva interdisciplinar no que tange às questões de aprendizagem. O serviço atende atualmente crianças, adolescentes e jovens e propõe um trabalho de relevância social ao integrar-se à comunidade através de projetos. Atualmente, Siapea está sob a denominação de programa de Educação e Ação Social, denominado Educas.

⁵ Estudos Culturais “O que distingue os Estudos Culturais de disciplinas acadêmicas tradicionais é seu envolvimento explicitamente político. As análises feitas nos Estudos Culturais não pretendem nunca ser neutras ou imparciais. Na crítica que fazem das relações de poder numa situação cultural ou social determinada, os Estudos Culturais tomam claramente o partido dos grupos em desvantagem nessas relações. Os Estudos Culturais pretendem que suas análises funcionem como uma intervenção na vida política e social.” (SILVA, 2002, p. 134).

identidade. Esse aprendizado trouxe conhecimentos, muitas vitórias pessoais e um grande sonho realizado. A formatura no Curso de Pedagogia aconteceu em janeiro de 2007.

Durante dois anos trabalhei no Núcleo de Formação Continuada de Profissionais da Educação (Nupe), na Unisinos, como secretária, através de um projeto. A Unisinos foi uma das cinco universidades brasileiras credenciadas para desenvolver ações de formação continuada em Matemática e Ciências, promovidas pelo Ministério da Educação, e o Nupe esteve a cargo do desenvolvimento desta formação. Minha aprendizagem foi muito significativa e tive oportunidade de conhecer o Distrito Federal, a cidade de Brasília e algumas cidades da Ala Sul, como Cruzeiro, Paranoá e Candangolândia, por meio destas formações. Nesta ocasião, os professores do RS mostraram, através de uma exposição, os trabalhos realizados por seus alunos nas escolas públicas de suas regiões.

Neste espaço, confrontei-me com a declaração de um docente da Unisinos, que mostrou como o racismo se trai dentro do sujeito. Um professor me comentou que, em certa ocasião, estava nos Estados Unidos e foi assistir a uma palestra proferida por um empresário negro. E disse “não sabia como um negro podia palestrar, nos Estados Unidos, para uma seleta plateia de ouvintes, de diversos países do mundo, falando sobre temas com autoridade e poder, dentro de sua área de atuação.”. A partir deste relato, observei que “um negro afro-americano”, que estudou na Universidade de Harvard, considerada “uma das instituições educacionais mais prestigiadas do mundo”, tem *status* para palestrar com titulação, competência e poder, assim como muitos outros negros doutos, segundo Houaiss: “que (m) tem muitos conhecimentos, erudito, inculto”, que palestram em diversos países do mundo.

Este fato me instigou a analisar porque no Brasil afrodescendentes doutores ainda estão em minoria. A maioria destes doutores atuantes em universidades ainda não consegue exercer suas atividades de lecionar e atuar de forma intensa nos cursos de pós-graduação, principalmente no RS, que tem sua origem alemã e italiana, em sua maioria. É a “discriminação racial” que continua acontecendo dia a dia em nossas universidades. E as mulheres negras são as que mais sofrem este preconceito. Algumas se destacam, mas são muito poucas, tendo em vista que a população brasileira tem em sua formação mais de cinquenta por cento de habitantes negros. As ações do projeto de formação continuada de Matemática e Ciências do Ministério da Educação e minhas atividades no Nupe encerraram-se em 2006.

Em abril de 2007, comecei a lecionar como professora de Informática, na Escola Técnica Estadual de Portão, em Portão, com contrato temporário que rescindi em 2008. Neste local, sofri atitudes racistas de alunos que deixavam frases escritas no quadro, discriminando a

imagem da professora negra. Havia também colegas professores que tinham falas/attitudes “sutis” de menosprezo ou rejeição em relação a professores negros. Nessa escola, éramos duas professoras negras. Neste sentido, essa discussão vai ao encontro da observação de Ricardo Ferreira (2009):

O preconceito revela-se no dia-a-dia, nas situações mais simples. Em uma sociedade na qual, apesar da crença consolidada de viver-se no país da democracia racial, as pessoas desenvolvem um mundo simbólico em que as características fenotípicas acabam operando como referências para o preconceito. (FERREIRA, 2009, p. 18).

Ferreira cita o preconceito que acontece cotidianamente com os sujeitos negros de modo geral, sendo que a mulher negra é a mais penalizada; é sua *saga*. Minha discussão faz aqui um recorte focado, sobremaneira, nas situações vividas pelas mulheres negras nas academias. As experiências têm me levado a profundos questionamentos ao perceber que no âmago das academias se esconde a dura realidade em relação às profissionais que conseguem chegar até esse lugar. Observa-se que nas atividades mais simples, como de prestações de serviços, organizações sociais e raciais, essas mulheres negras estão na cabeceira desses trabalhos.

Mas de outra forma, essas mulheres parecem viver um dilema ou, como trato neste trabalho, a “saga” de modos muito solitários e exacerbados. Parece que dificilmente encontra parceiras, ou seja, mulheres brancas que possam ser parceiras diretas, sua subordinação está sempre dirigida ao homem branco, e não para as mulheres brancas, enquanto mulheres propriamente ditas.

Em julho de 2007, quando fui convidada pela então Coordenadora⁶ Geral do Programa Gestando o Diálogo Grupo Inter-Religioso e o Ecumenismo (Gdirec) para atuar como voluntária nesse Programa, na Unisinos, eu não acreditava que era coisa real, pois uma mulher negra que vai ao encontro de outra mulher negra, neste mundo profissional e acadêmico, demonstra que essa mulher negra possui algo diferente em sua trajetória histórica e identitária. É uma preocupação além de seus limites e resiliências profissionais.

Foi neste período que me despertei realmente enquanto mulher negra. Ao fazer parte deste trabalho de resgate histórico e identitário da população negra de São Leopoldo por meio das histórias de vida, fui descortinando e conhecendo uma história que não tinha percepção. Enquanto vivia junto às mulheres brancas, não tinha noção do que eu poderia estar fazendo para contribuir comigo mesma e com meu povo negro e, principalmente com negras e negros

⁶ Professora Dra. Adevanir Aparecida Pinheiro. Hoje, atual Coordenadora Geral do Núcleo de Estudo Afro-Brasileiro e Indígena (Neabi) na Unisinos.

desta região leopoldense, lugar onde nasci, cresci e vivo, ainda hoje, uma realidade que eu não conhecia.

Iniciei o trabalho de voluntariado, no Gdirec, como professora no Projeto de Inclusão Digital Afrodescendente⁷. Este período estendeu-se até abril de 2008. Em maio desse mesmo ano, sob a denominação de Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) (já institucionalizado pela Unisinos), continuei este trabalho, atuando então como funcionária contratada da Universidade para coordenar o Projeto de Inclusão Digital Afrodescendente. Foi nesse trajeto profissional que fui percebendo minha visibilidade e valorização enquanto mulher e negra ao lidar diretamente com minha cultura e com os afrodescendentes.

Ainda continuo trabalhando no Neabi, em outras atividades, mas agora também com noção distinta do que significa ser mulher, negra e profissional. Essas experiências foram constituindo meu processo histórico e identitário, através dos conhecimentos elaborados para atender a população negra, dentre sua maioria, mulheres negras. Minhas primeiras experiências com a *resiliência* – capacidade de superar obstáculos ou resistência à pressão de situações adversas aconteceu no Neabi, a partir das experiências vividas na constituição de meu processo histórico e identitário. *Saga e Resiliência* são temas que analiso dentro das categorias, na Metodologia.

No Núcleo, são trabalhadas a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) e a Educação das Relações Étnico-Raciais, que, de acordo com a Resolução nº 1 do CNE 001/2004, Art. 2º, de 17 de junho de 2004 objetiva:

A Educação das Relações Étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2009, p. 57)

No programa Neabi, existem dois grandes projetos: Inclusão Digital Afrodescendente e Grupo de Cidadania e Cultura Religiosa Afrodescendente, além das Assessorias nas escolas, o Projeto de Pesquisa Memória e Identidade Afrodescendente de São Leopoldo, que tem a coordenação direta do professor e Dr. José Ivo Follmann, do Programa Pós-Graduação (PPG) em Ciências Sociais, que contou sempre com a contribuição indiscutível da professora e hoje

⁷ Projeto de Inclusão Digital Afrodescendente criado em 2007 com objetivo de incluir os sujeitos afrodescendentes de fato no mundo tecnológico, buscando incentivar nesta inclusão digital o resgate histórico e reconhecimento deste sujeito, como também obter um conhecimento maior de sua cultura e saberes civilizatórios africanos e afrodescendentes.

Doutora especialista na temática afrodescendente e branquitude Adevanir Aparecida Pinheiro⁸.

A passagem de minha trajetória acadêmica e profissional, os conhecimentos adquiridos, a existência de interrogações, às quais não tenho respostas, e a observação da quase inexistência de profissionais negras como protagonistas, em suas áreas de atuação em universidades é que fiquei instigada a realizar de forma mais aprofundada a pesquisa sobre sagas e resiliências das mulheres que está inserida na temática da Educação das Relações Étnico-Raciais, que abrange assuntos relacionados à cultura negra e branca. Principalmente na educação, os espaços ocupados são de mulheres brancas, em cargos de direção ou como professoras, orientadoras e supervisoras pedagógicas.

A mulher negra está se inserindo, porém num processo muito lento. Faz-se necessário quebrar esta hegemonia de branquitude e galgar novos lugares em que a mulher negra seja visibilizada e respeitada. Na pirâmide social, a mulher negra ocupa a quarta posição, tendo como antecessor o homem negro. Este, muitas vezes, divide-se entre a mulher branca que o “dirige” e tenta exercer seu domínio sobre a mulher negra, que ocupa a última posição desta pirâmide social.

Ao fazer uma análise de minha trajetória pessoal e profissional, observo que vivi anos de subordinação identitária e profissional de formas muito silenciosas. Não tinha conhecimentos acerca da cultura negra. Na escola, os livros didáticos só falavam da abolição da escravidão, onde negras e negros ocupavam o papel de escravos(as) e eram vistos como figuras pejorativas, servis e representantes de imagens negativas, feias. Os professores repetiam o que os livros didáticos ensinavam. Todas as discriminações veladas ou declaradas que suportei foram significantes e, a partir dos conhecimentos que tenho hoje, é difícil imaginar, aceitando-as passivamente como outrora.

Na escola, as palavras “preconceito, discriminação racial” não existiam. Caso houvesse alguma manifestação discriminatória, os(as) alunos(as) negros(as) eram desqualificados pelos professores e direção da escola. Suas queixas, quando feitas, não surtiavam nenhum efeito. Porém, quando as famílias negras compareciam à escola para esclarecer os fatos, então a direção acatava a solicitação e “prometia resolver a situação”.

O recorte sobre as profissionais negras nos ambientes acadêmicos é muito importante ser analisado pelas diversas *sagas* vividas pelas mulheres negras e também em virtude de estarem classificadas na última posição na pirâmide social que favorece as forças tidas como

⁸ Coordenadora Geral do Neabi, que defendeu sua tese de doutorado em 14 de setembro de 2011, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na qual tratou acerca de branquitude.

“superiores”. Schuma Schumacher e Érico Brazil (2003) revelam o seguinte acerca das africanas escravizadas:

No período de colonização, as africanas desempenharam os mais diferentes papéis, que compreendiam desde as tarefas domésticas, até a lida diária nas extensões de terra-roxa, que primeiramente serviram à monocultura da cana-de-açúcar. Em todas as etapas da produção e manufatura dos produtos canavieiros, houve a labuta das mulheres escravizadas. Elas retiravam ervas daninhas da gleba, semeavam e enfeixavam as canas. [...] Trabalhavam de sol a sol, sob a rígida fiscalização dos feitores, ou das sinhás, recebendo pelos serviços o mínimo necessário para sobreviver. Os exploradores garantiam apenas uma refeição diária, basicamente formada por feijão, milho e farinha de mandioca. (SCHUMACHER ; BRAZIL, 2003, p. 39).

Avaliando minha trajetória, percebi que a mesma foi marcada, ao longo dos anos, pela subordinação identitária e profissional, ocorridas de forma muito silenciosa. Desde a fase da infância até os dias atuais, quando os conhecimentos e aprendizagens adquiridos trouxeram-me uma forma diferente de enxergar as situações de racismo velado tão presente no nosso dia a dia. Meu pai nos falava que sofria preconceito racial e que existe racismo. Porém, o estudo incutiria em nós, filhos, valores e aprendizagens para toda vida, e que as experiências adquiridas iriam mostrar como lidar com as diferenças raciais existentes nos mais diversos segmentos.

No decorrer da pesquisa, irei abordando a mulher negra em vieses diferenciados, pois acho interessante situar a mulher negra e as distintas situações vividas pela mesma, no decorrer da história brasileira. Para minha análise, a *saga* das mulheres negras profissionais às quais me refiro neste trabalho carece ser contada a partir da negra escrava, da empregada doméstica, da auxiliar de serviços gerais, das auxiliares administrativas, das tutoras e outras funções exercidas pelas mulheres afrodescendentes nas academias universitárias, devido ao enfoque cogitado que é educação e trabalho das profissionais negras.

Atravessando estas obliquidades, está a relação entre mulheres negras e brancas que têm diferenciações culturais, sociais e raciais. Através de observações, as mulheres negras estão inseridas, em maior número, nas atividades consideradas “inferiores”, a cujo ingresso não era solicitado um nível escolar mais elevado. As mulheres brancas profissionais também foram ouvidas, através de conversas informais acerca de seus conhecimentos sobre mulheres e cultura negra.

Desse modo, retomo as temáticas de gênero e raça, enfatizando o eixo na problemática em torno da **“Educação das Relações Étnico-raciais: As sagas e resiliências das mulheres negras profissionais: em três ambientes universitários”**. Inspiro-me muito, neste sentido, nas contribuições de Marisa Costa (2002), segundo a qual:

Se não contarmos nossas histórias a partir do lugar em que nos encontramos, elas serão narradas desde outros lugares, aprisionando-nos em posições, territórios e significados que poderão comprometer amplamente nossas possibilidades de desconstruir saberes que justificam o controle, a regulação e o governo das pessoas que não habitam espaços culturais hegemônicos. (COSTA, 2002, p. 93) .

Na cultura africana, as histórias são contadas pelos mais velhos, aos filhos, netos para que conheçam as histórias de suas famílias e, assim sucessivamente. As mulheres negras precisam contar suas histórias de vida, para que outros não as contem de maneira distorcida, desregulada, diferente, e que estes conhecimentos sejam construídos, e as *sagas* e *resiliências*, transmitidas.

Mas, entendo que mudança ou não sobre os olhares que decorre da história de subordinação e subjugação vivida historicamente pelas mulheres negras, parece-me que foi pouco explorado este tema, por meio de pesquisas e demais aprofundamentos étnico-raciais sociais.

Primeiro capítulo: “A *Saga* das Mulheres Negras de 2003 a 2013 – 10 anos da Lei 10639: houve mudanças na hierarquia e privilégios para a mulher negra?”. Nesse capítulo, procurei desenvolver: a trajetória das mulheres negras na década de 2003 a 2013, período em que a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) está sendo aplicada; são 10 anos que a Lei está em vigor: como as mulheres negras vivenciaram suas sagas e resiliências, em suas respectivas instituições de ensino, neste período.

O segundo capítulo tratou sobre “Ações reparatórias à população negra: e a Lei 10.639/03 nas universidades.”. Neste espaço, estivemos: - Situando as Necessidades de Ações Reparatórias à População Negra; e traçamos algumas; - Considerações sobre a Lei 10.639/03 e - A Lei 10.639/03 nas três universidades.

O terceiro capítulo abordou “O caminho percorrido... O que dizem as pesquisas realizadas: possibilidades de desconstrução?”. Subdividimos o terceiro capítulo em dois temas: - Caminhada nas universidades: indo ao encontro das mulheres negras, - Sagas e Resiliências: encontradas na trajetória.

Na Conclusão foram considerados olhares sobre as trajetórias nas academias, com as entrevistadas e os aprendizados teóricos e metodológicos para o crescimento da pesquisadora.

2 ASPECTOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS SAGAS E RESILIÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS EM TRÊS AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS

2.1 AUSÊNCIAS DA MULHER NEGRA NA HISTÓRIA OFICIAL DO BRASIL E RESGATE DA TRAJETÓRIA DE MULHERES PROTAGONISTAS

Sabemos que desde a Independência do Brasil até nossos dias, as ações sociais e as questões raciais estão voltadas à questão nacional e com isso as negras continuam buscando resultados por meio de suas lutas cotidianas dentro das assim consideradas laterais da sociedade ou na marginalidade, sendo uma maioria expressiva, excluída dos projetos sociais e raciais de construção da nação brasileira (BORGES, 2009).

Mulheres negras têm marcado em suas trajetórias a perversidade nos níveis social, econômico e político e atualmente puxando os desdobramentos da problemática racial, visto que políticas públicas que favorecem os sujeitos negros são, muitas vezes, questionadas sobre sua validade. Nosso recorte neste contexto está focado na realidade das mulheres negras na academia, mas cabe também pensar a situação das políticas públicas voltadas para as mulheres negras de modo geral.

Pode-se mencionar a implementação da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), que existe desde 2003 e ainda não está incluída na maioria dos currículos das escolas brasileiras. No Rio Grande do Sul, o Fórum Permanente de Diversidade Étnico-Racial⁹ não conseguiu implementar de fato a referida Lei, pois não tem apoio das entidades governamentais, o que não aconteceu em Recife, São Paulo, Paraná, Alagoas, Bahia, Tocantins, entre outros estados brasileiros.

Percebe-se que as mulheres negras ainda não estão inseridas na maioria dos segmentos da sociedade, sobremaneira nas instituições universitárias, onde estão ausentes nas instâncias superiores decisórias destes espaços. Parece que a *saga* da qual busco aprender neste estudo atinge todas as suas fases e faixas etárias. Considerando que a mulher, de modo geral, sofre com a discriminação de gênero, a mulher negra sofre além dessa, a discriminação de cor, de forma muito mais severa. Elisa Nascimento

⁹ Conjunto formado por representantes de instituições do poder público e da sociedade civil, reunindo-se periodicamente e de forma continuada, ainda que por meio de redes virtuais, a fim de prestar apoio às políticas públicas para a educação e implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (instituída pela Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação).

(2008a) tem uma contribuição interessante que nos ajuda a entender melhor esta prática racial:

A prática camuflada da discriminação, ao lado de um discurso democrático racial, insere a mulher negra num contexto que denominaríamos aqui como espaço da falta. Sofrendo uma tripla discriminação – racial, social e sexual –, a mulher negra, numa sociedade racista e discriminadora, nada mais faz que acumular perdas no que se refere à dificuldade de sua inserção nos quadros sociais representativos do país. (NASCIMENTO, 2008a, p.50)

Esta sensação de vazio, do espaço não ocupado é um estímulo para trabalhar-se com esta temática. Esta lacuna deixa percepções de exclusão em nós, mulheres negras. Os sinais deixados pelos discursos também fazem diferença acerca das situações existentes nesta sociedade da “pseudodemocracia racial”, que discrimina a maioria das mulheres negras considerada neste estudo, com maior dedicação.

Ser desprezada pelos brancos em geral e, principalmente pelas mulheres brancas, nos causa dores, percepções, sofrimentos e sentimento de humilhações que ainda são gravados nas mentes das mulheres negras pela situação histórica vivida, sentimentos sem medida, pois são sentimentos únicos. Uma história de subordinação em que as mulheres negras sempre eram e muitas ainda são vistas como a empregada doméstica ou a fazedora de serviços menores para suas senhoras. Esses dilemas parecem cruciais para as mulheres brancas que, velada e sutilmente, estão na condição de “proprietárias” do destino das mulheres negras.

De acordo com Nascimento (2009, p.222), “É incontestável sua importância para entender as reelaborações das relações raciais e de gênero, assim como as das hegemonias e hierarquias.” Os estados de discriminação, exclusão, estereotipia e subalternização que a mulher negra vivencia impõem limites ao exercício de suas atividades pessoais, intelectuais, profissionais.

A mulher negra no mercado de trabalho tem sua inserção nitidamente desvantajosa, ainda que a sua participação na força de trabalho seja bem mais intensa do que as mulheres brancas. A presença da discriminação racial se acumula à ausência de igualdade entre os sexos, aprofundando desigualdades e colocando as afrodescendentes na pior situação quando comparada aos demais grupos populacionais – homens negros e brancos e mulheres brancas. Elas são a síntese da tripla discriminação de gênero, sexo e cor na sociedade brasileira: mais pobres, em situações de trabalho mais precárias, com menores rendimentos e vivenciam as mais altas taxas de desemprego.

As mulheres negras não fazem parte dos anais da “história oficial”, por estarem excluídas deste panorama. Observa-se um desconhecimento quase que total sobre mulheres negras que estiveram presentes na história através dos tempos, porém elas estão presentes na história do Brasil. Mulheres negras que se destacam, e entidades que mostram o protagonismo das mulheres negras em ações voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais, nos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira e entidades civis que realizam trabalhos e atividades destinadas, principalmente, às mulheres negras são mostradas para destaque e conhecimento.

As primeiras mulheres negras protagonistas que surgiram na área da educação foram Isabel da Silva de Abreu e Chica da Silva, que lutaram para dar educação a seus filhos e para que os mesmos ficassem longe da “alavanca e da enxada”, de acordo com Schuma Schumacher e Érico Brazil (2007, p. 212), “[...] Isabel não esmoreceu e empenhou-se em uma renhida batalha para que seus descendentes fossem mantidos longe da ‘alavanca e da enxada’ e concluíssem sua formação.”

As nove filhas de Chica da Silva estudaram no Recolhimento de Nossa Senhora de Monte Alegre de Macaúbas, em Minas Gerais. Schuma Schumacher e Érico Brazil (2007) citam que:

Ali aprendiam as primeiras letras, doutrina cristã, trabalhos de agulha e cantochão. Chica da Silva podia visitar as filhas quando quisesse. E, para que esses encontros ocorressem com maior comodidade, ela e o desembargador construíram um sobrado, próximo ao Recolhimento, onde o casal podia prolongar a permanência ao lado das meninas pelo tempo que desejassem. (SCHUMACHER ; BRAZIL, 2007, p. 212).

O desembargador chamava-se João Fernandes de Oliveira, nascido em Mariana, Minas Gerais e descendente de portugueses era o pai das filhas de Chica da Silva.

No segmento da alimentação, Schuma Schumacher e Érico Brazil (2007, p. 271) analisam: “Tia Maria é outra que também fez comidas e história. Integrava o grupo de mulheres denominadas vivandeiras, que acompanhou a Coluna Prestes na marcha que, entre os anos de 1925 e 1927, percorreu cerca de vinte e quatro mil quilômetros pelo interior do Brasil.”. Muitas foram as negras que tiveram destaque no campo da nutrição. No campo da medicina, dentre as mais diversas formações acadêmicas, podemos citar duas mulheres negras que foram médicas notáveis: Olga da Conceição, formada pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1931, e Lucinda Romano, graduada no ano seguinte, na Escola de Medicina da Universidade de São Paulo, foram as pioneiras nesta área da saúde. Estas mulheres romperam papéis e padrões impostos às mulheres negras,

naquela época, dentro de um sistema que as marginalizava por seu gênero e raça. Garcia (2006) cita acerca do protagonismo de mulheres negras:

O efervescente protagonismo das mulheres negras, orientado pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão, e pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas. (CARNEIRO, 2006, p. 55)

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva é uma das mulheres negras que tem deixado seu nome marcado na área da Educação¹⁰, mais especificamente na Educação das Relações Étnico-Raciais. Foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e participou da relatoria do Parecer CNE/CP 3/2004¹¹.

Petronilha recebeu, em 2011, homenagem da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), das mãos da Ministra Luiza Helena Bairros, o prêmio Educação para a Igualdade, por ter sido a primeira mulher negra a ter assento no Conselho Nacional de Educação, por relevantes serviços prestados ao Brasil e pela valiosa contribuição para a educação brasileira no combate ao racismo. Garcia (2006) nomeia a respeito da ligação entre os estudos afro-brasileiros e os movimentos negros:

Na segunda metade da década de 1990, intelectuais e pensadores do Movimento Negro começaram a migrar para o meio acadêmico. Parte deles, como, por exemplo, Sueli Carneiro, Amauri Mendes, Edna Roland, Jorge Rodrigues e Luiza Bairro têm sido lideranças e responsáveis por Associações e Ong's. Outros, como Carlos Alberto Medeiros, Conceição Evaristo, Marcelo Paixão e Iolanda Oliveira tem tido uma ligação histórica com o Movimento Negro. Todos têm contribuído dentro de suas respectivas disciplinas, de uma maneira inovadora para o desenvolvimento dos estudos afro-brasileiros. (GARCIA, 2006, p. 143)

¹⁰ Em 21 de março de 2011 foi admitida, pela Presidenta da República Dilma Rousseff, na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil. (SILVA, 2014)

¹¹ Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/200, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. (BRASIL, 2004)

Continuamos citando mulheres negras que fizeram parte da história do Brasil. São mulheres que nas últimas três décadas estão trazendo importantes contribuições ao povo negro brasileiro, principalmente às mulheres negras: Schuma Schumacher e Érico Brazil (2006) citam a contribuição de Sueli Carneiro:

[...] o Conselho Nacional de Direitos da Mulher criou, sob a coordenação de Sueli Carneiro, o Programa da Mulher Negra, que, entre outras atividades, realizou em conjunto com a Comissão de Mulheres Negras do CECF/SP e a Comissão da Mulher Advogada da OAB/SP o memorável Tribunal Winnie Mandela, que reuniu um grupo de jurados formado por personalidades da sociedade civil para julgar e condenar a discriminação contra mulheres negras. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2006, p. 350)

Luiza Bairos se destaca como uma importante socióloga que atua com muita competência nas atividades a favor das questões étnico-raciais, segundo Schuma Schumacher e Érico Brazil (2006, p. 352), “Em 2001, a socióloga assumiu a coordenação do Grupo interagencial para a questão racial do Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, cuja atribuição principal era incorporar a dimensão racial aos programas de cooperação internacional.”

Mulheres negras tornaram-se aliadas importantes quando Benedita da Silva assumiu o governo do Rio de Janeiro, em 2002. A governadora nomeou algumas mulheres que a assessoraram em algumas Secretarias e Subsecretarias, conforme Schuma Schumacher e Érico Brazil (2006, p.352), “Wânia Sant’Anna – historiadora, feminista e ativista do movimento negro – assumiu a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Sistema Previdenciário, ao lado da filósofa e historiadora Helena Theodoro, subsecretária de Direitos Individuais e Coletivos do órgão; [...]”.

Entidades situadas em alguns estados brasileiros realizam atividades em prol da defesa e promoção da mulher. Localizamos instituições de São Paulo, Rio de Janeiro e algumas do Rio Grande do Sul que lutam pelos direitos das mulheres negras voltadas para uma perspectiva integrada, transversal e dinâmica, no intuito de elevar a autoestima, a consciência de ser negra e seu processo de identidade.

A ONG “Maria Mulher” começou suas atividades em 1987. É uma organização de mulheres negras, com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que completou 27 anos de atividades em 2014. A ONG Maria Mulher convida a todas as mulheres a participarem da Marcha das Mulheres Negras Brasileiras Contra o Racismo e Pelo Bem Viver, que acontecerá em 2015, em Brasília. Esta marcha tem a finalidade de que toda a sociedade brasileira conheça e atenda as demandas das mulheres negras, para liquidar a

enorme dívida com as construtoras históricas do Brasil (MARIA MULHER, [2014]). As mulheres negras precisam estar engajadas em movimentos, fóruns, congressos, principalmente os que tenham a finalidade de elevar seus valores, autoestima e cidadania.

A Mocambos é um projeto social em defesa da cultura afrodescendente e de seu pertencimento na história brasileira. A Associação de Moradores e Amigos da Cidade Baixa – MOCAMBO carrega em sua história referências que comprovam seu compromisso: seja na criação do CRAB (Centro de Referência Afrobrasileira); em integrar a primeira Griot reconhecida pela cidade de Porto Alegre Professora Elaine Rodrigues ou ao protagonizar a consolidação do Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre, entre outras conquistas de referência estrutural e de marcação territorial da cultura negra. (REIS, 2012, p. 1)

Associação Mocambos iniciou suas atividades em Porto Alegre, RS, na década de 1970 e procura trazer a sociedade civil ao debate, propondo uma participação ativa pela promoção da igualdade racial e ter como integrante a primeira griot¹² Elaine Rodrigues, que é reconhecida pela cidade de Porto Alegre.

A Associação Mocambos oferece Oficinas, Palestras voltadas para a busca da cidadania plena como também debates acerca da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), que trata da obrigatoriedade da inclusão da História da África e da Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar da rede pública e privada do ensino fundamental, médio e superior, construindo relações diretas com a territorialização e o pertencimento do povo negro aos seus espaços de resistência socioculturais na sociedade brasileira. A Associação realiza roda de conversação e debate a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros: circularidade, energia vital (axé), corporeidade, musicalidade, ludicidade, coletividade/comunitarismo, oralidade, memória, religiosidade e ancestralidade.

Os Agentes de Pastoral Negros (APNs) iniciaram suas atividades em 1983, a partir de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A iniciativa foi dos negros ligados às pastorais da Arquidiocese de Belo Horizonte. Através de suas experiências de fé, mulheres negras procuraram levar outras negras, em suas respectivas comunidades e paróquias, a se engajarem no processo de sua etnia, além da superação do racismo. O objetivo da Pastoral é denunciar e combater o racismo no Brasil, resgatar a história, os valores culturais e religiosos do povo negro, com a finalidade de construir uma

¹² Os griots, jali ou jeli (djeli ou djéli na ortografia francesa) são contadores de histórias, vivem hoje em muitos lugares da África ocidental, incluindo Mali, Gâmbia, Guiné, e Senegal, e estão presentes entre os povos Mandê ou Mandingas (Mandinka, Malinké, Bambara etc.), Fulbe (Fula), Hausa, Songhai, Tukulóor, Wolof, Serer, Mossi, Dagomba, árabes da Mauritânia e muitos outros pequenos grupos. (GRIOT, 2013)

identidade positiva; “intervir de modo efetivo na realidade com o propósito de reverter o quadro secular de exclusão da população negra”¹³.

Uma das ações da APN é a Pastoral da Mulher, que foi uma iniciativa de leigas e religiosas que ficaram tocadas com os problemas das mulheres que vivem em situação de prostituição.

A Pastoral da Mulher aproxima e acolhe as mulheres negras para elevar sua autoestima, criar laços de confiança, amizade e respeito. A finalidade de conhecer suas dificuldades, quais suas aspirações, seus sofrimentos, seus desejos, entre outros. Mostrar a estas mulheres que é possível reverter suas vidas de sofrimento, mostrando a elas alternativas como cidadania, dignidade, educação, saúde e respeito.

O Geledés Instituto da Mulher Negra foi criado em 30 de abril de 1988, em São Paulo. O que é o Geledés? “É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais...”(GELEDÉS, 2014). O que o Geledés faz? Na questão racial, junta-se a outros movimentos negros pela criminalização do racismo contra as mulheres negras. Em relação à saúde, articula junto a outras organizações não governamentais com o objetivo de encaminhar principalmente mulheres negras no tratamento de suas enfermidades. Também atua nas questões de gênero, alinhando-se à agenda feminina no combate à violência doméstica e sexual que as mulheres sofrem. Promove cursos de profissionalização e capacitação para mulheres negras objetivando o mercado de trabalho.

Sobre a AMNB, segundo dados Geledés Instituto da Mulher Negra esta articulação surgiu inicialmente, com o objetivo de permitir o protagonismo das mulheres negras:

A AMNB (Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras) foi fundada em setembro de 2000 e é atualmente constituída de 23 organizações provenientes das diferentes regiões do Brasil. Criada com o objetivo inicial de permitir o protagonismo das mulheres negras durante o processo de realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (África do Sul, 2002), após a Conferência, a AMNB passa a se dedicar ao monitoramento das recomendações e do Plano de Ação e a formulação de estratégias de desenvolvimento inclusivo para o Brasil, centradas na proteção e na promoção dos direitos; na geração de oportunidades no mundo do trabalho na cidade e no campo; na igualdade de tratamento na vida e no respeito à diversidade humana, sem racismo, sexismo, lesbofobia ou classismo seja para o Brasil ou para a América Latina. (ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS, 2011)

¹³ http://www.cms.ba.gov.br/noticia_int.aspx?id=8521, consulta em 23/03/14, às 00h:00min

A AMNB tem sua sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. É composta por Associações, Organizações, Centros, Casas, Redes, Quilombos, em diversos estados brasileiros. A AMNB tem como missão: “[...] a ação em promover política articulada de ONGs de mulheres negras brasileiras, na luta contra o racismo, o sexismo, a opressão de classe, a lesbofobia e outras formas de discriminação, contribuindo para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade equânime [...]” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS, 2011).

No Rio Grande do Sul, na capital Porto Alegre, situa-se a Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN. Sua história começa com um grupo de mulheres negras resilientes que trocaram a condição de excluídas sociais para ações de cidadania e solidariedade. A partir de encontros religiosos, começaram a discutir acerca da situação do povo da Vila Maria da Conceição e Cruzeiro, com intervenções que mudaram a vida da população destes locais, em 1989, em Porto Alegre. Formaram-se lideranças comunitárias, com mulheres de 15 a 60 anos. Estes debates alastraram-se para além da vila e foi tomando corpo na cidade de Porto Alegre, nos espaços do poder público. Com trabalhos artesanais, formaram uma cooperativa que gerou fonte de renda a partir da habilidade manual das integrantes do grupo.

Foram surgindo ações como Missa Afro na paróquia da Vila Conceição, o Grupo de Danças “São Francisco” e a Festa da “Vermelhidão”, comemoração anual do dia 20 de novembro, “Dia Nacional da Consciência Negra”. Sueli Ramos mais conhecida como Tia Sueli, cita sobre o trabalho das mulheres negras:

Aprendemos e aproveitamos todo o tempo de vida do nosso grupo. Lembro que Nelma trabalhava constantemente na vila, trazia cultura, saber, amor e muito axé. Conseguimos criar demandas e políticas a partir do nosso entendimento como mulheres negras e da aquisição de consciência política. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MULHERES NEGRAS, 2013)

CRIOLA foi fundada em 1992, no Rio de Janeiro e, desde então é dirigida por mulheres negras. Considera-se uma sociedade civil e segue sua missão e visão institucionais como motes essenciais para seu funcionamento, “[...] a partir da defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal [...]” (CRIOLA, [2012]). Grupo de Mulheres ativistas, trabalhadoras, líderes de religiões de matriz africana, grupos prioritários de atuação, adolescentes e jovens fazem parte desta sociedade civil de mulheres negras.

Um dos motes de CRIOLA é a constante luta destas mulheres negras pela superação do racismo, pelo fim da violência contra a mulher – que cresce a cada dia –

pelo término da intolerância religiosa, da lesbofobia e do sexismo na nossa sociedade. As mulheres de CRIOLA são qualificadas para dialogarem na luta por seus direitos, debaterem com o intuito de incrementar a pressão política sobre governos e instâncias públicas pela efetivação dos direitos da mulher no que concerne à saúde, à justiça e à igualdade de gênero, raça, sexo.

Ante o quadro apresentado de organizações, ONGs, redes, associações, quilombos, entre outros, vislumbra-se que as mulheres negras podem agregar-se a estes espaços, aumentando sua autoestima e sentindo-se partícipes de seus processos de identidade.

2.2 RETRATOS DA INEXPRESSIVA PRESENÇA DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO E NO MERCADO DE TRABALHO

A mulher negra que veio forçadamente da África para o Brasil confrontou-se com um grande dilema: obedecer a ordens de seus senhores e de suas sinhás brasileiros, embora tenha trazido traços de sua cultura africana. Elisa Nascimento (2009) afirma que:

[...] o lugar sagrado, de autonomia econômica, gestão de poder político e centralidade social da mulher negra na África agora deveria sofrer um rápido e violento processo de desfazimento para se encaixar no lugar subalterno de objeto, conforme os intentos de homens e mulheres brancos. (NASCIMENTO, 2009, p. 238-239)

O próprio processo de abolição da escravatura acabou sendo um processo de reforço da discriminação. Ele não inseriu efetivamente o negro e a negra na sociedade, deixando-os à margem dos direitos que deveriam ter como cidadãos brasileiros. Essa suposta “liberdade” foi também um processo que não inseriu as mulheres negras nas diversas dimensões da sociedade, nas áreas de conhecimento como nas escolas, no mercado de trabalho, entre outros.

Gilberto Silva, José Antônio Santos e Luiz Carlos Carneiro (2008) trazem com qualidade o relato acerca de Joana, uma negra africana escrava:

[...] Joana, com 40 anos conseguiu alforria sem ônus ou condição de sua senhora Maria Guedes de Menezes, através de carta passada em 10 de janeiro de 1862. Maria Guedes justificava a liberdade que dava a sua cativa africana por ela “ter servido durante seu cativeiro com todo o zelo e dedicação” e também porque Joana estava “doente”. [...] Chamamos a atenção que além do sobrenome Guedes, de sua ex-senhora, Joana incorporou também a alcunha “de Jesus”, o que pode nos fazer pensar que talvez isso tenha ocorrido em

função de uma promessa feita por ela. (SILVA; SANTOS; CARNEIRO, 2008, p. 48-50).

Através destes relatos, observa-se que as escravas negras eram “libertas” quando não podiam mais trabalhar para suas patroas, por estarem “doentes” e também pela dedicação, como um “prêmio” pelo tempo que trabalharam nas fazendas. Esta suposta “alforria” era para que morressem na miséria, pois estavam livres e não tinham para onde ir. Ficariam na rua, na periferia, porque também não tinham trabalho. Esta escrava residia em Porto Alegre juntamente com seu “amásio” Marcelo Henrique da Silva.

As escravas muitas vezes “ganhavam” o sobrenome de seus patrões, ou também acrescentavam um nome que traziam da África para juntarem a seus nomes, porque chegavam da África sem nome, sobrenome e sem identidade. Assim como Joana, as escravas, após libertas, não tinham para onde ir e, às vezes, a solução era retornar à senzala, na condição de empregada doméstica, para sustentar sua família, seus filhos.

Schuma Schumacher e Érico Brazil (2007, p. 211) relata com propriedade que, “[...] escravizadas, negras e mulatas, passaram a serem admitidas em instituições antes só permitidas às chamadas sinhazinhas, onde aprendiam boas maneiras, prendas domésticas e catecismo.”. As crianças negras filhas de escravas e senhores feudais também frequentavam estes espaços, muitas vezes por imposição dos fazendeiros. A carga trazida pelas mulheres negras de tantos anos à margem da sociedade, e toda esta exclusão sofrida, não as conduziu a ascender nos seus diversos protagonismos. Essa situação perdurou por séculos e séculos. E hoje, através das políticas públicas, estão acontecendo algumas mudanças. Esta dívida os órgãos públicos têm com os negros em geral e, sobretudo com as mulheres negras, que ficaram à margem da sociedade, submissas aos trabalhos servis.

As mulheres negras sempre carregam baixa autoestima, silêncios e medos, que as desestimulam a traçar novos rumos para suas trajetórias. De acordo com Elisa Nascimento (2008a, p. 50): “O silêncio em que vem envolvida sua figura e a ausência quase total de sua representação social evidencia a perversão e/ou hipocrisia em que está assentada nossa sociedade”. Mesmo sendo uma minoria, mulheres negras está exercendo suas atividades profissionais em ambientes universitários, em condições protagonistas, em estados brasileiros como Tocantins, São Paulo, Alagoas, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, entre outros. Conforme cita Nilma Lino Gomes (1995, p. 115): “É o rompimento com um dos vários estereótipos criados sobre o negro brasileiro de que ele não é capaz intelectualmente”.

Nestas regiões do Brasil, as mulheres negras ocupam lugar de destaque, através de suas lutas em prol da Educação das Relações Étnico-Raciais, nos movimentos negros em seus locais de trabalho e de acordo com Nilma Lino Gomes (1995, p. 119): “[...] desmontando todos os estereótipos e estigmas historicamente colocados. Requer ver-se a si mesma como negra e profissional”. Alguns dados podem ilustrar a nossa discussão e debates acerca do maior número da população de pretos e pardos nos estados brasileiros. Números do IBGE (BRASIL, 2012) elucidam:

A população de pardos, por exemplo, é mais comum no Nordeste e no Norte (com destaque para o Pará, com 69,5% de pardos), enquanto os negros estão mais presentes nos estados da região Nordeste, principalmente na Bahia, onde 17,1% se autodeclararam negros (2,4 milhões de pessoas). (BRASIL, 2012)

Em outros Estados e universidades, ainda necessitam de maior atenção, porque os dados existentes são incipientes em relação às ações das mulheres negras, e de suas visibilidades na área da Educação das Relações Étnico-Raciais. Na região Sul, o Rio Grande do Sul é formado por uma população tipicamente branca, de imigrantes alemães e italianos, onde as mulheres negras possuem poucas chances de ocupar um lugar de protagonismo no trabalho ou na sociedade, inclusive nos meios acadêmicos.

Porém, este fato não justifica que as mulheres negras existentes, na região sul, apesar de ser uma minoria, não sejam protagonistas de suas histórias, em suas atividades, apesar de encontrarem em seus caminhos silêncios, situações veladas/obscuras, encontros, desencontros, cooptações que surgem em detrimento das forças hegemônicas da branquidade. São atitudes tecidas a “várias mãos”, porém com muita cumplicidade e segredo. Nilma Lino Gomes (1995) cita que:

Até que ponto o racismo e todos os seus mecanismos interferem na construção da identidade racial da mulher negra, afetam a sua prática pedagógica ao trabalhar com a questão racial e ao enfrentar situações de discriminação? A mulher negra e a mulher branca que atuam no magistério possuem trajetórias semelhantes, simplesmente pelo fato de serem mulheres e professoras? Elas trazem valores, representações, ênfases culturais diferenciadas para o cotidiano escolar? (GOMES, 1995, p. 130)

Como o racismo e todos os seus mecanismos podem interferir nas situações que envolvem o relacionamento profissional e acadêmico das mulheres negras e retardar seu crescimento pessoal, as oportunidades de despontar sua negritude e seu protagonismo nas universidades? Os espaços utilizados pelas profissionais negras também são dimensões de preconceito étnico-racial? Este é citado por Stefânie Loureiro (2004, p.

192): “A espacialidade é definida e produzida pelo grupo social dominante e está em relação com as representações negativas ou positivas que ele cria para cada grupo do sistema”. A relação entre as diferenças salariais da mulher negra e da mulher branca e a quantidade de mulheres negras desempregadas são citadas pelo setor de Comunicação Social da Funcef (FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS, 2012):

A trabalhadora negra recebe, em média, metade do salário da trabalhadora branca; quando suas escolaridades são similares, a diferença salarial gira em torno de 40%. As mulheres negras têm um índice maior de desemprego em qualquer lugar do país. A taxa de desemprego das jovens negras chega a 25%. Uma entre quatro jovens está desempregada. Além disso, elas estão em maior número nos empregos mais precários: 71% das mulheres negras estão nas ocupações precárias e informais, contra 54% das mulheres brancas e 48% dos homens brancos. (FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS, 2012, [documento eletrônico])

Houve queda na taxa de desemprego entre mulheres negras e pardas de 18,2% em 2003 para 9,1%, em 2011. Entre as mulheres brancas, o indicador caiu de 13,1% para 6,1%. A mulher negra ainda tem muito a conquistar no mercado de trabalho. Mesmo quando a escolaridade é similar, a diferença salarial gira em torno de 40% entre mulheres negras e brancas. A mulher negra ingressa antes no mercado de trabalho, mas continua sendo a última que se retira das atividades profissionais. As posições mais precárias do mercado de trabalho são ocupadas, em sua maioria, por mulheres negras (GONÇALVES, 2012).

2.2.1 Educação

Os dados da Tabela 1 se referem a “pessoas que frequentavam creches ou escolas, por situação de domicílio e rede de ensino, segundo o sexo, a cor ou raça, o curso que frequentavam e os grupos de idade”, em Bento Gonçalves, no censo de 2010. Por meio desta tabela, podem-se fazer algumas análises relativas à escolaridade das mulheres negras e brancas.

Tabela 1 - Escolaridade, Sexo, Raça dos sujeitos de Bento Gonçalves.

Tabela 3536 - Pessoas que frequentavam creche ou escola, por situação do domicílio e rede de ensino, segundo o sexo, a cor ou raça, o curso que frequentavam e os grupos de idade														
Município = Bento Gonçalves – RS														
Variável = Pessoas que frequentavam escola ou creche (Pessoas)														
Situação do domicílio = Total														
Rede de ensino = Total														
Grupos de idade = Total														
Ano = 2010														
Curso que frequentavam	Sexo X Cor ou raça													
	Mulheres							Total						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Creche	818	773	-	-	45	-	-	1.600	1.419	17	-	165	-	-
Pré-escolar	1.084	887	9	-	18	-	-	1.985	1.644	60	-	280	-	-
Classe de alfabetização	354	277	24	-	52	-	-	845	709	39	-	98	-	-
Alfabetização de jovens e adultos	73	66	-	-	7	-	-	261	209	-	-	53	-	-
Regular do ensino fundamental	6.000	5.038	95	9	847	12	-	11.617	9.684	211	15	1.694	12	-
Educação de jovens e adultos do ensino fundamental	206	169	-	-	37	-	-	494	444	-	-	50	-	-
Regular do ensino médio	1.927	1.759	32	-	136	-	-	3.557	3.178	62	-	317	-	-
Educação de jovens e adultos do ensino médio	330	301	-	10	19	-	-	686	618	-	10	58	-	-
Superior de graduação	3.416	3.228	45	-	130	12	-	6.234	5.859	92	-	291	12	-
Especialização de nível superior	324	309	9	-	5	-	-	542	503	20	-	19	-	-
Mestrado	80	80	-	-	-	-	-	148	148	-	-	-	-	-
Doutorado	25	25	-	-	-	-	-	58	58	-	-	-	-	-
Total	14.636	12.912	215	19	1.466	25	-	28.027	24.452	501	25	3.024	25	-

Fonte: BRASIL, 2010.

- as diferenças entre o número total de mulheres brancas que são 1.660, as mulheres pretas somam 229 e pardas estão em 233 nas Creches e no Ensino Pré-escolar é significativa, o que demonstra que existem poucas crianças negras ou o acesso é difícil, nesta faixa de idade;
- no Ensino Regular do Ensino Fundamental, as mulheres brancas são 5.038, as pretas estão em 95, e as pardas são 847, sendo que é significativa a diferença entre mulheres pretas e pardas;
- no Ensino Regular do Ensino Médio, as mulheres brancas somam 1.759, as mulheres pretas são 32, e as pardas, 136. As mulheres pretas estão em número muito reduzido;

- d) na Alfabetização de Jovens e Adultos, as mulheres brancas estão em número de 66, as mulheres pretas estão zeradas, e as mulheres pardas somam 7. Estes cursos, geralmente acontecem à noite, e as mulheres negras muitas vezes estão envolvidas com suas famílias, porque durante o dia trabalham. Várias mulheres negras são chefes de famílias, inclusive como mantenedoras da estrutura financeira familiar;
- e) no Ensino Superior, as mulheres brancas somam 3.228, as pretas em 45, e as pardas são 130. Observa-se que a diferença é alarmante, pois mulheres negras e pardas, muitas vezes, começam a evadir-se das escolas no ensino fundamental e médio e não retornam mais aos bancos escolares;
- f) na Especialização, no Mestrado e no Doutorado as mulheres brancas somam 414, as pretas estão em 9, e 5 mulheres pardas (BRASIL, 2010). Observou-se que em todos os níveis de ensino a mulher negra tem sua maior escolaridade até o ensino fundamental, porque nos níveis seguintes diminui o número de alunas negras, devido a trabalho, família, repetências, entre outros.

Constam na Tabela 2, dados que se referem a “pessoas que frequentavam creches ou escolas, por situação de domicílio e rede de ensino, segundo o sexo, a cor ou raça, o curso que frequentavam e os grupos de idade”, em Canoas, no censo de 2010. Por intermédio da tabela 2, podem-se fazer julgamentos e detectar sobre a escolaridade de mulheres negras e brancas:

Tabela 2 - Escolaridade, Sexo, Raça dos sujeitos de Canoas

Pessoas que frequentavam creche ou escola, por situação do domicílio e rede de ensino, segundo o sexo, a cor ou raça, o curso que frequentavam e os grupos de idade														
Município = Canoas – RS														
Variável = Pessoas que frequentavam escola ou creche (Pessoas)														
Situação do domicílio = Total														
Rede de ensino = Total														
Grupos de idade = Total														
Ano = 2010														
Sexo X Cor ou raça														
Curso que frequentavam	Mulheres							Total						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Total	47.999	40.908	2.866	102	4.082	41	-	94038	80.246	5.192	193	8.346	61	-
Creche	2.242	1.875	170	26	171	-	-	4.480	3.773	283	26	399	-	-
Pré-escolar	2.159	1.884	105	10	151	8	-	4.473	3.918	199	10	338	8	-
Classe de alfabetização	1.406	1.216	64	9	117	-	-	2.756	2.347	135	9	265	-	-
Alfabetização de jovens e adultos	288	187	41	11	48	-	-	578	404	64	11	99	-	-
Regular do ensino fundamental	22.514	18.485	1.563	19	2.423	23	-	46.493	38.307	2.941	71	5.143	31	-
Educação de jovens e adultos do ensino fundamental	1.436	1.213	122	-	101	-	-	2.786	2.418	191	-	165	12	-
Regular do ensino médio	7.659	6.636	409	-	614	-	-	13.922	12.161	700	9	1.051	-	-
Educação de jovens e adultos do ensino médio	1.412	1.179	108	-	115	10	-	2.597	2.141	204	-	242	10	-
Superior de graduação	7.908	7.326	258	-	324	-	-	14.226	13.214	425	18	569	-	-
Especialização de nível superior	724	678	25	11	11	-	-	1.284	1.153	51	11	69	-	-
Mestrado	163	149	-	8	6	-	-	336	311	-	20	6	-	-
Doutorado	88	80	-	8	-	-	-	108	100	-	8	-	-	-

Fonte: BRASIL, 2010.

- As diferenças entre o número total de mulheres brancas que somam 3.759, pretas são em 275, e pardas totalizam 322, na Creche e no ensino Pré-escolar é muito significativa;
- No Ensino Regular do Ensino Fundamental, as mulheres brancas são 18.485, as pretas estão em 1.563, e as pardas superam as mulheres pretas, pois estão em 2.423;
- No Ensino Regular do Ensino Médio, as mulheres brancas adicionam 6.636, as mulheres pretas são 409, e as pardas somam 614. As mulheres pretas novamente estão em número menor do que as mulheres pardas;
- Na Alfabetização de Jovens e Adultos, as mulheres brancas estão em número de 187, as mulheres pretas são 41, e as mulheres pardas somam 48. Neste nível de ensino as mulheres tem pouca representatividade

- e) No Ensino Superior as mulheres brancas são 7.326, as pretas 258 e as pardas 324. A diferença entre o número de mulheres brancas e mulheres negras mostra a realidade da pouca representação das mulheres negras nos níveis superiores da educação;
- f) Na Especialização, no Mestrado e no Doutorado, as mulheres brancas somam 907, as pretas estão em 25, e as mulheres pardas somam 17;
- g) Canoas detém o maior número de mulheres brancas 40.908, em comparação a Bento Gonçalves e São Leopoldo e, 6.948 mulheres pretas e pardas, nos níveis de ensino. Bento Gonçalves e São Leopoldo somam respectivamente 12.912 e 25.703 mulheres brancas. As mulheres pretas e pardas somam respectivamente 1.681 e 4.135, em Bento Gonçalves e São Leopoldo, nos níveis de ensino. A adjacência com a cidade de Porto Alegre atrai uma população maior ao município de Canoas, e esta proximidade proporciona oportunidades de emprego na capital às pessoas residentes em Canoas?

A saga das mulheres negras, em Bento Gonçalves, Canoas e São Leopoldo, em relação à escolaridade, é preocupante, porque muitas estão fora da escola, pelos mais diversos motivos, entre eles o trabalho.

Os dados da Tabela 3, a seguir, se referem a “pessoas que frequentavam creches ou escolas, por situação de domicílio e rede de ensino, segundo o sexo, a cor ou raça, o curso que frequentavam e os grupos de idade”, em São Leopoldo, no censo de 2010. Por meio desta tabela podem-se fazer muitas análises relativas à escolaridade das mulheres negras e brancas.

Tabela 3 - Escolaridade, Sexo, Raça dos sujeitos de São Leopoldo.

Tabela 3536 - Pessoas que frequentavam creche ou escola, por situação do domicílio e rede de ensino, segundo o sexo, a cor ou raça, o curso que frequentavam e os grupos de idade

Município = São Leopoldo – RS														
Variável = Pessoas que frequentavam escola ou creche (Pessoas)														
Situação do domicílio = Total														
Rede de ensino = Total														
Grupos de idade = Total														
Ano = 2010														
Curso que frequentavam	Sexo X Cor ou raça													
	Total							Mulheres						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Total	60.071	51.704	2.724	151	5.459	34	-	29.931	25.703	1.320	74	2.815	19	-
Creche	2.709	2.423	118	14	153	-	-	1.272	1.135	45	14	77	-	-
Pré-escolar	3.237	2.818	166	-	253	-	-	1.563	1.342	70	-	152	-	-
Classe de alfabetização	1.415	1.129	142	19	125	-	-	608	488	70	-	50	-	-
Alfabetização de jovens e adultos	248	186	36	-	26	-	-	114	68	36	-	10	-	-
Regular do ensino fundamental	30.537	25.373	1.511	87	3.545	21	-	14.864	12.308	699	47	1.798	12	-
Educação de jovens e adultos do ensino fundamental	2.283	1.964	97	-	215	6	-	976	857	35	-	76	6	-
Regular do ensino médio	7.381	6.468	301	13	599	-	-	3.990	3.473	168	4	344	-	-
Educação de jovens e adultos do ensino médio	1.890	1.633	68	-	188	-	-	997	871	37	-	89	-	-
Superior de graduação	9.310	8.692	275	18	318	6	-	4.916	4.544	160	9	203	-	-
Especialização de nível superior	710	684	-	-	27	-	-	450	435	-	-	15	-	-
Mestrado	233	212	10	-	10	-	-	137	137	-	-	-	-	-
Doutorado	120	120	-	-	-	-	-	45	45	-	-	-	-	-

Fonte: BRASIL, 2010.

- a) As diferenças entre o número total de mulheres brancas que são 2.477, as mulheres pretas somam 115, e pardas estão em 229 nas Creches e no Ensino Pré-escolar é alarmante;
- b) No Ensino Regular do Ensino Fundamental, as mulheres brancas são 12.308, as pretas estão em 699, e as pardas superam as mulheres pretas, pois estão em 1.798;
- c) No Ensino Regular do Ensino Médio, as mulheres brancas somam 3.473, as mulheres pretas são 168, e as pardas, 344. As mulheres pretas estão em número menor do que as mulheres pardas;
- d) Na Alfabetização de Jovens e Adultos, as mulheres brancas estão em número de 68, as mulheres pretas são 36, e as mulheres pardas somam 10. Este nível de ensino tem o menor número de mulheres negras;
- e) No Ensino Superior, as mulheres brancas somam 4.544, as pretas em 160, e as pardas são 203. Observa-se desproporcionalidade entre o número de mulheres brancas e mulheres negras no Ensino Regular. As mulheres negras, tendo em vista sua baixa escolaridade, não completam seus estudos e, poucas chegam ao nível superior;
- f) Na Especialização, no Mestrado e no Doutorado, as mulheres brancas somam 617, as pretas estão zeradas nos três níveis educacionais e, na Especialização, existem 15 mulheres pardas. Considerando que: “Se os níveis de educação são indicadores do potencial de cada grupo racial quanto à alocação na estrutura ocupacional, os dados apresentados sobre a situação educacional da mulher negra permitem antever as suas perspectivas no mercado de trabalho [...]” (CARNEIRO, 1985, p. 11), pois notou-se que em todos os níveis de ensino a mulher negra tem sua maior escolaridade até o ensino fundamental, porque nos níveis seguintes diminui significativamente o número de alunas negras.

Marcos Tramontini (2000) cita que: “O censo de 1848, logo após a Revolução Farroupilha e num momento em que se iniciava um período de desenvolvimento da

economia colonial, nos apresenta os seguintes dados referentes à Vila de São Leopoldo”:

Tabela 4 - Brasileiros, Alemães e Escravos.

Local	Brasileiros	Alemães	Escravos de Brasileiros	Escravos de Alemães
Vila São Leopoldo	217	649	27	45

Fonte: TRAMONTINI, 2000.

Nesta Tabela 4, observam-se brasileiros, alemães, escravos de brasileiros e escravos de alemães, sendo que os alemães aportaram em São Leopoldo, no ano de 1824. Na cidade de São Leopoldo, é pouco conhecido, entre a população, o trabalho dos escravos, na Feitoria do Linho Cânhamo, antes da chegada dos imigrantes alemães. De acordo com Daniela Barcellos (2013):

O fato de alguns pesquisadores “ignorar” a presença de outros grupos em localidades povoadas por alemães e descendentes pode ser decorrente do próprio discurso de isolamento do grupo teuto em relação a outros grupos para justificar a manutenção de alguns elementos culturais característicos. (BARCELLOS, 2013, p. 19).

Feitoria é o bairro de São Leopoldo que possui o maior número de negros. A então hoje Casa do Imigrante, localizada nesse mesmo bairro, foi a antiga sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo (2014). Analisamos a seguir, tabelas com número de homens, mulheres no Brasil, no Rio Grande do Sul e em cada uma das cidades de nossa análise.

2.2.1.1 Retrato das mulheres: Bento Gonçalves – Canoas - São Leopoldo

Na Tabela 5, no Brasil, as mulheres pretas e pardas somam 48.406.819 estão em número superior às mulheres brancas, que totalizam 47.399.158. No Rio Grande do Sul mulheres brancas somam 4.597.485 e mulheres pretas e pardas totalizam 856.488. Em Bento Gonçalves, o número de mulheres pretas e pardas soma 6.194, e mulheres brancas estão em número de 48.272 e demonstram a força e influência que a imigração italiana tem na cidade. Na cidade, o número de habitantes italianos é muito alto. Os costumes estão vivos no povo italiano e, inclusive, mulheres negras adotam a cultura, a língua e trajes italianos. A miscigenação entre negros e italianos é expressiva.

Tabela 5 - Raça, Domicílio e Sexo da População – Bento Gonçalves.

Tabela Cinco - Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade								
Variável = População residente (Pessoas)								
Situação do domicílio = Total								
Idade = Total								
Ano = 2010								
Brasil, Unidade da Federação e Município	Sexo	Cor ou raça						
		Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Brasil	Total	190755799	91051646	14517961	2084288	82277333	817963	6608
	Homens	93406990	43652488	7526611	951404	40861864	409907	4716
	Mulheres	97348809	47399158	6991350	1132884	41415469	408056	1892
Rio Grande do Sul	Total	10693929	8900007	595123	35682	1130043	32989	85
	Homens	5205057	4302522	294267	17317	574411	16503	37
	Mulheres	5488872	4597485	300856	18365	555632	16486	48
Bento Gonçalves	Total	107278	93781	2205	234	10962	96	-
	Homens	52645	45509	1212	115	5761	48	-
	Mulheres	54633	48272	993	119	5201	48	-

Fonte: BRASIL, 2010.

Na Tabela 6, no Brasil, as mulheres pretas e pardas somam 48.406.819 e estão em número superior às mulheres brancas, que totalizam 47.399.158. Conferimos que no Rio Grande do Sul as mulheres brancas somam 4.597.485 e mulheres pretas e pardas totalizam 856.488. Em Canoas, o número de mulheres pretas e pardas soma 23.454, e mulheres brancas estão em número de 143.840, o que demonstra a força e influência que a imigração teve na cidade. É inegável a interferência que as imigrações italiana, alemã, polonesa e espanhola, entre outras, tiveram na constituição do povo rio-grandense. Cada imigração trouxe especificidades características de suas culturas, o que enriqueceu muito o estado, porém fortaleceu a cultura eurocêntrica no solo rio-grandense.

Tabela 6 - Raça, Domicílio e Sexo da População - Canoas.

Tabela Seis - Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade

Variável = População residente (Pessoas)								
Situação do domicílio = Total								
Idade = Total								
Ano = 2010								
Brasil, Unidade da Federação e Município	Sexo	Cor ou raça						
		Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Brasil	Total	190.755.799	91.051.646	14.517.961	2.084.288	82.277.333	817.963	6.608
	Homens	93.406.990	43.652.488	7.526.611	951.404	40.861.864	409.907	4.716
	Mulheres	97.348.809	47.399.158	6.991.350	1.132.884	41.415.469	408.056	1.892
Rio Grande do Sul	Total	10.693.929	8.900.007	595.123	35.682	1.130.043	32.989	85
	Homens	5.205.057	4.302.522	294.267	17.317	574.411	16.503	37
	Mulheres	5.488.872	4.597.485	300.856	18.365	555.632	16.486	48
Canoas	Total	323.827	276.303	19.575	700	26.809	437	-
	Homens	155.936	132.466	9546	318	13.384	222	-
	Mulheres	167.891	143.840	10.029	382	13.425	215	-

Fonte: BRASIL, 2010.

Sendo considerado um estado economicamente produtivo, em relação a outros estados brasileiros, na época da escravidão, pouco se diz que o Rio Grande do Sul cresceu economicamente. Este crescimento econômico foi perversamente ampliado e fortalecido pelas mãos de escravos vindos do continente africano para trabalhar, principalmente nas charqueadas.

Em Canoas, o número de mulheres negras supera em 9.247 pessoas em relação às mulheres negras de São Leopoldo. O número de mulheres brancas de Canoas é superior às mulheres do município de São Leopoldo, em 48.630 pessoas.

Na Tabela 7, no Brasil, as mulheres pretas e pardas somam 48.406.819 e estão em número superior às mulheres brancas, que totalizam 47.399.158. Comparando o total de homens e mulheres (190.755.799), verifica-se que a maioria da população é negra (96.795.294).

Tabela 7 - Raça, Domicílio e Sexo da População – São Leopoldo

Tabela Sete - Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade								
Variável = População residente (Pessoas)								
Situação do domicílio = Total								
Idade = Total								
Ano = 2010								
Brasil, Unidade da Federação e Município	Sexo	Cor ou raça						
		Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Brasil	Total	190.755.799	91.051.646	14.517.961	2.084.288	82.277.333	817.963	6.608
	Homens	93.406.990	43.652.488	7.526.611	951.404	40.861.864	409.907	4.716
	Mulheres	97.348.809	47.399.158	6.991.350	1.132.884	41.415.469	408.056	1.892
Rio Grande do Sul	Total	10.693.929	8.900.007	595.123	35.682	1.130.043	32.989	85
	Homens	5.205.057	4.302.522	294.267	17.317	574.411	16.503	37
	Mulheres	5.488.872	4.597.485	300.856	18.365	555.632	16.486	48
São Leopoldo – RS	Total	214.087	183.896	10.033	563	19.303	292	-
	Homens	104.242	88.686	4.998	267	10.131	160	-
	Mulheres	109.845	95.210	5.035	296	9.172	132	-

Fonte: BRASIL, 2010.

No Rio Grande do Sul, os brancos somam 10.693.929, e negros totalizam 1.725.166 pessoas e, na cidade de São Leopoldo, os brancos são 183.896, e os negros totalizam 29.336 sujeitos. Verifica-se que a maioria da população é branca. Neste Estado, chama atenção o ínfimo número de mulheres pretas e pardas, que somam 856.488, enquanto as mulheres brancas totalizam 4.597.485 pessoas. Em São Leopoldo, o número de mulheres pretas e pardas é de 14.207, e as mulheres brancas somam 95.210 pessoas, números que demonstram a força e influência da imigração alemã na cidade. Hoje, São Leopoldo é considerado o “Berço da Colonização Alemã no Brasil”, em virtude de ter recebido os primeiros imigrantes alemães, em 25 de julho de 1824. O mercado de trabalho é um segmento importante que também estou analisando, em relação a nosso foco de trabalho que são as mulheres negras.

2.2.2 Mercado de trabalho

As mulheres negras e pardas em Bento Gonçalves perfazem um total de 1.650, enquanto as mulheres brancas somam 12.657, inseridas no mercado de trabalho. Na faixa de 1 a 2 salários mínimos, as mulheres brancas totalizam 5.140, e as mulheres negras e pardas são 551, de acordo com a tabela 8, que se refere a Idade, Raça, Sexo e Classes de Rendimento, em Bento Gonçalves. A representatividade das mulheres negras

e pardas está em 612, enquanto as mulheres brancas somam 2.503, na faixa de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo. Em relação a mais de 10 salários mínimos, 6 são as mulheres negras e pardas enquadradas nesta faixa, enquanto 139 mulheres brancas perfazem esta linha de salários. “Sem rendimento” há 141 mulheres brancas e 38 mulheres negras e pardas. Uma observação interessante é que, quanto mais aumenta a faixa de salários mínimos, diminui o número de mulheres negras e pardas que estão dentro destas faixas salariais.

Tabela 8 - Idade, Raça, Sexo e Classe de Rendimento – Bento Gonçalves.

Tabela 1385 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares, por cor ou raça, segundo o sexo e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita

Variável = População residente (Pessoas)			
Município = Bento Gonçalves			
Situação do domicílio = Total			
Idade = Total			
Ano = 2010			
Mulheres	Cor ou Raça		
	Brancas	Negras	Pardas
Até 1/8 de salário mínimo	14	1	4
Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo	77	5	30
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	496	52	177
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	2503	121	491
Mais de 1 a 2 salários mínimos	5140	114	437
Mais de 2 a 3 salários mínimos	2102	19	108
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1404	6	33
Mais de 5 a 10 salários mínimos	641	4	3
Mais de 10 salários mínimos	139	1	5
Sem rendimento	141	5	33
Sem declaração	-	-	-
TOTAL	12657	328	1322

Fonte: BRASIL, 2010.

As mulheres negras e pardas em Canoas adicionam um total de 6.656, enquanto as mulheres brancas somam 38.879, que pertencem a classe trabalhadora, conforme ilustra a tabela 9 a seguir. Na faixa de 1 a 2 salários mínimos, as mulheres brancas totalizam 11.433, e mulheres negras e pardas, 1.623. A representatividade das mulheres negras e pardas está em 2.273 e de 11.339 de mulheres brancas, na faixa de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo. Em relação a mais de 10 salários mínimos, 14 são as mulheres negras e pardas enquadradas nesta faixa, enquanto 319 mulheres brancas perfazem esta linha de salários. “Sem rendimento” há 1.374 mulheres brancas e 213 mulheres negras e pardas. Uma análise interessante é que, quanto mais aumenta o número de faixas salariais, diminui o número de mulheres negras e pardas que estão dentro destas faixas salariais,

que por terem pouca representação nos níveis superiores da educação não tem os melhores salários.

Tabela 9 - Idade, Raça, Sexo e Classe de Rendimento – Canoas.

Tabela Nove - Tabela 1385 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares, por cor ou raça, segundo o sexo e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita			
Variável = População residente (Pessoas)			
Situação do domicílio = Total			
Município = Canoas			
Idade = Total			
Ano = 2010			
Mulheres	Cor ou Raça		
	Brancas	Negras	Pardas
Até 1/8 de salário mínimo	247	71	87
Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo	1103	206	238
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	4489	627	667
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	11339	1070	1203
Mais de 1 a 2 salários mínimos	11433	789	834
Mais de 2 a 3 salários mínimos	4218	162	193
Mais de 3 a 5 salários mínimos	2851	96	105
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1506	33	45
Mais de 10 salários mínimos	319	5	9
Sem rendimento	1374	97	116
Sem declaração	-	-	-
TOTAL	38879	3156	3500

Fonte: BRASIL, 2010.

Em São Leopoldo, nota-se que o total de mulheres brancas é de 25.920 e de mulheres negras e pardas é de 3.887, segundo a tabela 10. O maior número de mulheres brancas situa-se na faixa de “Mais de 1 a 2 salários mínimos” que totalizam 7630, ao passo que as mulheres negras e pardas somam 895. Na faixa de “Mais de ½ a 1 salário mínimo” estão localizadas a maioria das mulheres negras e pardas, ou seja, 1.329. “Sem rendimento” há 733 mulheres brancas e 145 mulheres negras e pardas. A partir da faixa salarial de “Mais de 1 a 2 salários mínimos” começa a diminuir bastante o número de mulheres negras que estão neste nível salarial, em relação às mulheres brancas a quantidade destas, também decresce.

Tabela 10 - Idade, Raça, Sexo e Classe de Rendimento – São Leopoldo.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares, por cor ou raça, segundo o sexo e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*

Variável = População residente (Pessoas)
Situação do domicílio = total
Município = São Leopoldo
Idade = total
Ano 2010
Cor ou raça

Mulheres	Cor ou Raça		
	Brancas	Negras	Pardas
Até 1/8 de salário mínimo	247	40	75
Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo	787	111	178
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	3078	281	488
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	7300	515	814
Mais de 1 a 2 salários mínimos	7630	374	521
Mais de 2 a 3 salários mínimos	2663	80	118
Mais de 3 a 5 salários mínimos	2031	44	63
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1160	19	16
Mais de 10 salários mínimos	291	2	3
Sem rendimento	733	53	92
Sem declaração	-	-	-
TOTAL	25920	1519	2368

Fonte: BRASIL, 2010.

Os homens brancos detêm o poder decisório nos espaços de trabalho, a mulher branca ou está junto com o homem branco nas decisões ou opina em segundo lugar. O homem negro, muitas vezes, não é chamado e a mulher negra, na última posição fica totalmente excluída nos processos decisórios importantes da educação e, sobretudo, das decisões nos ambientes das instituições institucionais. Na tabela abaixo (Tabela 11), pode-se observar a dinâmica de escala das relações entre homens negros e brancos e mulheres negras e brancas:

Tabela 11 - Proporção dos rendimentos médios: Domicílio, Raça e Sexo.

Proporção dos rendimentos médios reais por hora				
Região	Homens não Negros	Mulheres não Negras	Homens Negros	Mulheres Negras
*Dieese				
Belo Horizonte	100	84,1	57,4	51,2
Distrito Federal	100	76,2	63,8	49,5
Fortaleza	100	79,1	72,9	58,6
Porto Alegre	100	82,6	71,2	58,3
Recife	100	82	64,6	51,6
Salvador	100	83,3	61,3	51
São Paulo	100	76	60,1	47,8

Fonte: AINDA..., 2012.

Na tabela 11, observa-se que a mulher negra ocupa a última posição, nestes estados brasileiros e também nos outros estados; o homem branco está na primeira posição ocupando uma posição privilegiada em relação à mulher branca e ao homem negro. A mulher branca vive uma subordinação de gênero e, muitas vezes ocupa a mesma posição que o homem, porém seu rendimento é menor que do homem branco. De outro modo e com menor grau, a mulher branca vive uma saga diferente, porque tem seu diferencial na cor de sua pele. Mulheres negras e mulheres brancas estão em diferentes representatividades, mas também vive uma sujeição de gênero, em modos “igualitários”.

2.2.3 Por que analisar as mulheres negras profissionais universitárias?

Sabemos que na pirâmide social a mulher negra ocupa a última posição devido a realidade complexa, difícil e com perspectivas interrogativas em relação a seu crescimento pessoal, social e profissional. A partir dos elementos buscados junto aos teóricos analisados, como Nilma Lino Gomes (1995, p. 138), “O imaginário social sobre a mulher negra foi construído ao longo da história de nossa formação social. Sua construção não foi pacífica. Reações e resistências individuais e coletivas vêm tentando redefinir esse imaginário” observa-se que a construção da formação social da mulher negra, ao longo da história não foi pacífica.

A realidade que acontece no século XXI ainda é assustadora, porém melhor do que sofreram nossos antepassados. Através deste e de outros referenciais teóricos procuramos descobrir como as relações raciais e de gênero pautam o processo de identidade das profissionais negras, nos ambientes universitários. “Como se da o protagonismo das mulheres negras profissionais, tendo em vista sagas e resiliências vivenciadas nos ambientes universitários?” é a pergunta principal das Sagas e Resiliências das Mulheres Negras Profissionais em três ambientes universitários.

Esta questão remete a outras interrogativas como: Por que analisar as mulheres negras profissionais universitárias? É importante narrar a trajetória destas mulheres negras?

Sabe-se através de fatos acontecidos na história do Brasil que muitas intelectuais, ativistas, literárias, entre outras foram esquecidas, não são nomeadas, nem citadas nas suas áreas de atuação, como sujeitos que fizeram parte da história da mulher negra. Rosane Borges (2009) faz um relato dessa realidade, nos seguintes termos:

Urge, assim, transpor o *déficit* documental que timbra a história do negro e das mulheres negras. Por que Abdias Nascimento não goza do mesmo estatuto dos seus contemporâneos brasileiros? Por que alguns setores da ortodoxia literária relutam em considerar Maria Carolina de Jesus uma escritora? [...] *Úrsula*, foi escrito com a pena de uma mulher negra, Maria Firmina dos Reis¹⁴, em 1859. (BORGES, 2009, p. 13)

Protagonizar nomes consagrados em seus ramos de atuação, no mundo negro, muitas vezes exige esforços redobrados, pois cumpre sistematizar experiências, por em destaque estilos de vida, entrar na disputa discursiva para lançá-los nesta linha, a fim de merecer destaque especial no rol das personalidades históricas e/ou importantes. A cultura nos indica que mulheres brancas, ocupam espaços e posições muitas vezes centrais e de liderança nos lugares de aprendizagens nos meios acadêmicos.

Alguns relatos que acontecem no cotidiano são trazidos, em diferentes contextos, para questionar se estes obstáculos inibem a maioria das mulheres negras em ascender ao seu protagonismo, tendo em vista suas sagas nas universidades. As mulheres negras profissionais acadêmicas precisam contar suas histórias a partir do lugar que ocupam e não deixar que outros (as) contem essas mesmas histórias de maneiras equivocadas ou distorcidas.

E, por estas constatações é que mais mulheres negras precisam estar nas academias, em programas de pós-graduação, nas pesquisas, para alargar estes campos e deixar sua passagem nestes lugares de saber e suas produções intelectuais. No Brasil, há mulheres negras que vivem a ideologia do embranquecimento tendem a copiar os valores e a cultura predominante dos brancos como sendo a legítima, negando com isto a sua própria cultura e a contribuição que deram ao país na formação da sociedade brasileira “e vivendo a construção de uma identidade étnico-racial fragmentada.” (GOMES, 1995, p. 82).

Dessa forma, negras são facilmente cooptadas como ocorre nos diversos espaços em que estão trabalhando, com a promessa de serem incluídas de fato e, na realidade apenas ocupam uma vaga não lhe sendo conferidas condições de reivindicar os direitos, de expandir a cultura negra em seu espaço de trabalho. A mulher negra vive momentos de “silêncio”, ou seja, não tem espaço, é barrada em sua fala e não está incluída “de fato”, ficando submetida a uma visão fragmentada de sua história e identidade. Sem

¹⁴ Maria Firmina dos Reis nasceu na Ilha de São Luís, MA, em 11 de outubro de 1825. Foi registrada como filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis. Mulata, bastarda, é prima do escritor maranhense Sotero dos Reis por parte da mãe. Em 1830, mudou-se com a família para a Vila de São José de Guimarães, no continente, município de Viamão. “Viveu parte de sua vida na casa de uma tia materna ‘melhor situada economicamente’”. (MARIA ..., 2013).

estar incluída, como a mulher negra pode ser protagonista de sua história? Maria Aparecida Bento e Iraí Carone (2002) muito bem referenciam o papel do negro e do branco, na afirmação:

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais. (BENTO ; CARONE, 2002, p. 25-26)

É preciso dar visibilidade à mulher negra e que a mesma seja reconhecida no seu espaço profissional. Este é um de nossos desafios. Muitas questões de poder estão envolvendo este trâmite, esta passagem. Serão necessários alguns anos para que possamos contar com o quadro de mulheres negras profissionais como protagonistas de suas histórias?

Estamos no século XXI a mulher negra precisa restabelecer o discurso e a escrita, tirá-los das margens. Rosane Borges (2009, p. 16) explora muito bem nesta afirmação: “Se o discurso represa o caos, também estabelece margens entre os ditos e os não ditos, entre lacunas e excessos. Silêncio e palavra, opacidade e transparência são faces da mesma moeda.” A fala e a escrita precisam sair das margens e estabelecer pontes de diálogo entre as mulheres negras e a educação.

A trajetória das mulheres negras na educação tem início no período colonial, porém, na maior parte das vezes, era voltado às funções domésticas, o aprendizado com os cuidados com a casa, e o bordado era a “única prenda” permitida, pois não causava maior preocupação. Acerca deste fato, Schuma Schumacher e Érico Brazil (2007) nos contempla com a seguinte observação:

Nem brancas, nem negras ou indígenas eram alfabetizadas, salvo casos isolados, quando os jesuítas interessavam-se pela instrução religiosa de umas poucas jovens índias, ou algumas mais abastadas mandavam suas filhas para os conventos portugueses. Mas nem sempre os motivos que as levavam até ali vinham da boa-fé de seus pais ou tutores. Nos conventos, muitas viviam como prisioneiras, forçadas ao claustro pela rebeldia, pelo adultério ou por disputas de espólios familiares. (SCHUMACHER; BRAZIL, 2007, p. 211)

Depois de alguns anos, na década de 1720, sabe-se dos primeiros ensinamentos voltados para a população negra, na colônia. As escravas começaram a frequentar as instituições de ensino onde anteriormente participavam as meninas brancas, que

aprendiam prendas domésticas, catecismo e boas maneiras (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007).

A literatura nos relata que em alguns poucos Estados brasileiros, de 1829 a 1855, havia escravas ingressantes nas escolas e, era interessante que entre as mesmas tinham destaques individuais e coletivos. As escolas situavam-se na Bahia sob o nome de Grupo de Africanos islamizados; no Maranhão era o Quilombo da Fazenda da Lagoa Amarela; no Rio de Janeiro como Sociedade Amante de Instruções; em São Paulo, era Escola de Anna Matilde Pinto e Escola de dona Maria Benedita Braga; no Rio Grande do Norte como Colégio São Vicente de Paulo e no Rio Grande do Sul era a Escola Normal de Porto Alegre.

Aos exploradores e autoridades não interessava que as negras escravizadas fossem letradas. Aconteceu em Minas Gerais, que dom Lourenço de Almeida desobedeceu a ordens expressas de dom João VI, as quais eram exigidas que os filhos “ilegítimos”, de senhores e escravas, fossem educados. Outro cenário que mudou foi em relação às escolas para meninos e meninas. As instituições de ensino começaram a instituir aulas mistas, em várias cidades brasileiras. Schuma Schumacher e Érico Brazil (2007) nos revela que:

Com a Abolição e a Proclamação da República alguns cenários começaram a mudar. A partir do final do século XIX, as instituições de ensino mistas se estabeleceram com maior regularidade em diversas cidades brasileiras. Em 1897, no interior da Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos na cidade de Campinas foi criado o Colégio São Benedito; em junho daquele ano realizou-se a primeira aula mista. Menos de um mês depois, Ana de Almeida Cabral seria nomeada a primeira professora da escola, que reunia 21 meninas e 19 meninos, no período inicial. (SCHUMAHER ; BRAZIL, 2007, p. 217)

Este fato aconteceu ao final do século XIX. O número de alunos mistos expandiu-se no decorrer dos anos subsequentes, na cidade de Campinas. Nosso foco, que é a mulher negra está se inserindo gradualmente, nos níveis de ensino, atualmente. Ainda são significativas as diferenças numéricas entre mulheres negras e brancas, presentes nas instituições de todos os níveis, mas principalmente nas universidades. Porém, em pleno século XXI, parece que ainda não interessa para a sociedade, que as mulheres negras saibam mais, aprendam mais, participem mais, sejam protagonistas de suas histórias.

2.2.4 Apontamentos Metodológicos

A pesquisa de campo aconteceu em três relevantes instituições de ensino superior, que são referências importantes a serem pesquisadas e estudadas neste contexto. Foram visitas que consideravam o tempo de 2003 a 2013, período de saga das entrevistadas, e de 10 anos da Lei 10639. As universidades foram escolhidas em virtude das características e especificidades de cada região gaúcha.

Em primeiro lugar, a Universidade de Caxias do Sul (UCS) faz parte de outra realidade, pois é tipicamente italiana, está localizada na Região da Serra Gaúcha. Seu Campus Sede está localizado em Caxias do Sul. A UCS possui nove unidades universitárias e a que visitei está localizada em Bento Gonçalves. Neste ambiente universitário, entrevistei mulheres negras profissionais e conversas informais com mulheres brancas. Na Universidade de Bento Gonçalves tem estudantes provenientes da Região Noroeste Rio-grandense e da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Em nossas universidades as relações raciais estão postas, mas há medo e recusa em discutir este assunto. A discriminação quando se apresenta de forma racial, é mascarada pelas constantes falas de classes sociais, a negra é discriminada, porque é pobre. É um modo de mostrar que o racismo está muito presente na sociedade brasileira. Nilma Lino Gomes (1995) sobre as diferenças que nos marcam menciona:

O discurso da igualdade fica esvaziado de sentido à medida que reconhecemos que o que nos marca enquanto pessoas não são somente as semelhanças, mas principalmente as diferenças. E, se a igualdade justificasse o silêncio sobre as relações raciais na escola, este deveria ocorrer também no que diz respeito ao discurso sobre as classes sociais, pois, a partir do momento em que posso “igualar” aqueles que vendem sua força de trabalho em determinada classe e aqueles que são donos dos meios de produção em outra, fica impossibilitado qualquer tipo de discussão. (GOMES, 1995, p. 31)

Em segundo lugar, visitei a Ulbra, localizada no município de Canoas. A cidade de Canoas é vizinha a Capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Tive importantes contribuições nas entrevistas que realizei com as mulheres negras profissionais e, conversas informais com as mulheres brancas, neste meio acadêmico. A proximidade de Canoas com a Capital Gaúcha traz, com certeza, outra realidade no ambiente universitário; pois ali estão inseridos sujeitos provenientes de várias localidades próximas a Porto Alegre. Assim como São Leopoldo, Canoas pertence à Região da Grande Porto Alegre.

Canoas é uma cidade vizinha a Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul e, com população universitária, em função deste fato, bastante diversificada.

Em terceiro lugar, voltei meu olhar de pesquisadora para a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, que se localiza no município de São Leopoldo/RS, cidade tipicamente alemã e considerada “berço da colonização alemã”. É o local onde realizei minhas experiências profissionais iniciais. Percorrendo corredores, núcleos e setores diversos da Unisinos, fui descobrindo que as mulheres negras eram inexistentes em muitos destes espaços.

Estes espaços vazios de mulheres negras e, praticamente ocupado por mulheres brancas que me instigou a realizar minha dissertação. A partir de 2008, voltei a fazer parte dos quadros funcionais desta instituição onde ao longo de toda trajetória concluí dois cursos de graduação. São Leopoldo, considerada cidade berço da colonização alemã tem acadêmicos oriundos da região Metropolitana de Porto Alegre, Centro Oriental Rio-grandense e do Nordeste Rio-grandense.

A saga e resiliência das mulheres negras que fazem parte das três instituições acadêmicas foram analisadas, através de nossas entrevistas. Minha percepção é contínua frente às discriminações sociais e raciais existentes no âmbito universitário. Como ressalta Maria Aparecida Bento e Iraí Carone (2002):

[...] o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não brancos e, portanto, encarados como não tão humanos. Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. (BENTO ; CARONE, 2002, p. 25).

As relações de convívio na sociedade brasileira, em todos os níveis, tornam-se problemáticas na medida em que ainda não está claro qual é o pertencimento do (a) negro (a) na mesma, pois ainda hoje a posição “real” da mulher negra, parece que está “escondida” com o nome de “democracia racial”. A discriminação quando se apresenta de forma racial, é mascarada pela social, a mulher negra é discriminada, porque é mais cômodo discutir classe social do que classe racial. É um modo de mostrar que o racismo está muito presente no meio acadêmico, na sociedade brasileira. Nilma Lino Gomes (1995) sobre as diferenças que nos marcam menciona:

A reflexão sobre a questão racial defronta-nos com outro tipo de lógica na discussão sobre as classes sociais, mostrando que esta é formada, no seu interior, por vários grupos sociais e que estes se encontram em posições e

situações diferenciadas, principalmente quando observamos aspectos relativos às diferenças raciais e de gênero. (GOMES, 1995, p. 32)

Diante desta discussão tem-se a ideia de que a ascensão ao ensino superior, para a população negra ou afrodescendente, ainda parece muito difícil de ser alcançada. Embora já perceba alguns avanços primordiais neste sentido, prevalecem sutilmente muitas dúvidas a serem pesquisadas e estudadas. O Prouni¹⁵ é uma das políticas de ações afirmativas que está atingindo metade da população negra, de acordo com Tokarnia (2014):

Metade dos beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) é negra. A informação foi divulgada pelo secretário da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Paulo Speller, em seminário na Câmara dos Deputados em comemoração aos dez anos do programa. Desde que foi criado, o Prouni formou 400 mil estudantes e ofertou, no total, 1,27 milhão de bolsas. Cerca de 635 mil foram destinadas a negros. (TOKARNIA, 2014)

O PROUNI, como ação afirmativa que está dando certo, traz às universidades mulheres negras de diferentes faixas etárias de volta aos bancos escolares. A condição de frequentar o nível universitário eleva a autoestima das mulheres que se sentem valorizadas e capazes de enfrentar novas frentes de emprego.

A autoestima das mulheres negras, a partir de ações afirmativas tende a elevar-se e a ocupar outros espaços tanto na área da educação, quanto no mercado de trabalho. É importante ressaltar que a identidade negra se dá não apenas por oposição ao branco, mas também pela negociação, conflito e diálogo. Nilma Lino Gomes (2007) com nitidez cita sobre este processo:

É importante lembrar que a identidade construída pelos negros brasileiros (pretos e pardos) se dá não apenas por oposição ao branco, mas, também, pela negociação, pelo conflito e pelo diálogo com este e outros grupos étnico-raciais. As identidades e as diferenças implicam processos de aproximação e distanciamento. Neste jogo complexo, vamos aprendendo, aos poucos, que os contornos da nossa identidade são estabelecidos pelas diferenças e pelo trato social, cultural, histórico e político que estas recebem durante seu percurso na sociedade. (GOMES, 2007, p. 98)

O aprender que os contornos da nossa identidade são instituídos muito pelas diferenças que vamos estabelecendo e, permeadas pela cultura que vamos adquirindo durante nosso processo identitário é muito instigante, a partir do momento de concepção, imersão, saga e resiliência deste processo. A autoestima da mulher negra

¹⁵ É um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece bolsas de estudos em instituições de educação superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. (PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS, 2008)

gaúcha vai-se processando aos poucos e, incessantemente deve ser nutrida através de projetos pessoais e profissionais motivadores.

Nossa dissertação tem como objetivo investigar como se dá a ascensão ou não ao protagonismo das profissionais negras, tendo em vista a hierarquia de privilégios e as sagas e resiliências nos processos vividos pelas mulheres negras.

Para responder às questões de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, usamos a metodologia de dados qualitativos devido à importância de se conhecer melhor a realidade estudada. Robert Richardson (1999) afirma com muita propriedade que:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1999, p. 80)

A pretensão da escolha do método qualitativo verifica-se na medida em que se busca estudar na trajetória das mulheres negras a presença ou não de fatores relativos ao gênero e à raça, e como estas performances se impactam nas sagas das mulheres negras, nas atividades profissionais, porque as questões que foram levantadas de nossas entrevistadas são de fundamental importância para a nossa pesquisa. Martin Bauer e George Gaskell (2002) observam que:

O que a discussão sobre a pesquisa qualitativa tem conseguido foi desmistificar a sofisticação estatística como o único caminho para se conseguir resultados significativos. [...] a grande conquista da discussão sobre métodos qualitativos é que ela, no que se refere à pesquisa e ao treinamento, deslocou a atenção da análise em direção a questões referentes à qualidade e à coleta de dados. (BAUER ; GASKELL, 2002, p. 24)

Sabe-se que os dados precisam estar inseridos num método, porque por si mesmos, nada significam. No método qualitativo têm-se resultados significativos para a análise da qualidade dos dados coletados e que são igualmente importantes depois do levantamento, para guiar a análise dos dados levantados ou para fundamentar a interpretação com observações mais detalhadas.

O problema que envolve o tema “*mulheres negras*” foi analisado sob o enfoque da concepção dialética. Ante a problemática sistematizada, o método dialético entende-se ser apropriado na produção do conhecimento realizado até agora, principalmente no que diz respeito à complexidade que envolve a cultura negra. A realidade da mulher

negra está em constante movimento, transformação e a dialética busca investigar esta realidade pelo estudo de sua ação recíproca. Suely Ferreira Deslandes (2010, p. 24) traz o método dialético como:

A dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade dos fenômenos. (DESLANDES, 2010, p. 24)

Na investigação de políticas ou posicionamentos institucionais com relação à implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais foi feita uma pesquisa documental reflexiva, para elucidar os frequentes silenciamento nos programas de ensino, nos documentos oficiais e verificar se os critérios adotados em relação a esta implementação estão sendo cumpridos, principalmente no que se refere à Lei 10639/03. Diante disso, Marina Marconi e Eva Maria Lakatos (2003, p. 173) afirmam que, “[a] característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.”

Nesta mesma pesquisa documental, foi pesquisado o(s) tipo(s) de apoio que as instituições oferecem às profissionais negras e brancas no campo da Educação das Relações Étnico-Raciais. Das três instituições foram analisados seus pontos em comum, de forma comparativa e também em relação às mulheres negras e mulheres brancas suas especificidades e peculiaridades. A análise de conteúdos se insere como uma técnica em crescente utilização e legitimação, nos estudos qualitativos. Como diz Bardin (2011, p. 20), “A atitude interpretativa continua em parte a existir na análise de conteúdo, mas é sustentada por processos técnicos de validação.” Laurence Bardin (2011) foca retórica e lógica:

A retórica e a lógica são de agrupar nas práticas de observação de um discurso, práticas estas anteriores à análise de conteúdos. A primeira estudava as modalidades de expressão mais propícias à declamação persuasiva, a segunda tentava determinar, pela análise dos enunciados de um discurso e do seu encadeamento, as regras formais do raciocínio certo. (BARDIN, 2011, p. 20).

Nestes espaços universitários foram entrevistadas duas profissionais negras e conversas informais com duas profissionais brancas; analisados documentos oficiais da instituição concernentes a temática étnico-racial; verificados documentos que constem políticas ou posicionamento das instituições em relação à implementação da Lei

10639/03 e da Educação das Relações Étnico-Raciais; além das observações feitas, e analisados momentos, peculiaridades e situações que ocorreram durante a pesquisa. Em nossa dissertação utilizamos entrevistas, e Marina Marconi e Eva Maria Lakatos (1990) relatam que:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (MARCONI; LAKATOS, 1990, p. 84).

A entrevista destaca-se como um instrumento de pesquisa importante, porque permite coletar informações sobre a realidade que os entrevistados vivenciam. Nesta entrevista os depoimentos que foram trazidos pelas profissionais negras foram muito significativos para a compreensão da possível influência da cor/raça em suas trajetórias profissionais, a partir de um roteiro de questões elaborado.

As observações foram constantes em todos os momentos do envolvimento entre pesquisadora e pesquisando. Após a etapa do levantamento dos dados segue a etapa de análise e interpretação, como dizem Marina Marconi e Eva Maria Lakatos (1990, p. 30): “Antes da análise e interpretação, os dados devem seguir os seguintes passos: seleção, codificação e tabulação”.

Depois destes dados manipulados e obtidos os resultados, o passo seguinte foi a análise e interpretação dos mesmos. A interpretação dos resultados da pesquisa é a parte importante, é o cerne da mesma. Nesta etapa foram transcritos os resultados que confirmarão ou refutarão as hipóteses apresentadas. Laurence Bardin (2011) trata acerca do tratamento dos resultados obtidos e interpretação:

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (“falantes”) e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise fatorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise. Para um maior rigor, esses resultados são submetidos a provas estatísticas, assim como a testes de validação. (BARDIN, 2011, p. 131)

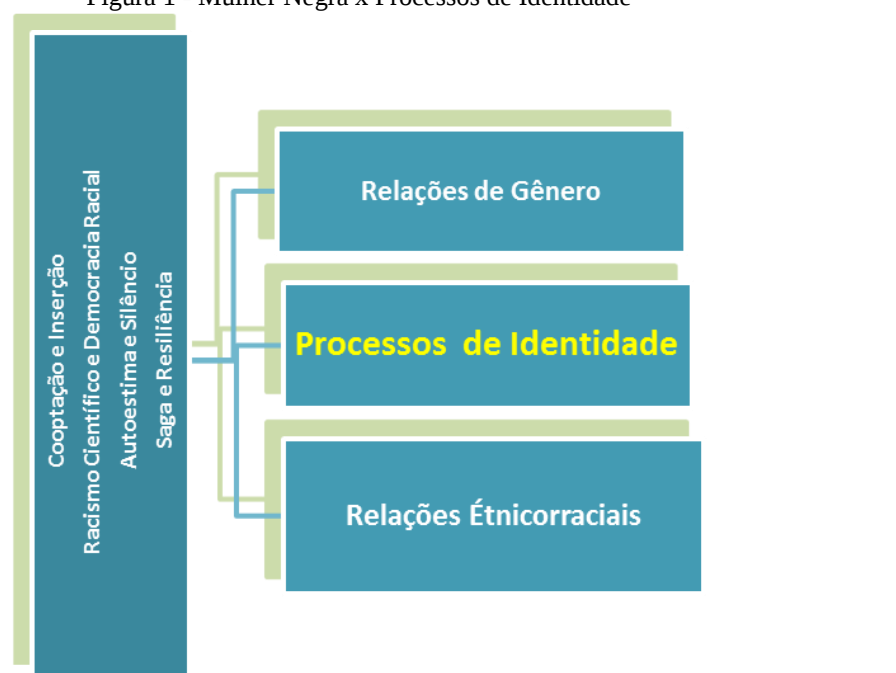
Finalizada a fase de tratamento dos resultados obtidos o analista que já tem a seu dispor resultados significativos e fiéis poderá propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos que foram previstos.

3 MULHER NEGRA X PROCESSOS DE IDENTIDADE

3.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

A proposta deste trabalho foi estudar os complexos processos de *identidade racial*, de *mulheres negras*, dentro da Educação das Relações Étnico-raciais. Para isso, fiz uma breve apresentação dos principais autores consultados para o referencial teórico desta pesquisa. Os autores que contribuíram para o embasamento deste estudo estão ligados às teorias sobre os eixos identidade, gênero e raça, tríade que norteou minha pesquisa, em anuência com os itens citados na figura 1.

Figura 1 - Mulher Negra x Processos de Identidade



Fonte: Elaborado pela autora.

Para o eixo *identidade* contribuíram os autores Munanga, Appiah, Hall e Follmann; para *gênero* escolhemos as autoras Gomes, Bell Hooks, Butler, Carneiro e Louro e as *relações étnico-raciais* Gomes e Munanga contribuíram com importantes embasamentos teóricos do estudo desta pesquisa. E, pelos eixos identidade – gênero e raça foram analisados as categorias: cooptação e inserção, democracia racial e racismo científico, autoestima e silêncio, saga e resiliência focados nas abordagens epistemológicas de Assumpção, Bento, Cavaleiro, Chiavenato, Chaves, Frankenberg, Hasenbalg, Allgayer, Munanga, Pinheiro, Bensusan, Bahri, Meneses, Silva, Tavares e Sales Júnior que foram de suma importância para o aprofundamento do estudo destas categorias.

Nos pressupostos teóricos, a *mulher negra* perpassa todos os eixos e as categorias aqui citadas, através dos autores escolhidos que contribuíram para o embasamento teórico deste trabalho. Os pressupostos teóricos da pesquisa foram divididos em três tópicos, ou seja, no primeiro, ampliei teoricamente os conceitos dos eixos: identidade - gênero e raça, situados nas definições de cada um dos autores. As categorias também tiveram seus conceitos desenvolvidos de acordo com a teoria de cada autor.

No segundo tópico, o conceito de cada categoria foi mais aprofundado, relacionando-os com a complexidade vivida no cotidiano destas mulheres negras, de acordo com a visão teórica dos autores. No terceiro tópico foram feitas análises ressaltantes acerca dos autores que abordaram acerca dos eixos: Identidade, Gênero e Raça x Mulheres Negras e suas convivências. A pesquisa foi focalizada na *mulher negra* que vive uma realidade complexa, difícil e não reconhecida pelos outros sujeitos, numa escala culturalmente fixa e imutável. Cabe às novas gerações mudarem este processo. Neste estudo foi desenvolvido cada um dos eixos com o *protagonismo das mulheres negras profissionais* em diálogo com os pressupostos já apresentados.

Procurou-se descobrir, através destes referenciais teóricos, como as relações raciais e relações de gênero se pautam no processo de identidade das profissionais negras nos ambientes universitários. Nossas interrogações são: que obstáculos inibiam a maioria das mulheres negras profissionais em ascender ao protagonismo nas universidades, tendo em vista a hierarquia de privilégios e as sagas e resiliências vividas pelas mulheres negras, neste processo? E, no caso das mulheres negras que conseguem ascender, como aconteceu este processo?

Com base em leituras realizadas na revisão bibliográfica apresentaram-se perspectivas teóricas que foram aprofundadas para dar o aporte teórico necessário para o embasamento desta pesquisa. Neste sentido, os aprofundamentos teóricos contemplaram as ideias principais dos autores, em torno deste intrincado processo de identidade envolvendo identidade – gênero e raça, fazendo um relato crítico descritivo delas.

3.2 IDENTIDADES, GÊNERO E RAÇA

Dos autores Munanga, Appiah, Hall e Follmann resgatou-se como o conceito de *Identidade* é narrado, quais são seus fundamentos críticos, suas principais afirmações às quais foram relacionadas com o foco *mulher negras*. Na procura de compreender o processo da identidade das profissionais negras universitárias é que procurei identificar

e ponderar como esta complexidade perpassa o processo da identidade destas mulheres. Avaliei também em que medida as profissionais negras sofrem ou sofreram discriminação e/ou preconceito por serem mulheres e negras.

A princípio, comecei da observação de que a mulher negra está sub-representada nas universidades e uma de minhas hipóteses é de que as mulheres negras foram derrubando barreiras em direção a papéis de protagonismo central e neste sentido, sofreram um processo de exclusão em decorrência das representações sociais que são construídas sobre a mulher em geral e, sobretudo as negras, em particular (LOURO, 2001).

Kabengele Munanga (2009) traz esta afirmação para identidade:

Se o processo de construção da identidade nasce a partir da tomada de consciência das diferenças entre “nós” e “outros”, não creio que o grau dessa consciência seja idêntico entre todos os negros, considerando que todos vivem em contextos socioculturais diferenciados. Partindo desse pressuposto, não podemos confirmar a existência de uma comunidade identitária cultural entre grupos de negros que vivem em comunidades religiosas diferentes, por exemplo, os que vivem em comunidades de terreiros de candomblé, de evangélicos ou de católicos, etc. em comparação com a comunidade negra militante, altamente politizada sobre a questão do racismo, ou com as comunidades remanescentes dos quilombos. (MUNANGA, 2009, p. 11).

No que diz respeito as diferenças entre “nós” e os “outros”, concordo com o autor, que a tomada de consciência tem uma certa medida, e que a mesma não é idêntica entre todos os negros. Kabengele Munanga (2009) argumenta que mulheres negras vivem em contextos socioculturais diferenciados e que não existe uma comunidade identitária cultural, entre grupos de negras, como por exemplo, os que habitam em comunidades religiosas diferentes, em comparação com a comunidade negra que milita arduamente para defender as causas do preconceito racial que “não deve e não pode ser arrolado apenas como uma questão de diferenças de classes”, segundo Abdias Nascimento (1968, p. 74), mas também como uma questão racial.

Ainda dentro do processo de identidade observo que os tempos, a partir do grau de consciência, são diferentes para negras que convivam num mesmo contexto sociocultural. Muitos fatores contribuem para que esse “tempo” seja diferenciado, como contextos locais, familiares, profissionais e da “sua própria” tomada de consciência. Kabengele Munanga (2009) confere ao conceito de identidade uma realidade muito mais complexa do que se pensa. Pois, outros fatores como culturais, político-ideológicos e raciais englobam a comunidade identitária cultural.

Considerando estes aspectos, Stuart Hall (2005, p. 7) tem uma contribuição interessante a respeito de identidade: “[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.”

Esta nova identidade fragmentada, que integra a mulher negra é única, mas se a “ampliarmos” em várias identidades, constituída de vários *nós*, que enquanto grupos conseguem se organizar e apresentar suas reivindicações ao governo e à sociedade. Sylvia Caiuby Novaes (1993) é uma autora que trata sobre os “*nós coletivo*” (*nós* mulheres, *nós* negros, *nós* índios, etc.), como uma identidade “ampla”, como é constituída, em que contextos são evocados e historicamente estabelecidos.

Kwame Anthony Appiah (1997) em uma passagem muito bem focada trata acerca de identidade humana e, assim se expressa:

Toda identidade humana é construída e histórica; todo o mundo tem seu quinhão de pressupostos falsos, erros e imprecisões que a cortesia chama de “mito”, a religião, de “heresia”, e a ciência, de “magia”. Histórias inventadas, biológicas inventadas e afinidades culturais inventadas vêm junto com toda identidade; cada qual é uma espécie de papel que tem que ser roteirizado, estruturado por convenções de narrativa a que o mundo jamais consegue conformar-se realmente. (APPIAH, 1997, p. 243)

A identidade vem acompanhada de histórias, biológicas inventadas e afinidades culturais, segundo Kwame Appiah (1997). E cada qual cumpre seu papel também na construção desta identidade humana. As identidades são históricas e construídas dentro de contextos socioculturais. Nas citações de Kabengele Munanga (2009) e Kwame Appiah (1997) observo que a identidade passa por processo de construção, ou seja, em determinado momento ela estará formada.

Seguindo a linha de processo de identidade, José Ivo Follmann (2012) destaca como estes processos acontecem “na permanente interação entre os sujeitos, no nosso caso mulheres negras, diferenciando-se e considerados diferentes uns dos outros ou assemelhando-se e considerados semelhantes uns aos outros”:

É importante que lembremos toda a complexidade envolvida nos processos de identidade... Eles acontecem na permanente interação entre os sujeitos, diferenciando-se e considerados diferentes uns dos outros ou assemelhando-se e considerados semelhantes uns aos outros, e carregando em si as trajetórias vividas por estes sujeitos, em nível individual e coletivo e na interação entre os dois, os motivos pelos quais eles são movidos (as suas maneiras de agir, a intensidade da adesão e o senso estratégico de que são portadores) em função de seus diferentes projetos, individuais e coletivos (FOLLMANN, 2012, p. 87).

Nesta situação de sujeitadas a projetos de outrem, pode-se citar que muitas mulheres negras estão inseridas. Concordo com José Ivo Follmann (2012) que o processo de identidade existe a partir da capacidade autônoma dos indivíduos, na forma de partícipe de movimentos sociais, culturais; como defensoras de sua etnia negra e de seu povo negro. A identidade não atinge uma construção definida, fixa.

Acredito que não exista um momento em que ela estará pronta, construída. O processo de identidade está ligado a compreensão histórica do ser humano, seja como indivíduo ou como grupo de indivíduos. José Ivo Follmann (2012) discute sobre senso estratégico, que é uma característica do povo negro desde a época de Zumbi dos Palmares, considerado um dos maiores estrategistas do mundo para sua época.

Uma das ações que trouxe a comunidade negra a participar de um movimento maior foi a organização do 1º Congresso de Pesquisadores Negros da Região Sul do Brasil (COPENE Sul), liderado por uma militante negra e uma equipe organizadora que mobilizaram uma gama de intelectuais e não intelectuais a fazer-se presente neste evento que aconteceu no período de 24 a 26 de julho de 2013. O 1º Copene Sul foi um marco que ocorreu dentro das ações políticas afirmativas que trouxe visibilidade da ação dos pesquisadores negros que vieram de vários estados do Brasil e da região do Mercosul para dar sua contribuição.

Naquele evento tive oportunidade de contatar com pesquisadores e pesquisadoras especificamente inseridos na temática de gênero e que trouxeram importantes contribuições da mulher negra historicamente situada no século XXI, e dos avanços que estão acontecendo nos movimentos feministas.

Butler (2012), Louro (1997), Hooks (1995) e Carneiro (2011) estão inseridas nesta pesquisa para narrar acerca de gênero. Busquei pontos essenciais que as autoras citam sobre as mulheres e, em particular, as mulheres negras, foco de minha pesquisa. Na maioria das vezes, as mulheres negras são o alicerce da família e são as primeiras a apontar aos filhos seu pertencimento racial, a valorização ou não de sua cultura.

Segundo Nilma Lino Gomes (1995, p. 120): “A família cumpre um papel conflitivo na vida e na história dos sujeitos negros. É a matriz da construção das identidades, o espaço da ancestralidade, da afetividade, da emoção e da aprendizagem de diversos padrões sociais.”. As crianças não sabem ao nascer que são negras ou brancas e, se branca, que deve discriminar a criança negra. São as famílias que devem transmitir aos filhos o respeito a todas as pessoas, indiferente de raça, religião ou sexualidade.

Guacira Louro (1997) trata gênero como constituinte da identidade do sujeito, fazendo parte dele, constituindo-o. Judith Butler (2012) traz a impossibilidade de separar a noção de “gênero” das questões políticas e culturais e cita:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas por que o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (BUTLER, 2012, p. 20)

A mulher, com interseção racial “negra”, não constituída de maneira coerente ou consistente em seu contexto histórico é a que faz parte de minha pesquisa. As mulheres sofrem opressões, principalmente as negras, nos contextos culturais na suposta hegemonia patriarcal ou masculina que constitui uma das estruturas de poder que domina nossa sociedade, da qual a mulher quer se libertar. Compartilho com Judith Butler (2012) quando afirma que:

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação. (BUTLER, 2012, p. 19)

Nilma Lino Gomes (1995) narra o quanto é conflituoso ser mulher negra em uma sociedade racista, que sabemos que se nega enquanto tal e da dificuldade de tratar-se esta questão na sociedade brasileira e, sobretudo nas academias.

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. (LOURO, 1997, p. 25)

Por meio desta reflexão, Guacira Louro (1997) retrata o sujeito negro, brasileiro, mulher, homem, etc. que são partícipes das práticas ou espaços sociais e das instituições (políticas, justiça, igreja, governo) que também os “fabricam”. As instituições e as práticas sociais produzem-se ou engendram-se a partir das relações de gênero e também das relações de classe, étnica, sexual, etc.

Vale ressaltar que “os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero”, (LOURO, 1997, p. 26). As identidades de gênero, sexual, estão inter-relacionadas, no

entanto elas não são a mesma coisa. Os sujeitos podem ser masculinos, negros, índios, amarelos e brancos ou femininos, negras, índias, amarelas e brancas e, ao mesmo tempo serem (heterossexuais, bissexuais, homossexuais), ricos ou pobres e vão arrumando e desarrumando seus lugares sociais, seu jeito de estarem no mundo.

Nestes casos, afirma Guacira Louro (1997), são importantes as identidades, ou seja, parafraseando, os processos de identidade. As identidades de gênero estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, passíveis de transformação e em suas relações sociais são atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações, discriminações raciais.

Bell Hooks (1995, p. 466) traz sua experiência de vida para relatar acerca da construção de sua “identidade subjetiva”: “Ferida, às vezes perseguida e vítima de abusos, encontrei na vida intelectual um refúgio, um abrigo onde podia experimentar uma sensação de atuar sobre as coisas, e com isso construir minha identidade subjetiva”. Na infância sofreu abusos, foi perseguida e castigada na família.

Na tentativa de entender seu destino e esta fase difícil de sua vida foi impelida a usar o pensamento analítico crítico, na adolescência. Estar longe e manter-se afastada das lembranças de sua infância foram uma estratégia de sobrevivência. Bell Hooks (1995) usou a mente a serviço de um autoconhecimento para entender sua realidade e o mundo que a rodeia. Acredita que o trabalho intelectual não a afasta de sua família nem de sua comunidade; ao contrário, exige uma capacitação maior e participar plena na família e na comunidade. A intelectualidade é um dos motes dos escritos de Bell Hooks (1995), partir da descoberta que este era o rumo de sua vida.

Bell Hooks (1995) cita ainda, que as mulheres negras sempre desempenharam um papel muito interessante como professoras, teóricas culturais, pensadoras e críticas. Porém, percebemos que existem poucos registros sobre intelectuais negras, pois, para Bell Hooks (1995, p. 467), “Quando a maioria dos negros pensa em “grandes mentes”, quase sempre invoca imagens masculinas.”. Escritores, filmes, atores, quando não é solicitado gênero, refere-se a homens negros, em sua maioria.

Empregadas domésticas é uma “insistência cultural” que Bell Hooks (1995) narra como uma aceitação passiva desses papéis pelas negras e, este fator é o que mais impede as negras de tornarem-se intelectuais. Ser intelectual é para a maioria das pessoas uma preocupação com nosso “egocentrismo”, isto é, concentração, envolvimento em si mesmo, preocupação com próprias ideias. Bell Hooks (1995) expõe, com muita propriedade a respeito da ausência de mulheres negras intelectuais:

Naquela época, eu era uma das duas afro-americanas na universidade. Durante minha permanência ali, a negra mais antiga, a historiadora de arte Sylvia Boone, pertencia ao corpo docente efetivo. Sempre que eu chamava a atenção para a relativa ausência de acadêmicas negras nessa instituição, mencionando o impacto do sexismo e racismo, colegas brancos me diziam repetidas vezes que “se as negras não estão aqui, não é porque a Yale é racista, é que as negras não são suficientemente capazes”. Esses comentários me obrigaram a concentrar-me criticamente nas maneiras como as representações sexistas e racistas das intelectuais negras orientam o modo como nos vemos, estabelecem estruturas que legitimam a desvalorização de nosso trabalho. (HOOKS, 1995, p. 477)

A partir desta constatação, Bell Hooks (1995) faz uma análise crítica muito clara e incisiva sobre como mulheres negras são “naturalizadas como incapazes”. Bell Hooks na condição de professora da Universidade Yale procura incentivar e mostrar às alunas o quanto é prazeroso o trabalho intelectual e que as jovens alunas negras são competentes para a “intelectualidade”, através de seu testemunho pessoal, estimulando e incentivando-as a mostrar seu trabalho intelectual.

A escritora num processo de auto avaliação crítica, como mulher negra intelectual compreendeu que “eu fora socializada não para falar de um comprometimento com a vida intelectual, mas antes ver isso como uma escolha particular, quase ‘secreta’” (Hooks, 1995, p. 477). Nas universidades que estudei percebi que a maioria das profissionais pesquisadoras, coordenadoras de cursos e/ou programas e, principalmente pertencentes ao quadro dos Programas de Pós-graduação são mulheres brancas.

As profissionais negras, a princípio não são consideradas intelectuais, e trabalham nestes espaços como professoras nos Cursos de Graduação, bibliotecárias, auxiliares administrativas, auxiliares de serviços gerais, entre outras profissões. Nos Programas de Pós-graduação os núcleos são por áreas ou centros e, constituem-se de espaços muito “fechados”, onde são alocados profissionais que compartilham com os atuais integrantes daquele ambiente e, também onde as mulheres negras não são chamadas, porque não são consideradas “intelectuais”. Sueli Carneiro (2011) sobre inserção da mão de obra negra, no mercado de trabalho ressalta que:

[...] as atuais exigências educacionais para a alocação da mão de obra no mercado de trabalho formal não apenas conformam-se como um instrumento para a seleção dos profissionais mais qualificados, mas também operam como um filtro de natureza racial, definindo os que preferencialmente serão alocados. Se não é possível demonstrar intencionalidade de exclusão racial nesse processo, e certo que, a despeito das intenções, é o que ele realiza. (CARNEIRO, 2011, p. 114)

Em estudos e pesquisas observo que os negros, especialmente as mulheres negras, nosso foco de pesquisa, com as mesmas habilitações que as mulheres brancas são preteridas em processos de seleção e, quando igualmente empregadas, ganham menos pelo exercício das mesmas funções. O viés racial não é considerado na contratação de mulheres nos postos de trabalho no Brasil. Sueli Carneiro (2011) lembra ainda que:

De regra, considera-se satisfatório que, em um conjunto de aproximadamente metade da população feminina no país, apenas uma ou outra negra ocupe posição de importância. E, ademais, esses casos solitários são emblemas utilizados para desqualificar as denúncias de exclusão racial. (CARNEIRO, 2011, p. 119)

A princípio, compreendo as mulheres negras que se destacam em alguma função mais importante, por que na maioria das vezes, são únicas e solitárias a ocupar um espaço, rodeado de sujeitos arianos. São discriminadas, pois a mulher branca não aceita a mulher negra naquele lugar, pois aquele lugar não é dela. Deveria ser de “outra” mulher branca. Para esta, a mulher negra não está ali por merecimento, embora ela seja qualificada e tenha habilitação, mas é vista como fora de seu contexto.

Para o mercado de trabalho, “[...] no qual mulheres negras são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função do eufemismo da “boa aparência”, cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras”, de acordo com Sueli Carneiro (2011, p. 121) são necessárias ações mais pontuais como: uma política de contratação justa, levando em conta o viés racial; incentivos que visem estimular a adoção de políticas de diversidade nas empresas que favoreçam a inclusão, a capacitação e a promoção escolar de trabalhadoras negras; e acesso e conclusão do ensino médio para os afrodescendentes. Kabengele Munanga (2006) e Nilma Lino Gomes (2006) destacam outras questões que compõem a temática étnico-racial.

Os debates voltados para a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais são temas discutidos por diversos autores brasileiros. Para fortalecer as nossas reflexões focamos em alguns desses autores como: Kabengele Munanga (2006) e Gomes (2006), que se aproxima das nossas discussões neste trabalho de pesquisa. Sobre a desigualdade da população negra, tendo em vista fatores como a exclusão social que diminui sua autoestima e o joga às margens da sociedade, cito Kabengele Munanga (2006) na seguinte afirmação:

O abismo racial brasileiro existe, de fato, e são as pesquisas e estatísticas que comparam as condições de vida, emprego, escolaridade entre brancos e negros que comprovam a existência de grande desigualdade racial em nosso país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada à exclusão social e à desigualdade socioeconômica, que atinge toda a população brasileira e, de modo particular, os negros. (MUNANGA, 2006, p. 172)

Alguns conceitos foram inseridos a fim de compreendermos as relações raciais vividas pela população negra, em nossa sociedade. Os termos, conceitos e designações foram construídos ao longo das relações entre negros (as) e brancos (as), no Brasil, nosso enfoque está centrado na “*saga*” da mulher negra.

Ao discutir esta temática, focamos nossa reflexão no conceito de raça, muito debatido na sociedade brasileira. Neste sentido, Kabengele Munanga (2006) afirma que,

Na realidade, quando alguém nos pergunta: qual é a sua raça? Nem sempre recebemos este questionamento de modo positivo e com tranquilidade ou sabemos, de imediato, que resposta dar. Alguns podem ficar desconcertados, outros não sabem o que responder; alguns acham que é uma piada, outros, ainda, podem reagir de modo agressivo. (MUNANGA, 2006, p. 173)

Ao ser abordada com a pergunta qual é sua raça? Vários significados surgem na minha mente. É gozação? Provocação? A resposta depende de quem faz e da situação em que é feita, do modo como a recebo e, assim será a resposta. Raça pode ser a possibilidade de diferenciação entre os seres humanos, a escravidão, o racismo, a luta política pela afirmação da identidade negra e as imagens construídas sobre “ser negro”, “ser branco”, no Brasil (MUNANGA, 2006, 173-174).

Autores trataram acerca das teorias raciais como o cientista Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Silvio Romero, Conde Joseph Arthur de Gobineau. São estudiosos, sociólogos e antropólogos que abordaram acerca destas teorias, vistas como autoritárias e racistas. Gobineau foi um dos maiores teóricos que debateu acerca do racismo no século XIX. Escreveu “Ensaio da desigualdade das raças humanas”, em 1854, considerada como uma “bíblia do racismo”. Maria Nazareth Fonseca (2006) com muito atributo cita acerca de Gobineau:

Longe do princípio da igualdade, pensadores como Gobineau (1853), Le Bon (1894), Kild (1875) acreditavam que as raças constituíam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como um erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos puros” e compreender a miscigenação como sinônimo de degeneração, não só racial como social. (FONSECA, 2006, p. 19)

O cruzamento, miscigenação entre brancos e negros era considerado um erro, uma alteração racial e social. Para Gobineau, a mestiçagem criava um povo degenerado, sem sangue nas veias, algo abominável e inclassificável, sendo que na sua teoria eles não teriam ordenação, não havia critérios para classificá-los e ordená-los cientificamente. À raça branca para Gobineau atribuía uma superioridade única, considerava uma raça ariana, pura, a partir de sua inteligência. A partir dessa discussão, Kabengele Munanga (2006, p. 175) afirma que os pensadores abolicionistas, e o movimento negro, partem de outra concepção ideológica de raças inferiores ou superiores, “[já] o Movimento Negro e vários estudiosos, atualmente, quando usam o termo “raça”, não o fazem alicerçado na ideologia nazista. Ao contrário, eles rejeitam a ideia de que existam raças superiores e inferiores”.

Na nossa sociedade brasileira permanece o vício da ideologia de brancos superiores e negros inferiores. Essa ideia torcida parece que reafirma os estereótipos postos para se perpetuar o mito da democracia racial. E muitos brancos que não têm o conhecimento de sua identidade, acabam internalizando esse vício de se acharem superiores. A partir desta visão, o próprio movimento negro busca focar no debate sobre o reconhecimento das ideologias torcidas apresentando a verdadeira história de seus ancestrais e continua a luta por reconhecimentos e respeito às diferenças. Kabengele Munanga (2006, p.175) ainda continua nos dando luz nesta discussão, para o autor é preciso pensar em uma desconstrução dos estereótipos, “[...] dando-lhe um outro significado, relacionado ao reconhecimento da diferença entre grupos humanos, sem atribuir qualidades positivas ou negativas, ao reconhecimento da condição das origens ancestrais e identidades próprias de cada um deles.”

Esta afirmação do autor é dada um sentido político e social da história e vivência dos negros e à complexa relação entre raça, racismo, preconceito e discriminação racial. Os sujeitos negros estão expostos a condições de vida, de trabalho, de moradia, de educação assaz desigual se comparados aos sujeitos brancos da população. Kabengele Munanga (2006) numa afirmação muito pertinente cita:

[...] podemos compreender que a identificação de raças é, na realidade, uma construção social, política e cultural produzida no interior das relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significa de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como educados e socializados a ponto dessas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. (MUNANGA, 2006, p. 176)

Aprende-se a ver brancos e negros como diferentes. Mas, por que nesse caso, o (a) negro (a) sempre será visto como ser inferior? O que denota essa inferioridade? Será falta de instrução, pobreza, desemprego? Ou ainda haverá outro motivo? Nós negros (as) sabemos a resposta. Vivemos num país estruturalmente racista. Porém com mudanças muito lentas. Esta estrutura precisa ser (des) estereotipada, a escravidão e todas suas reminiscências que ainda afeta negativamente a vida, a trajetória e a inserção social dos descendentes africanos em nosso país.

Ao discutir a problemática do racismo, ressalta Nilma Lino Gomes (1995):

[...] é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes do ódio, com respeito a pessoas que possuem um pertencimento racial observável através de sinais diacríticos tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc., e, por outro lado, é uma ideologia, uma doutrina referente às raças humanas na qual se postula a existência de raças superiores e inferiores. (GOMES, 1995, p. 54).

Na realidade, existiu o desejo de impor as doutrinas raciais surgidas no século XIX, aqui no Brasil para justificar a escravidão e a exclusão dos negros. Essa ideia indica que assim como os animais eram classificados e descritos como espécies, os seres humanos também o poderiam ser nomeados como raças superiores e inferiores. Desse modo, foi criada uma teoria para cientificamente, justificar que um determinado segmento racial fosse considerado superior em detrimento de outro. Estas teorias ainda fazem parte de nosso imaginário, da prática social e do senso comum do povo brasileiro.

Nilma Lino Gomes (1995) foca com muita propriedade como o termo raça está sendo tratado pelo Movimento Negro:

O Movimento Negro e os sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem mais alicerçado na ideia de raças superiores e inferior como originariamente foi usado. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo na sociedade brasileira se dão, não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversas etnias, mas também devido à relação que se faz entre esses aspectos e os atributos socialmente observáveis dos pertencentes às mesmas. (GOMES, 1995, p. 49)

Observa-se que em nossa sociedade nas discussões acerca de sujeitos negros, os comentários e opiniões racistas são baseados na aparência física destes sujeitos, que o determinam como “bom” ou “ruim”. A mulher negra também é desvalorizada

intelectualmente, em relação a sua situação socioeconômica e os seus valores culturais. Estes fatores convergem à questão não ser só étnico-cultural, mas também racial.

O termo “etnia” é uma palavra mais adequada socialmente, visto que não carrega o sentido biológico, atribuído à raça, o que colabora para superação da ideia que a população se divide em raças superiores e inferiores. Etnia é termo usada por muitos intelectuais e educadores para referir “raça”.

Tendo em vista toda trajetória negativa que o termo “raça” causou durante a 2ª Guerra Mundial - Nazismo, pelo mundo afora, com guerras entre nações foi necessário que ao findar a guerra às nações se reestruturassem e nesse sentido o termo “etnia” ganhou força para se identificar a diversidade dos povos judeus, índios, negros, entre outros.

Os grupos humanos devem ser marcados por processos históricos e culturais, ao invés de “características biológicas” herdadas de seus pais. Podemos definir etnia como “[...] outro termo ou conceito usado para se referir ao pertencimento ancestral e étnico-racial dos (as) negros (as) e outros grupos em nossa sociedade. Ele é usado, principalmente, por alguns intelectuais, comum ao campo acadêmico.” (Munanga, 2006, p. 177). O pertencimento ancestral e étnico-racial agregam cultura e tradições.

A diversidade cultural está muito presente em todas as sociedades e a questão racial do Brasil está localizada dentro deste amplo e complexo campo. E enfatizamos que a questão do (a) negro (a) não é algo particular que deva interessar somente ao negro (a), ou aos Movimentos Negros. Essa questão é de toda a sociedade brasileira e, tomada de uma maneira mais ampla é um assunto de toda a humanidade.

Em relação aos conceitos “raça”, e “etnia” o que gostaríamos de marcar que o importante é compreender as questões que envolvem a educação das relações étnico-raciais e entender que os termos e conceitos usados foram construídos e disseminados com intenção de deturpar/diminuir a complexidade que é a situação do negro e mulheres negras no Brasil.

No Rio Grande do Sul a situação diferencia-se dos outros estados brasileiros, porque houve uma grande imigração de alemães e italianos que vieram substituir a mão-de-obra escrava.

Podemos notar a ausência da história não contada, mas que realmente aconteceu no Rio Grande do Sul, no Brasil e, que também não faz parte dos livros didáticos nos diversos níveis de escolaridade do ensino brasileiro. Neste sentido, é necessário a implementação da Lei 10639/03, em todas as instituições de ensino de nosso país. A Lei

10639/03 institui a obrigatoriedade do ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em todos os níveis de ensino brasileiro.

3.3 CATEGORIAS

3.3.1 Cooptação e Inserção

Na época do escravismo foi grande o número de brancos, tanto detentores de escravos e escravas, quanto o número de “mestiços ou mulatos” para preencher as principais posições nas funções econômicas. Mas, como cita com muita propriedade Carlos Hasenbalg (2005):

[...] onde os fazendeiros dominantes não podiam contar com uma classe numerosa de colonos brancos, um grupo dentro da população de cor foi geralmente cooptado para realizar as mesmas funções. Mestiços ou mulatos claros foram, nesse caso, os candidatos mais prováveis para ocupar as posições intermediárias. (HASENBALG, 2005, p. 243).

A esta cooptação fora dado o nome de “social”, pertencente a um sistema multirracial de categorização social e da fragmentação da identidade racial da população de cor. O mulato (mais claro) e o mestiço foram cooptados para ocupar uma função num espaço intermediário de trabalho, isto é, estava entre os brancos senhores dos escravos e detentores de poder, numa posição superior e, os escravos – classe considerada mais baixa, na escola de prioridades profissionais.

Esta função intermediária deveria ser ocupada pelos senhores brancos, como acontecera nos Estados Unidos, mas no Brasil onde diferenças mínimas no tom da pele tornaram-se dados sociais significativos, os mulatos e mestiços com aparência mais branca, teriam maiores oportunidades econômicas e sociais. Houve um maior cruzamento entre os grupos originais (brancos, mulatos e negros), com o passar do tempo este fato gerou uma maior miscigenação da população (HASENBALG, 2005).

Diferentemente deste tipo de cooptação que acontecia no passado, hoje esta ainda acontece veladamente em nossos dias, em pleno século XXI. A partir de diversos relatos, sabe-se que muitas mulheres negras, com determinadas capacitações são cooptadas, por sujeitos que exercem o poder. Nas atividades profissionais que exercem tornam-se negras que trabalham, porém não possuem a “liberdade de expressão”, para manifestar-se nas questões étnico-raciais, com isso ficam vulneráveis, sem possibilidades de crescer.

Diante disso, percebi que a partir destas posições, talvez de medo e insegurança, ficam situadas sempre numa mesma função, durante anos, enquanto que às mulheres brancas com as mesmas capacitações, são convidadas a acenderem, ou seja, são promovidas em matéria de educação e funções exercidas. Já as mulheres negras, acabam sendo dispensadas ou deixam o trabalho, e que dificilmente percebem que não serão valorizadas da mesma forma.

Às mulheres negras fora-lhes negado o direito de serem agente de transformação de sua própria história. A participação política das mulheres negras foi negada historicamente neutralizada por mecanismos de cooptação. Esta saga acompanha a mulher negra permanentemente nas mais diversas profissões e nos diferentes espaços.

“Tanto Dyer como Hooks argumentaram que os brancos se veem como racialmente transparentes e reinscrevem a branquidade como invisível; isto é, raramente ocorre aos brancos que são privilegiados por serem brancos.” (GIROUX, 1999, p. 100). Neste sentido, ao se verem transparentes e reinscreverem a branquidade como invisível, a cooptação a sujeitos negros acontece como privilégio, a partir de sua condição de ser branco. A este sujeito é considerado normal a funcionária estar trabalhando numa determinada atividade, na empresa e, ser contada como uma pessoa negra, sem ter seus direitos como afrodescendente protegidos.

E a funcionária negra trabalha, seguindo a rotina da empresa “se sentindo inserida” e na verdade não pode se manifestar enquanto negra e participar das atividades que sua cultura proporciona, pois não é reconhecida como um ser humano, que é diferente em relação a seus direitos culturais. De fato, a cooptação resulta num processo de in/exclusão do negro no mercado de trabalho.

Algumas das narrativas desta dissertação são partes do acompanhamento junto à caminhada do movimento negro. As mulheres negras, muitas vezes são atraídas para um emprego, pela ajuda dos empregadores brancos – detentores do poder são cooptadas a trabalhar, a inibir em suas manifestações e sofrem caladas, porque precisam do trabalho. As mulheres negras sempre foram cooptadas, porém atualmente este conceito tem maior visibilidade por parte da comunidade acadêmica.

A *inserção* do negro e negra nos segmentos da sociedade ainda é muito lenta. Diversas pesquisas têm demonstrado que as relações sociais estão marcadas pela desigualdade e, o fator cor/raça é determinante no processo de inclusão ou exclusão de indivíduos. A exclusão dos (as) negros (as) da mão-de-obra trabalhadora data da época da chegada dos imigrantes ao Brasil, segundo Carlos Hasenbalg (2005):

Os trabalhadores negros foram deslocados por imigrantes, não apenas nas plantações de café, mas também nos centros urbanos, que estavam numa fase de rápido desenvolvimento econômico e de industrialização. Negros e mulatos foram, assim, excluídos dos setores de emprego mais dinâmicos e limitados a situações de desemprego ou de empregos em serviços não qualificados. (HASENBALG, 2005, p. 242)

Uma das situações em que mulheres negras foram integradas à sociedade brasileira deu-se principalmente pela via do “embranquecimento”, no início do século XX, pois há um consenso na literatura sobre relações raciais que os “mulatos”, principalmente os intelectuais fossem “incluídos” às elites nacionais brasileiras, para incorporar a tese que assimilação dos valores morais e sociais da classe branca dominante e, conseqüentemente, inferiorizar a outra classe “negra” não dominante. Eni Allgayer (2005), por exemplo, diz que:

Da mistura ou cruzamento de brancos, índios e negros resultaram os mulatos e cafuzos, enfim, a gente amorenada que povoa o Brasil em toda a sua extensão territorial. Os estados da região sul, pelo seu tardio povoamento, conseguiram manter uma maioria branca, até porque, a quantidade de negros nesta região foi inferior ao restante do Brasil. (ALLGAYER, 2005, p. 192)

A integração da mulata, mestiça, pela via do embranquecimento, aconteceu na sociedade brasileira e deixou uma marca difícil de ser apagada, à medida que a grande parte da população negra no Brasil absorveu o branqueamento estético, biológico e social como metas. Atualmente, mulheres negras estão sendo inserida nos espaços sociais através da adoção de políticas públicas, de modo a retirar do inconsciente coletivo a “inocente hierarquização” da sociedade, onde as mulheres brancas ocupam os melhores empregos, os melhores lugares e espaços.

Mas, a inclusão de fato acontece se, no espaço onde a mulher negra esteja a convidem a colaborar nas principais decisões; faça parte de seminários, congressos, conselhos comunitários, comissões, associações, ouvidorias sendo ouvida nestes espaços e, concorra junto com outras candidatas a cargos em segmentos que se façam necessários ter uma representatividade da comunidade negra.

A mulher negra encontra ainda mais dificuldade em lidar com estas questões no campo da educação e da profissão. Na atualidade, algumas mulheres negras estão sublocadas nos empregos domésticos – em virtude da Lei das Empregadas Domésticas que elevou seus direitos, mas infelizmente o alto custo de seus trabalhos está retirando-as do mercado; nas indústrias e na zona rural estão em cargos pouco significativos, entre outros.

Em geral, é a falta de instrução, que as insere nestes lugares de trabalho. Para as mulheres com filhos, a situação fica mais difícil, pois as crianças ficam sozinhas em casa, vão para a rua, ficam com familiares e dificilmente nas creches – a maioria municipal, onde as vagas são muito disputadas, com isto as crianças negras ficam excluídas. Nas creches particulares as crianças negras não são encontradas, devido ao elevado valor das mensalidades.

3.3.2 Democracia Racial e Racismo Científico

Democracia Racial é um dos conceitos destinados a socializar as relações entre negros e brancos igualmente, e a evitar áreas de potenciais conflitos sociais. É também um produto intelectual das elites dominantes brancas. Carlos Hasenbalg (2005) denomina brilhantemente este conceito: “As suposições racistas do ideal de branqueamento eram que a superioridade branca e o desaparecimento gradual dos negros resolveriam o problema racial brasileiro.” Podemos concluir que o segmento da população negra desapareceria gradualmente e, que estes dificilmente poderiam constituir um terreno fértil para a negritude e orgulho racial entre eles.

Se o ideal de branqueamento transformou-se na sanção ideológica do contínuo de cor desenvolvido durante a escravidão, o mito da “democracia racial” brasileiro é indubitavelmente o símbolo integrador mais poderoso criado para desmobilizar os negros e legitimar as desigualdades raciais, vigentes desde o fim do escravismo. (HASENBALG, 2005, p. 250)

O mito da democracia racial resguarda a maioria da população branca brasileira em acreditar que não existe discriminação racial entre brancos e negros. Se perguntadas onde está seu racismo? As mulheres brancas dirão que não são racistas, que existe democracia racial no Brasil. Enquanto houver essa crença, ninguém assume seu racismo. A mulher negra carrega sua saga e resiliências, cotidianamente. O Movimento Negro Brasileiro está atento às manifestações sucessivas de atitudes racistas que acontecem na Câmara dos Deputados, no Senado, na mídia, em todos os segmentos da sociedade brasileira. Antônio Sérgio Guimarães (2002) cita que:

No Brasil, desmascarar a “democracia racial”, em sua versão conservadora, de discurso estatal que impedia a organização das lutas antirracistas, passa a ser o principal alvo da resistência negra. No entanto, tal resistência vai se dar primeiro e mais desimpedidamente no terreno cultural que no campo mais propriamente político. Isso por diversos motivos, entre os quais os mais importantes são a repressão às atividades políticas e os rumos que toma a política exterior brasileira [...]. (GUIMARÃES, 2002, p. 158).

A democracia racial ainda nos dias de hoje está muito vibrante em muitos lugares deste nosso país. No Rio Grande do Sul, esta situação tem características mais acentuadas do que em outros estados brasileiros. A imigração italiana e alemã é muito presente em nosso estado e ainda deixam marcas significativas e representativas em nossa sociedade. Jorge Euzébio Assumpção (2007) narra o mito que, em pleno século XXI, ainda existe no Rio Grande do Sul o mito do “escravo bem tratado”, em virtude de uma escravidão “benigna e humana”, entre os gaúchos.

Criou-se no Rio Grande do Sul um artifício de desvalorização da mão-de-obra escrava, através de vários mitos e inverdades históricas. Nesse processo, verifica-se também “folcloricamente” a apologia do escravo bem tratado, ou seja, de uma escravidão mais benigna e humana do que a existente no restante do Império. (ASSUMPÇÃO, 2007, p. 26)

Eliane Cavalleiro (2006, p. 58) cita numa passagem que: “Assim, vivendo numa sociedade com uma democracia racial de fachada, destituída de qualquer preocupação com a convivência multiétnica, as crianças aprendem as diferenças, no espaço escolar, de forma bastante preconceituosa.”. Na escola, os problemas se acumulam e os conflitos entre crianças brancas e negras não são solucionados e a criança negra sempre é culpada e o silêncio é usado como uma estratégia para evitar o conflito étnico. A discriminação muitas vezes acontece sem qualquer enunciação que seja de caráter racial implícita ou explícita.

No nosso cotidiano converso com pessoas que dizem e afirmam que a convivência entre as pessoas negras e brancas é tranquila, existe igualdade, harmonia e solidariedade e que não existe discriminação. Será que devemos nos preocupar com afirmações de que não existe “discriminação racial”, no Brasil? Ouço, em alguns espaços que frequento mulheres brancas dizerem que discriminação racial existe sim, mas são entre mulheres negras que se discriminam, principalmente entre negras com níveis sociais diferenciados.

Por que a mulher negra irá discriminar a quem pertence ao seu grupo étnico? A cultura introduz estas nefastas afirmações entre os sujeitos, para assim “esconderem seu racismo”, transferindo-o a mulher negra, e permanecerem numa posição “não racista”. Muitas pessoas acreditam que existem diferenças qualitativas entre povos e grupos sociais e afirmam “a falsa ideia” da superioridade de alguns em detrimento de outros.

A mídia é um espaço onde a mulher negra é pouco visibilizada e, infelizmente quando aparece em programas, destinados a elas, sua imagem surge de forma

perversa. Além da imagem, a história semanal confere uma vulgarização à mulher negra, em frases, atitudes que desvalorizam a figura da mulher. Pessoas dizem que a emissora de TV está oportunizando a visibilização da mulher negra. Porém, onde está o ético, o acatamento, o respeito à mulher negra? As manifestações que conferem credibilidade a estes programas justificam que existe democracia racial no Brasil. Que não existe discriminação em vulgarizar a figura da mulher negra, que tudo é uma questão de interpretação. Nesta questão, o movimento negro está reagindo e se manifestando para acabar com este desrespeito à mulher negra.

Nas questões sociais entre povos, sujeitos, grupos sociais, muitas vezes as tensões que atravessam essas relações tem implícitos o racismo que se manifesta de um modo muito “velado”. Precisa-se de um olhar muito atento para “ouvir” das entrelinhas que mensagem está sendo passada. São através de olhares, silêncios, atitudes, falas que o racismo se “expressa” (MUNANGA, 2006).

O mito da “democracia racial” precisa ser desmascarado, e para que isto aconteça é fundamental que haja maior discussão acerca das questões étnico-raciais. É inegável a distância que existe entre mulheres brancas e mulheres negras no que diz respeito: às oportunidades de trabalho, à educação e ao aperfeiçoamento profissional e intelectual.

O *racismo científico* traz um estudo das raças humanas em suas diferentes características hereditárias. É uma categoria relevante, porque contribui na interpretação do surgimento das teorias racistas. O racismo científico aconteceu realmente na segunda metade do século XIX, sendo Johann Friedrich Blumenbach o primeiro teórico a tentar estabelecer cientificamente a existência de diversas raças biológicas em meio à espécie humana. Evenise Chaves (2003) e Rodrigues citam sobre a miscigenação entre índios, negros e brancos:

Rodrigues (1939) assegurou que os intitulados de mestiços ou pardos não conformavam uma raça, porém produto da fusão das raças negra, indígena e branca, ao tempo em que os classificou como um grupo composto de mulatos, decorrente da miscigenação entre o branco e o negro; mamelucos, descendentes dos mestiços do branco com o índio ou do branco com o mulato portador de mais características do negro. Os concebeu, do ponto de vista do racismo científico, como seres inferiores, dada a influência de seus ancestrais selvagens: os negros e os povos indígenas. (CHAVES, 2003, p.32)

Foi o Conde José Arthur de Gobineau que tornou público, em meados do século XIX, em seu ensaio racista “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas – 1853 – 1855”, que prega a superioridade da raça branca sobre os demais povos:

Ali ele inventa o mito do Ariano e foi um dos primeiros a fundamentar a classificação racial não nas taxas de melanina no corpo (a pigmentação da epiderme), mas sim nas condições geográficas e climáticas. Para tanto ele dividiu a humanidade em três raças distintas, a "raça branca" (Ariana), a "raça amarela" e a "raça negra" (e incluindo ainda a "raça degenerada"), e afirmava que toda mestiçagem era nefasta. (RAÇAS HUMANAS, 2013)

Júlio José Chiavenato (1987) numa afirmação pertinente relata:

O racismo de Gobineau raiava a um fanatismo tão marcante que, mesmo assistindo o trabalho imenso dos negros escravos, praticamente os únicos trabalhadores no Brasil àquela época, afirma que os brasileiros (entenda-se: negros e mulatos nascidos aqui) não eram capazes de produzir nem de reproduzirem-se. Pregava uma saída salvadora para o Brasil: purificar-se com o sangue europeu, para “eliminar” a mistura de sangue negro. (CHIAVENATO, 1987, p. 170-171)

A purificação do sangue negro com europeu não extinguiu a mulher negra da sociedade brasileira. A reprodução entre negros e brancos continuou acontecendo. O fanatismo exagerado de Gobineau só trouxe prejuízos aos negros brasileiros. Assim como Gobineau, Nina Rodrigues também racista, foi um autor que classificava o negro, no nosso foco a mulher negra, como um ser incapaz, apesar de toda ajuda na construção do Brasil.

O racismo científico, do ponto de vista de Nina Rodrigues classificava a mulher negra como um ser incapaz, principalmente nas atividades profissionais, por ser considerada um sujeito que influenciava a população branca com suas doenças, costumes e religião. Este autor de forte cunho racista considerava a raça branca como pura e superior a todas as outras raças. Júlio José Chiavenato (1987) cita Nina Rodrigues em relação à ideologia racista:

Nina Rodrigues reproduz tardiamente a ideologia racista da escravidão: pode parecer inconsequente, mas serve a seu tempo, para as classes dominantes explicarem a mão-de-obra de reserva em que se transformaram os negros após a Abolição. A pobreza, a degradação humana de toda uma categoria social egressa da escravidão, não se imputa ao sistema, mas à sua própria e inerente “baixa condição”, sua “inferioridade”, etc. (CHIAVENATO, 1987, p. 171-172)

A libertação das mulheres negras aconteceu trezentos e oitenta e oito anos mais tarde. Porém, esta libertação não trouxe nenhuma condição de sobrevivência com dignidade para as mulheres negras, levando-as a viverem em condições de precariedade e miséria. As mulheres negras ficaram nestas condições, porque isto lhes foi imposto pela sociedade e não por “serem inferiores”, conforme afirma Nina Rodrigues.

3.3.3 Autoestima e Silêncio

“Os problemas se acumulam: ausência de informação, aliada a um pretensão conhecimento, resulta no *silencio* diante das diferenças étnicas” (Cavalleiro, 2006, p. 58). Sabe-se que em assessorias realizadas em escolas da região do Vale do Rio dos Sinos é constatada que a ausência de informação da parte dos alunos sobre a educação das relações étnico-raciais é uma das causas dos silêncios demonstrada por estes sujeitos, na sala de aula. O silêncio, muitas vezes, significa “não quero falar sobre discriminação racial, preconceito, racismo”, entre outros, por que ele “não existe, vivemos numa democracia racial”. E, de outro lado, os próprios professores parece não dar tanta importância às discussões, por que vivemos a democracia racial. Como falar com os alunos sobre essa “democracia racial”, se é mais fácil e cômodo silenciar.

O silêncio acontece também por ocasião de situações de conflitos étnicos (Cavalleiro, 2006, p. 58). Nas situações de discriminação racial, como apelidos pejorativos “negrinho”, “café”, “nuvem negra”, entre outros, as crianças não sabem lidar quando estas situações acontecem e, muitas vezes, na escola os professores ignoram estas ocorrências e as resolvem como se nada tivesse acontecido, num ato de “democracia racial”. Eliane Cavalleiro (2006) pontua deste modo estas situações:

O silêncio da criança diante dos outros demonstra a sua fragilidade em situação tão humilhante [...]. Sinaliza o quanto ela não domina o seu direito de defesa. E expressa, também, a sua falta de confiança nos adultos à sua volta para resolverem o problema, visto que não foram procurados para defendê-lo. (CAVALLEIRO, 2006, p. 59)

A criança ainda não se defende diante das humilhações que sofre na escola ou em outros espaços que vive. Por isso, silencia ... e, muitas vezes chora escondida para que os outros não percebam sua fragilidade. Sabe-se que situações similares a esta acontecem com frequência nas instituições de ensino em nossa cidade, nosso estado, nosso país. Há relatos em que as meninas negras ficam sozinhas nos recreios, pois as meninas brancas não aceitam juntar-se a elas para fazer brincadeiras, merendar, correr, pular, entre outras atividades realizadas neste espaço.

Abdias Nascimento (2006) contribuem neste sentido, com a afirmação:

É flagrante a ausência de um questionamento crítico por parte das profissionais da escola sobre a presença de crianças negras no cotidiano escolar. Este fato, além de confirmar o despreparo das educadoras para se relacionarem com os alunos negros, evidenciam também seu desinteresse em incluí-los positivamente na vida escolar. Interação com eles diariamente, mas não se preocupam em conhecer suas especificidades e necessidades. (NASCIMENTO, 2006, p. 98)

As relações raciais constituem um jogo de linguagem, muitas vezes, como não verbal, não dita, como um discurso silencioso, mais corporal do que verbal. Quando um discurso é silencioso se constitui na forma mais forte do não dito. A negação do racismo e o silêncio que a acompanha são normais nos espaços onde começam as discussões acerca da Educação das Relações Étnico-Raciais. Cavalleiro (2006, p. 98) cita com propriedade: “‘Silencia’ um sentimento de impotência ante o racismo da sociedade, que se mostra hostil e forte. ‘Silencia’ a dificuldade que se tem em se falar de sentimentos que remetem ao sofrimento.” Diante destes fatos, o silêncio e a discriminação racial continuam a saga dolorosa das mulheres negras.

“A Autoestima é um componente da subjetividade que impulsiona o ser humano para que ele possa desenvolver percepção favorável sobre si mesmo. O bom nível de autoestima viabiliza a pessoa no seu desempenho, para atingir os seus objetivos na realização de seus projetos de vida”. (Sousa Júnior, 2004, p. 24) Uma autoestima elevada quase não está presente entre o grupo étnico negro. O bom nível de autoestima pode ou não ser desenvolvido desde a fase da infância.

Se durante esta fase a criança receber bons estímulos, for valorizada, incentivada no meio ambiente em que vive a pessoa sempre acreditará em si mesma e terá sua autoestima elevada. Porém, no Brasil mulheres negras são marcadas pela exclusão e marginalização. Percebem-se traços fortes de violências contra as mulheres negras que carregam estes abusos, que lesam o bom desenvolvimento de sua saúde psíquica e dificulta o surgimento do ser social, pleno na sua autoestima e identidade étnica. Vilson Sousa Júnior (2004) muito bem foca a relação entre identidade étnica e autoestima, ou seja, entre processos étnicos de identidade e autoestima:

Os danos causados ao grupo negro, ao longo dos séculos, na sua subjetividade, foram tão intensos que o resgate carece de reparação urgente a nível social e de ação pedagógica paralela que atue a partir da dor, do sofrimento, do recalque, da deformação identitária para produzir “a politização do afeto”, convergindo para o nível favorável de autoestima e reconstrução da identidade étnica. (SOUSA JÚNIOR, 2004, p. 27).

No processo de identidade é importante o resgate da reparação dos danos sofridos, em todos os níveis, pelas mulheres negras ao longo dos séculos. É necessário trabalhar com ação pedagógica que atue nos sofrimentos, dores e transforme estes em altos índices de afeto que convergirão no aumento de sua autoestima.

Pode-se observar que a baixa autoestima das mulheres negras é constante e, em algumas vezes, dura muito tempo. Em muitos espaços ela é desestimulada e, portanto

desanima, desiste e acaba incorporando o fato de falta de estima própria. O exercício de elevar sua autoestima precisa ser feito sempre, cotidianamente.. Entendo que para mantê-la instigadas é necessária sua participação ativa em projetos que as envolvam estimuladas.

3.3.4 Saga e Resiliência

Desde a época da escravidão, as mucamas e criadas dos sobrados eram negras e mestiças, e estavam a serviço das sinhás e também dos senhores. Gilberto Freyre (2006) cita acerca da escrava:

[...] ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. (FREYRE, 2006, p. 367)

O autor apresenta contribuições muito importantes para nossa fundamentação teórico-prática sobre os dilemas das “Amas de Leite” ou “Mucamas”, como eram tratadas as nossas mulheres negras (escravas) da época. A escrava era a que teria que dar conta de todos os afazeres da Casa Grande e a amamentação dos filhos da sua sinhá. Pode-se dizer que ela já protagonizava todas as dinâmicas sociais de seus patrões.

Ao referir-se ao senhor, a escrava deveria dizer “*sim senhor*”, enquanto que as sinhás diziam: “*meu senhor*”. Caso a escrava a desobedecesse seria castigada pela Sinhá, porque só a ela era dado o direito de dizer “*meu senhor*”. As sinhás sugavam as mulheres negras, como amas de leite de seus filhos, além de ocuparem-se com os trabalhos domésticos das fazendas. Com isto, as mulheres negras não tinham tempo de amamentar seus filhos. Observo que as mulheres brancas já tinham o poderio sobre as mulheres negras desde o tempo das senzalas.

Figura 2 - Mãe Preta



Mãe Preta, tela do pintor brasileiro Lucílio de Albuquerque, em exposição no Museu de Belas Artes da Bahia.

Fonte: RIBEIRO, 2010.

Essa discussão da ideia de repensarmos essa “Saga” atual das profissionais negras intelectuais nas academias de nossa sociedade brasileira. Essas profissionais parecem não estar distante de um cenário longínquo da história de submissão imposta para as mulheres negras da época e também nos dias atuais, em nosso cotidiano.

Nas universidades, num primeiro momento, percebe-se que há uma ausência de profissionais negras intelectuais em todos os níveis acadêmicos. Embora essas mulheres tenham sua própria iniciativa de projetos ou organizações voltadas para resgatar a história de seu povo, ainda assim, é um trabalho solitário dessas mulheres, em determinadas atividades nestas instituições de ensino. Um trabalho solitário talvez por não puderem se unir com as demais mulheres brancas das academias ou fadadas a viverem ainda hoje sob orientações de diversos gestores masculinos brancos.

Na pirâmide social brasileira, a mulher negra ocupa o último lugar e trabalha sob a direção de homens brancos que ocupam a primeira posição social, existem perspectivas de a mulher negra alterar e inverter estes papéis? No caso das mulheres negras que viviam uma escravização mais acirrada e uma submissão mais explícita, ainda era lhes imposta toda obrigação de dar conta das tarefas ou afazeres de seus donos, caso contrário ela sempre sofria represálias; se atendesse seu patrão, o castigo vinha da sinhá; se não o atendesse, ele próprio a castigava. Um quadro que hoje pode

ser diferente, parcialmente; mas em outras, não foge da realidade das mulheres negras, nos contextos atuais. Conforme Eni Allgayer (2005):

A desinibição de negras e mulatas consagradas na literatura como amantes de sangue quente, foi um papel que a própria sociedade escravista criou, para justificar a utilização da mulher negra como fonte de prazer. Via de regra, as negras eram forçadas a deitar nas redes com os amos, e depois sofriam com a vingança das suas Senhoras. (ALLGAYER, 2005, p. 132)

O período colonial de escravização, no Brasil é considerado um marco histórico para se compreender e explorar a situação de subalternização, estereótipos, discriminação e exclusão da população negra em geral, saga que as mulheres negras vêm vivenciando na sociedade brasileira e nos meandros acadêmicos.

Deepika Bahri (1999) foca uma passagem sobre estudos pós-coloniais, gênero, raça e comunidades marginalizadas muito interessantes:

Áreas como os estudos das mulheres e os estudos pós-coloniais surgiram em parte como resposta à ausência ou à indisponibilidade de perspectivas sobre as mulheres, as minorias raciais e as culturas ou comunidades marginalizadas em relatos históricos ou anais literários. Essa falta de representação é semelhante nas esferas política, econômica e legal. Aqueles/as “outros/as” no discurso dominante não tem voz ou dizer em suas representações; estão fadados/as, pelos que comandam a autoridade e os meios de falar, a terem quem “fale por” eles/as. (BAHRI, 1999, p. 665).

A não representação nos discursos dominantes e também em importantes decisões que circulam na sociedade conduzem a mulher a arranjos coloniais, a não manifestar-se e, nestes casos a deixarem que outras pessoas ocupem suas posições, suas sagas. A mulher negra é assinalada pelas exclusões que acontecem em todos os sentidos de sua saga, nos espaços que ocupa. A negra é considerada um sujeito inferior, que numa pirâmide de valorização social, está na última posição. Hilan Bensusan (2005) narra a situação de mulheres negras:

A colonização é nossa imagem mais ao alcance da mão para a situação em que uma identidade, um ego, uma fonte de vontade se expande ocupando um espaço de outra: ela aparece quando evocamos que pessoas negras ficam assujeitadas à cultura branca – são hospedeiras das maneiras brancas de pensar e agir – ou quando as mulheres são ocupadas pelos homens e assim rendem o controle de seus corpos e de seus destinos. [...] Se a posição das mulheres em uma sociedade arranjada em grande medida pelos desejos masculinos é de terra colonizada e a posição das pessoas negras em uma sociedade em que um negro pode declarar “agora estamos em uma democracia, todos somos brancos” é de terra invadida, que terra é as mulheres negras? (BENSUSAN, 2005)

A cultura eurodescendentes inscreve a mulher negra como “colonizada”, assujeitadas à sua “colonização”. Maria Paula Meneses (2007) narra a respeito de processos através dos quais noções de diferenças se racializaram, durante a época colonial – as “conquistas coloniais”:

Nas últimas décadas, a discussão sobre as “novas” formas de racismo obriga a análise mais detalhada sobre a persistência, em espaços pós-coloniais, de conceitos e ideias assentes em percepções de origem pseudobiologia estabelecidas com o encontro colonial. (MENESES, 2007, p. 56)

As novas formas de racismo trazem intrínseca a discussão sobre novas análises acerca de “colonizados” e “colonizadores”. Estes novos debates estão ocorrendo nos espaços acadêmicos e deixando suas marcas em trabalhos de pesquisa, nas últimas décadas. Nas relações de poder, quando uma identidade, um ego, uma vontade maior se expande e ocupa o espaço de outra, caracterizamos como “colonização”, domínio, superioridade (BENSUSAN, 2005).

Na sociedade, a racialização está muito ligada aos espaços coloniais, a processos de construção social, onde circulam diversas formas de pensamento étnico e nacionalista, permeados por construções raciais (MENESES, 2007). Os negros ficam alienados aos sujeitos brancos, copiando suas maneiras de pensar e agir ou, no caso das mulheres negras ficarem sujeitadas aos homens negros ou brancos, rendidas à subserviências inescapáveis. Hilan Bensusan (2005) focaliza a identidade feminina negra e as colonizações:

[...] a identidade feminina negra é talvez um cruzamento de consequências das colonizações que forjam nossas identidades e as identidades de quem não somos. O mapa das identidades desenhado pela colonização e pelo movimento de contra colonização colocou as mulheres negras em um redemoinho, pressionadas entre as duplas solidariedades compulsórias e as duplas subserviências inescapáveis. (BENSUSAN, 2005)

A saga das mulheres negras tem em nossos dias duras vivências. Narro realidades vividas, presenciadas, escutadas. Sabe-se que “sutilmente” acontecem situações de homens brancos “vigiar” as mulheres negras em suas atividades profissionais. Não há confiança no trabalho das profissionais negras. Há sempre uma dúvida, ou seja, será que as mulheres negras estão realizando suas tarefas? Parece que nas relações dos homens brancos com as mulheres brancas existe uma relação de “cumplicidade”, tanto nos bons quanto nos maus momentos profissionais.

Como as mulheres negras podem ter intrínseco o processo de branqueamento, se a elite brasileira branca foi à inventora e mantenedora da democracia racial? A mulher negra, por outro lado, faz parte de um investimento no imaginário negativo, onde não tem identidade, sua autoestima é muito baixa e ainda acarreta sobre si a culpabilidade pela discriminação que, na verdade é o que estamos discutindo como a “Saga” de quem sofre com esses dilemas. Nilma Lino Gomes (1995) afirma acerca da mulher negra:

Tanto a mulher branca, quanto a negra e a índia eram vistas a partir do olhar masculino e branco do senhor de engenho, a visão machista presente na sociedade brasileira da época. Lamentavelmente, essa visão ainda persiste entre nós: um olhar racista em relação à mulher negra. (GOMES, 1995, p. 99)

Mediante informações, sabemos que profissionais pesquisadores universitários eurodescendentes, pertencentes a funções coordenativas, se apropriam de projetos, atividades, trabalhos ligados à Educação das Relações Étnico-Raciais. São circunstâncias que acontecem “veladamente”. Não há consultas às profissionais afrodescendentes, às situações de apropriação acontecem por meio de atos sutis, que muitas vezes nem chegam ao conhecimento das mulheres negras. Entre as diferentes situações de violência enfrentadas pelas negras, a sutil é a mais revoltante.

Pois, acontecem por meio de olhares, silêncios, negações, reações corporais que, por não serem ditas ainda colocam o negro em situação de “exclusão.” A mulher negra, observadora destes movimentos, é excluída deste processo que é amarrado com muitas cumplicidades entre os sujeitos brancos, detentores do poder. Esta saga, nós mulheres negras, vivenciamos cotidianamente, em nossos espaços de aprendizagem.

Mozart Silva (2007) traz nesta afirmação a estrutura social que coloca em movimento processos de exclusão significativo no acesso dos afrodescendentes a seus projetos, iniciativas, atividades, entre outros, nesta afirmação:

O racismo, ou preconceito de cor, pode ser atestado por diversos estudos realizados dos anos 1950 até nossos dias. Trata-se do racismo institucional, que independe da individuação e sim da estrutura social que coloca em movimento processos em que os próprios indivíduos, mesmo negando o racismo, coparticipam de sua dinâmica. Não é preciso se dizer racista para participar de uma sociedade em que as barreiras “raciais”, ou de “cor”, operam fraturas significativas nos acessos a serviços, educação, saúde pública, emprego, entre outras. (SILVA, 2007, p. 56-57)

Os discursos que ouvimos são de que não existe racismo, que vivemos uma democracia racial, onde todos são iguais. Porém, quando surgem as oportunidades de

apropriação de trabalhos que são vantajosos, então a “democracia racial” não existe mais. O poder eurodescendentes domina, é mais forte e predomina.

Resiliência, de acordo com Antônio Houaiss (RESILIÊNCIA, 2010, p. 675): “[...] capacidade de se recobrar ou de se adaptar à má sorte, às mudanças”. Outra definição para Resiliência é: “[...] o processo e resultado de se adaptar com sucesso a experiências de vida difíceis ou desafiadoras, especialmente através da flexibilidade mental, emocional e comportamental e ajustamento a demandas externas e internas” (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2010, p. 809).

A palavra Resiliência a princípio nos causa sensação de estranhamento. Este conceito parece ser fácil de entender, porém é difícil de definir e impossível de ser medido ou de ser calculado. É um termo pouco conhecido na área da Sociologia, Educação e Psicologia, entre outras. Situam-se com propriedade na Engenharia, Física e Odontologia. José Tavares (2001) traz como característica de uma pessoa resiliente:

[...] a pessoa deveria ser naturalmente resiliente, ou seja, alguém flexível, aberto, criativo, livre, inteligente, emocionalmente equilibrado, autêntico, empático, disponível, comunicativo, capaz de resistir às mais variadas situações mais ou menos complicadas e difíceis, sem partir, sem perder o equilíbrio, por mais adversas que essas situações se lhe apresentem. A pessoa como um sujeito que toma decisões terá que ser capaz de autorregular-se com base numa verdadeira autoestima [...]. (TAVARES, 2001, p. 57).

A capacidade de uma pessoa transcender aos obstáculos, embates, diversidades, preconceitos e discriminações raciais que a vida nos apresenta é o que denominamos resiliência. As mulheres negras a cada dia transcendem obstáculos. Somos questionadas e, precisamos romper com padrões “normais” que a educação, a religião e a cultura nos impõem e ganhando maturidade a cada embate que os preconceitos de cada dia nos impõem. A luta e as situações vivenciadas é que nos fortalecem.

Após essa introdução inicial, analiso que Resiliência consiste no fato de o ser humano responder de modo positivo às adversidades que a vida nos estabelece e não sucumbir.

A saga da mulher negra e a resiliência tem muito em comum. Enfrentar as dificuldades encontradas, que a cada momento estão presentes, em nossas sagas e responder positivamente com nossa autoestima elevada e não sucumbir a estas adversidades que se nos apresentam é uma tarefa complexa.

Todas as mulheres têm possibilidades de poder e querer, de vontades imensuráveis nas adversidades encontradas e, incluídas nestas estão as mulheres negras.

O desenvolvimento de capacidades de resiliência é realizado através de motivações, incentivos de suas capacidades de ser, estar, de ter, querer, poder, principalmente pela autorregulação e autoestima, que é algo essencial à população negra (TAVARES, 2001). As mulheres negras são as que precisam de uma autoestima elevada para resistir a toda saga que convive, cotidianamente.

O termo Resiliência é abordado em diversos espaços contextuais, em rodas de conversas de docentes universitários, nas salas de aula, nos artigos acadêmicos e a mim este tema refere uma sutil aliança com Resistência. Às mulheres negras resistência lembra Zumbi dos Palmares¹⁶, líder negro que resistiu a ser preso, escravizado até o final de sua vida. Morreu resistindo. Carla Marlise Nadal (2007, p. 70) cita sobre a resistência do povo africano: “Além de sobreviver ao extermínio, à dominação e à dilaceração da alma e da autoestima, os africanos foram resistentes.”.

As mulheres negras muitas vezes têm suas almas dilaceradas, porém sua autoestima é resistente. Desde a Abolição da Escravatura, que aconteceu há cento e vinte e seis anos atrás, falar sobre as questões étnico-raciais é um assunto sempre atual, que está presente nos trabalhos acadêmicos, artigos, reportagens, teses, dissertações, etc. O tema mulheres negras é analisado pela atual condição da mulher, pelos últimos resultados do censo demográfico que mostra a mulher como uma guerreira dona de casa, chefe de família, operária, envolvida em cursos e atividades tipicamente “masculinos”, como aviadora, motorista e/ou cobradora dos ônibus, operária de construção civil, árbitra de jogos de futebol, dentre outras.

As mulheres negras estão na quarta posição na pirâmide social brasileira e convivem com a resistência a todas as situações, cotidianamente, consciente de sua negritude. Como está a mulher branca, neste contexto? Está na segunda posição na mesma pirâmide e como reconhece sua branquidade?

Mulheres brancas têm dificuldade de nomearem “branquitude”, não se permitem dizer o que significa ser branca. Quando perguntados não sabem o que responder. Qual a origem do termo “branco”? O termo branquidade tem vários significados, como: “A branquidade é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.” (FRANKENBERG, 2004, p. 312). Como o foco da discussão é a mulher negra há um “silêncio” quando se trata sobre a mulher branca. Parece que isto

¹⁶ Zumbi (Capitania de Pernambuco, 1655 — Capitania de Pernambuco, 20 de novembro de 1695) foi o último dos líderes do Quilombo dos Palmares, o maior dos quilombos do período colonial. Zumbi nasceu na então Capitania de Pernambuco, na serra da Barriga, região hoje pertencente ao município de União dos Palmares, no estado brasileiro de Alagoas. (ZUMBI DOS PALMARES, 2013)

reflete o não saber “o que é ser branca?”. Este tema não necessita ser discutido, porque é natural e inquestionável. Adevanir Pinheiro (2011) questiona se:

[...] aprofundar os conceitos de branquitude, branquidade, brancura, embranquecimento, branqueamento e demais conceitos relacionados à temática eurodescendentes, desvendará muitos mistérios de poder que ficaram silenciosamente intocáveis pelos cientistas e pesquisadores das diversas áreas de conhecimento e, sobretudo, nas ciências sociais. (PINHEIRO, 2011, p. 111)

Percebe-se que alguns estudiosos compactuam com Adevanir Pinheiro sobre o desvendar destes conceitos eurodescendentes, como um modo de desmitificá-los e poder-se discutir acerca destes temas com naturalidade, para que também mulheres brancas possam estar em condições de igualdade com as mulheres negras. Adevanir Pinheiro faz uma amarração com Ruth Frankenberg (2004) simplificando esta reflexão assegurando que:

[...] se o próprio branco parece temer o fracasso ao descobrir as ilusões infiltradas simbolicamente nesse contexto de sua cultura da branquidade, talvez ele próprio possa cair no desencanto de suas ilusões e de suas internalizações de poderes sempre ameaçado. Eis aí a necessidade de garantir a manutenção de muletas, ou melhor, garantir essa inferioridade do negro para que ele possa continuar o fortalecimento de sua posição de dominador, sendo visto como pertencente a uma única cultura produtora e reprodutora desse poder de dominação. (PINHEIRO, 2011, p. 112-113)

Embasada por Ruth Frankenberg (2004), Adevanir Pinheiro (2011) discute por que o tema “branquidade” não é estudado e tratado com mais profundidade e intensidade, e não é discutido em pesquisas, nas escolas e entre os sujeitos brancos? As discussões acerca de “branquitude” ainda são incipientes em seminários, conferências e cursos de formação em instituições de nível superior em muitos estados do Brasil. Urge pesquisar acerca deste novo tema tão “fechado” e pouco discutido entre os intelectuais pesquisadores.

Questiono nesta reflexão, a resistência das mulheres brancas em abrir para discussão conceitos eurocêtricos. As mulheres brancas convivem com a resiliência de maneira diferente das mulheres negras? A resiliência se processa com a permanente reconstrução da personalidade ao longo de nosso processo identitário, como mulheres negras.

3.4 DESENVOLVENDO CONCEITOS DAS CATEGORIAS, RELACIONANDO-OS COM “MULHERES NEGRAS”, DE ACORDO COM VISÃO TEÓRICA DOS AUTORES.

É importante cruzar os conceitos desenvolvidos com o pensamento dos autores, a partir do nosso objeto de pesquisa que é a *mulher negra*. Nilma Lino Gomes cita que: “Saber-se negra é algo que só nos poderá ser dito pela própria mulher negra.” (GOMES, 1995, p. 129). Narrar-se negra é algo instigante. A mulher negra ocupa a última posição, dentre homens e mulheres negros e brancos. Afirmar-se negra é assumir a saga que a acompanha em todos os momentos de sua trajetória.

A mulher negra conta sua história a partir do lugar em que está? Tomar conta de si, de suas peculiaridades e especificidades está presente na mulher negra gaúcha? Adevanir Pinheiro questiona porque a branquidade, não é confrontada? Os brancos tem dificuldade de falar de sua cor? A mulher negra tem sua trajetória marcada pelo silêncio? Estas e muitas outras interrogações ainda pairam em nossas mentes, quando teremos respostas?

A “democracia racial”, onde “aparentemente” todos são iguais, atinge as mulheres negras principalmente no ambiente profissional, no qual a maioria dessas mulheres está inserida em atividades menores sofrendo, muitas vezes, humilhações no silêncio com medo de serem demitidas, tendo filhos para criar ou convivendo com outras pessoas da família desempregadas, ou seu companheiro desempregado, o que constitui um ônus, nas despesas mensais. Que atitudes podem ter essas mulheres negras, a não ser continuar no silêncio? Que fazer para mudar este quadro de quietude?

Maria Aparecida Bento e Iraí Carone (2002) fazem uma análise sobre democracia racial:

No campo da teoria da discriminação como interesse, a noção de privilégio é essencial. A discriminação racial teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, independentemente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito. (BENTO ; CARONE, 2002, p. 28)

A tendência das mulheres negras é a partir de sua inclusão num grupo de mulheres brancas sentirem-se “brancas” também e não enxergarem as negras que estão à sua volta, pois as mesmas são pobres, sujas, etc. Este é uma realidade que percebemos, através de nossa caminhada com movimentos negros. Passam a gozar o “privilégio” de estarem no grupo dominante e, deste modo estão participando da “democracia racial”.

Os grupos necessitam de referenciais positivos para afirmar seu processo de identidade. No contexto das relações raciais fica evidenciado a superioridade de um grupo dominante, o branco, sobre o grupo que não é capaz de assumir suas mazelas, o negro.

A mulher negra é um sujeito que pertence ao grupo minoritário e traz consigo “medos”. Medo de si mesma, por que não conhece a sua história como mulher negra e também de ter a identidade do Outro. Unidos a estes medos está o silêncio que afeta a mulheres negras conhecidas, que não revelam e não dividem suas amigas, porque a maioria são mulheres brancas.

O silêncio das mulheres negras é bom para quem? Para manter a democracia racial? Nestas circunstâncias cresce o apoderamento das mulheres brancas, com seu status de hegemonia branca, em toda e qualquer situação. Fica mais cômodo para todas quando “alguém” toma o controle da ocasião.

A mulher negra em algumas ocasiões é cooptada com promessas de inclusão, inserção no ambiente profissional, e tempos mais tarde vê-se incluída sem sentir-se de fato integrante daquele ambiente. Não são livres para defender-se quando necessário, falar na Educação das Relações Étnico-Raciais, nem participar de encontros, seminários e congressos relativos à cultura negra, questionar situações nas quais se sintam desrespeitadas, discriminadas em seus direitos como mulheres negras.

A cooptação é uma situação tão “velada, mascarada” que quando a negra toma consciência da situação, observa-se “presa numa armadilha”. A sutileza com que acontece todo o processo de “cooptação/alienação” é normal para o sujeito branco. Nestas situações a negra “admite” que foi incluída naquele espaço. Mas, na verdade ela é apenas mais um sujeito entre tantos que fazem parte daquele lugar. No caso profissional, a mulher negra que é nosso objeto de pesquisa sente-se contente com todo aquele cuidado e com eterna gratidão a quem lhe ofereceu aquele espaço. E, nesta situação não questiona e não possui uma consciência crítica sobre sua história e identidade. Ela está inclusa no trabalho. Pode sustentar a si e a seus filhos.

Entendo que quando a negra é cooptada ela vive um processo de alienação, não está liberta para estabelecer coerência lógica entre as experiências vividas e objetivo a que se propõe, segundo como José Ivo Follmann (2012) define processo de identidade:

É na maneira com que um indivíduo ou um grupo (uma coletividade) estabelece a relação entre seu futuro e seu passado, ou ainda, entre seus projetos e suas trajetórias, que temos, de forma particular, as indicações principais para desvendar quais são os definidores de seus processos de identidade. Pode-se definir processo de identidade como a busca constante de

estabelecer coerência lógica entre as experiências vividas e aquilo que se tem como objetivo. (FOLLMANN, 2012, p. 85)

Alienar não é uma inclusão que denominamos “de fato”. É apenas mais uma inclusão. Se fôssemos incluídas como mulheres negras, sendo seres participativos, com nossos direitos respeitados e defensores de nossa etnia negra, aí sim, estaríamos incluídas “de fato”, ou seja, com liberdade de mostrar-nos, dizer-nos e lutarmos pela causa das mulheres negras. Apenas incluir a mulher negra reforça a hegemonia branca que continuará determinando e trabalhando esta mulher que ainda não está em condições de estabelecer uma coerência lógica entre as experiências vividas e o que quer como objetivo para si, mulher negra.

No Brasil, muitas influências vieram a reforçar o mito da “hegemonia branca”, como Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), Conde de Gobineau (1816-1882), Silvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909), Oliveira Viana (1883-1951), entre outros que foram pessoas influentes no contexto brasileiro e deixaram suas marcas, com a pretensão de afirmar que a raça negra acabaria com o passar dos séculos, pois a raça branca como “pura” naturalmente com o passar dos anos se afirmaria e os negros desapareceriam.

A mulher negra traz uma saga muito dura e, especialmente no ambiente universitário está junto a mulher branca, que carrega hierarquia de privilégios da brancura. Em vista da hegemonia branca, como a mulher negra galgará a posições importantes, nestes espaços? Maria Aparecida Bento, Petronilha Silva, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Jurema Werneck, Luiza Bairros, Matilde Ribeiro, Eliane Cavalleiro, Adevanir Pinheiro são mulheres negras que transpuseram estes espaços. Algumas destas mulheres atuam dentro das universidades são mulheres negras que enfrentam diretamente as problemáticas muito enraizadas no mundo acadêmico.

Maria Aparecida Bento é a primeira pesquisadora negra a questionar sobre a branquitude na literatura brasileira. “O branqueamento é frequentemente considerado como problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais.” (BENTO ; CARONE, 2002, p. 25). Na realidade o problema não é do negro, mas sim dos brancos, como já firmaram outros autores como Florestan Fernandes. Diante dessa discussão nosso foco se volta para a problemática das mulheres negras.

Dentre as mulheres negras citadas acima, que cruzam (ram) e enfrentam (ram) diretamente as problemáticas raciais, temos militantes, escritoras, ministra, autoras, coordenadoras de núcleo, professoras que estão à frente diariamente com questões racistas e discriminatórias. Sueli Carneiro (2011, p. 115) assinala em relação às oportunidades de trabalho iguais a todos os sujeitos negros:

O direito ao trabalho é condição fundamental para a reprodução das demais dimensões da vida social. Por isso é preciso instituir no âmbito do trabalho o mesmo reconhecimento social e político que as desigualdades raciais adquiriram no campo educacional, fato que desencadeou o processo de implementação de cotas raciais para afrodescendentes nas universidades. Tal reconhecimento deve traduzir-se em intervenção política para assegurar o princípio de igualdade entre desiguais e a realização da equidade no acesso ao trabalho. (CARNEIRO, 2011, p. 115)

Mulheres negras estão em todas as frentes de trabalho. Através de intervenções políticas que assegure o princípio de igualdade entre desiguais e também no acesso ao trabalho das mulheres negras, as mesmas alcançarão o protagonismo em suas frentes de trabalho. Quando este fato acontecer, não serão mais muitas empregadas domésticas, que apesar de tantas com qualificações, ainda são “normatizadas” como serviçais às mulheres brancas, que detém o poder, mas serão mulheres negras que alcançaram seu protagonismo, em suas áreas de trabalho. Adevanir Pinheiro (2011) narra com propriedade acerca de reações percebidas da parte do branco, que acontecem cotidianamente contra sujeitos afrodescendente:

As reações percebidas no cotidiano da parte do sujeito branco exigem, talvez, maior atenção e análise. Apesar de ser uma temática nova e pouco pesquisada com mais rigor imaginamos que esteja aí mais um ponto de partida para avaliar com mais coerência as diferentes reações surgidas e, às vezes, apresentando situações envolvendo principalmente as violências físicas por este branco, contra os afrodescendentes e indígenas. (PINHEIRO, 2011, p. 118)

Como sugere Adevanir Pinheiro é necessária maior atenção e análise no que diz respeito às reações dos sujeitos brancos. Por ser uma temática nova ainda é pouco explorada e pesquisada por nossos (as) autores (as). Fazendo um cruzamento sobre os sujeitos negros, no nosso caso mais especificamente as mulheres negras, as mulheres brancas também necessitam serem narradas, em suas especificidades. Maria Aparecida Bento e Iraí Carone (2002) citam que:

[...] há algo semelhante a um acordo no que diz respeito ao modo como explicam as desigualdades raciais: o foco da discussão é o negro e há um silêncio sobre o branco. [...] uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os

brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil. (BENTO ; CARONE, 2002, p. 26)

O silêncio sobre o branco, uma espécie de pacto e acordo tácito entre os mesmos de não se reconhecerem, contribui para que a permanência da desigualdade racial no Brasil continue se fortalecendo. Para esconder seu racismo, muitas mulheres brancas lançam a afirmação de que as negras são racistas umas com as outras. Na realidade, toda a condição que mulheres negras vivem a elas não cabe mais situações racistas. A união por objetivos, lutas e soluções comuns são as metas a serem seguidas pelas mulheres negras para conquistas e obtenção de seus direitos.

As discussões que mulheres negras se acusam de racistas umas com as outras acontecem em todos os espaços, inclusive na sala de aula. Muitos professores ainda não conseguem discernir estas situações que continuam acontecendo com suas turmas. Tudo vai prosseguindo como “normal” e a aluna negra, a cada dia, vai sendo confirmada como “aluna problema”.

Muitas vezes, a partir destas e de outras situações as alunas negras vão deixando os bancos escolares e escolhendo outros afazeres, pois além de não serem acolhidas ainda são marcadas pela escola. Poucas alunas negras nas salas de aulas chamam a atenção dos professores? As meninas negras estão em maior número nas escolas e os meninos estão abandonando mais cedo os bancos escolares, por diversos motivos, de acordo com pesquisas e estatísticas as jovens entram mais cedo no mercado de trabalho para ajudar, muitas vezes, no sustento da família.

Certa ocasião, conversando com uma professora que se autodeclara negra, mas que não gosta de falar sobre as questões étnicas raciais, pois prefere silenciar e apresenta um distanciamento, mesmo sabendo da problemática. Esta é uma situação muito comum nas instituições de ensino. Sabe-se que “o silêncio” impera, principalmente entre as professoras que se autodeclararam pardas. Isso parece ser uma das maneiras de não enfrentar situações de racismo e discriminação racial. Nilma Lino Gomes (1995, p. 163) afirma que “O pardo pode ser considerado a fusão do ideal do branqueamento defendido por Oliveira Vianna e a miscigenação apregoada por Gilberto Freyre. Em resumo: um tipo racial indefinido”.

A professora ao não assumir a sua condição de negra, também não enxerga os casos de racismo que no dia-a-dia que, por vezes acontece consigo ou com seus alunos (as) negros (as), em sala de aula. Tendo em vista estas e outras situações é necessária a

implementação da Lei 10639/03, em todos os níveis de ensino. Um melhor conhecimento da cultura africana e afro-brasileira, de suas origens e autoestima positiva são entendimentos importantes no processo de identidade das mulheres negras. Vilson Sousa Júnior (2004) considera que:

Três fatores que se referem a processos cognitivos são relevantes para essa análise: a categorização, a assimilação e a procura de coerência. A esses aspectos se une a autoestima positiva sem a qual o grupo negro não poderá, através do processo de comparação social sentir-se com os mesmos direitos que os outros grupos e, assim inicia movimentos em direção a mudanças sociais. (SOUSA JÚNIOR, 2004, p 26-27).

A partir desta definição de Vilson Sousa Jr. observa-se que existem movimentos a serem realizados para que a mulher negra tenha uma boa autoestima. É um trabalho que exige acolhimento e, principalmente muito afeto para com este sujeito. Grupos de Mulheres e diversas Ong's são responsáveis pelo amparo às mulheres, principalmente as Mulheres Negras Gaúchas. No Rio Grande do Sul existem muitas entidades que acolhem mulheres negras, com o objetivo de elevar sua autoestima, e desconstruir estereótipos estabelecidos pela cultura brasileira sobre as mulheres negras.

3.5 ANÁLISES RESSALTANTES ENTRE AUTORES DOS EIXOS: IDENTIDADE – GÊNERO E RAÇA X MULHERES NEGRAS E SUAS CONVIVÊNCIAS

A mulher negra convive em ambientes os mais diferenciados dentro de nossa sociedade. Sua identidade cultural é a mesma em todos os espaços que ocupa? Mas, sobressai-se e tem mais representatividade nos lugares de pouco destaque, em relação às mulheres brancas. Será que nas comunidades negras que estão localizadas em contextos socioculturais diferenciados, como espaços religiosos, espaços dos quilombolas a identidade cultural das mulheres negras – nosso foco de pesquisa é a mesma?

Kabengele Munanga (2009) destaca três fatores tidos como componentes essenciais na construção da identidade, ou seja, no processo de identidade: fatores psicológicos, o fator histórico e o fator linguístico. Todos estes fatores são essenciais na tomada de consciência das mulheres brancas e mulheres negras, em seus processos de identidades. Os fatores que mais nos chamam a atenção são os fatores psicológicos e as linguagens existentes no cotidiano.

Para tornar uma comunidade negra separatista, e a favor de interesses de classes dominantes, pode haver manipulações de consciência identitária, numa visão evidente de dividir a comunidade e isolá-la em benefício de classes que dominam determinado

segmento. Neste sentido, a classe branca, muitas vezes, se utiliza de seus privilégios de dominante e, separa “sutilmente” mulheres negras de seus objetivos e propósitos numa manipulação de negar a saga destas mulheres a segmentos e cargos profissionais de maior destaque.

E, como mulher negra preciso narrar minhas histórias do lugar onde me encontro e da posição que ocupo e não deixar espaço para que “diferentes” sujeitos a contem de outras maneiras, travando minhas possibilidades de construir meus saberes. Assim sendo, recorro novamente à citação de Marisa Costa (2002, p. 11), pois esta é de suma importância neste trabalho de pesquisa.

Se não contarmos nossas histórias a partir do lugar em que nos encontramos, elas serão narradas desde outros lugares, aprisionando-nos em posições, territórios e significados que poderão comprometer amplamente nossas possibilidades de desconstruir saberes que justificam o controle, a regulação e o governo das pessoas que não habitam espaços culturais hegemônicos. (COSTA, 2002, p. 93)

Integrante deste conceito diferença, o movimento feminista através de “nós mulheres” não se propõe neste contexto “a enunciar as inúmeras diferenças entre os diversos grupos aí envolvidos: mulheres heterossexuais ou homossexuais, donas-de-casa da classe média ou de periferia, profissionalizadas ou não, etc.” (NOVAES, 1993, p. 26) Este grupo reivindica para si o espaço político da diferença, evidenciando a consciência de sua busca identitária.

A negação do racismo nos ambientes familiares, educacionais e sociais é um dos fatores que nutrem as práticas discriminatórias, uma vez que “o racismo não sendo verbalizado, não existe”. As mulheres negras pela “inexistência do racismo” vivem na prática cotidiana a manutenção do encarceramento das mulheres do “não lugar” do silêncio e da invisibilidade.

A “descoberta da condição de diferente” acontece preliminarmente no ambiente educacional. Esta condição de “estranho” produz cortes, mutilações no indivíduo no sentido de diminuir sua autoestima, evadir-se da escola, inserir-se em serviços de natureza contínua, resultando na falta, carência daquilo que “não tem” visibilidade e da condição de “não ser” discriminado. A maior expressividade foi através do “sufragismo”, que foi um movimento para que as mulheres adquirissem o “direito de votar”, no ano de 1932. O Brasil foi o quarto país da América a estabelecer o voto feminino.

Na década de 1960, a partir do amplo debate entre estudiosos x militantes e seus críticos ou suas críticas, surge para engendrar e problematizar, o conceito de gênero. O ano de 1968 deve ser compreendido como uma referência a um processo mais amplo que já vinha se formando e que continuaria se desdobrando em movimentos específicos e em eventuais solidariedades.

Em vários locais como Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos se pode observar mulheres, negros, intelectuais, jovens, estudantes e outros, ou seja, diferentes grupos que expressam sua inconformidade em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, à segregação racial, ao silenciamento e ao vazio formalismo acadêmico. Mulheres acadêmicas militantes levaram ao interior das universidades seus ideais, suas ideias, com o propósito de impregnar no meio universitário seu fazer intelectual, sua paixão política para ampliar debates, questionamentos acerca do mundo feminino.

Surgem os estudos mais amplos sobre a temática da mulher, no sentido de dar visibilidade e trazer presente a mulher na literatura, na mídia, no poder, nas universidades foi um papel importante que muitas negras trouxeram para os bancos das academias. Diante disso afirma Guacira Louro (1997, p. 17) que “[é] preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o “verdadeiro” universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida, por algumas mulheres.”

A mulher ocupa um lugar inferior ao homem numa pirâmide de valores socialmente constituído. O homem branco está no topo desta escala, a seguir a mulher branca, seguida pelo homem negro e na última posição está a mulher negra. A cultura eurocêntrica que sempre se fez presente na sociedade brasileira e internalizada pelas mulheres brancas, parece excluir as mulheres negras de importantes ações, e sobre maneira nas áreas educacionais, sociais e profissionais. Diante desta discussão, Nilma Lino Gomes (1995) cita que:

As teorias racistas presentes no cotidiano escolar e na sociedade não surgiram espontaneamente, nem são meras transposições do pensamento externo. Elas sofrem um processo de retroalimentação e terminam por legitimar o racismo presente no imaginário social e na prática social e escolar. (GOMES, 1995, p. 70)

Nos debates voltados para a situação das mulheres negras é notório as reflexões focadas na área da educação, mas também ainda hoje se percebe os discursos que não reportam para as políticas públicas sociais que envolvem as mulheres negras. A meu

ver, aí que se fortalece a legitimação deste racismo que se atualiza a cada ocasião que a mulher negra busca interagir neste processo em que são tomadas decisões, seja na educação, seja nas práticas sociais ou políticas.

As mulheres negras profissionais das instituições de ensino, excepcionalmente são chamadas a colaborar nas principais decisões acadêmicas, de acordo com acompanhamentos realizados nos estabelecimentos. As contribuições destas mulheres negras são insignificantes sem cunho relevante, importante ou decisório nas grandes deliberações, no entendimento dos sujeitos eurodescendentes. Sabe-se que na maioria das instituições acadêmicas os cargos de reitoria são ocupados por homens brancos. No imaginário destes, as mulheres estão numa posição considerada “inferior” e por que chamá-las nas deliberações importantes e decisivas?

Nos Conselhos, Ouvidorias e outros segmentos acadêmicos, quando abrem vagas a serem preenchidas, a chefia branca não sugere o nome de um negro – homem ou mulher, por exemplo. Instantaneamente, indica um sujeito branco na vaga que foi disponibilizada. É um ato automático, por que buscar por uma mulher negra, por exemplo? Quando, e se questionados dizem que a sugestão foi espontânea, porém a indicação do sujeito negro não foi pensada, pois ocupam sempre as últimas posições. Poucos cargos considerados diretivos são ocupados por mulheres negras, de acordo com a citação: [...] *mas das mulheres negras eu posso dizer a gente não tem nenhuma coordenadora de curso negra [...]. (Univ. B, negra, tutora).*

A mulher negra tem que enfrentar uma saga muito grande para levantar, caminhar e, continuar resiliente, justamente por estar na base da pirâmide social. O poder que a mulher negra desempenha, muitas vezes, é invisível. Avanços estão sendo alcançados pela mulher negra, mas ainda são poucos, atua quase sempre numa posição de atriz coadjuvante, mesmo quando ocupa papéis de destaque. Nas primeiras horas do dia começa a saga da mulher negra. Enfrentamentos, muitas vezes diretos são necessários para combater as adversidades discriminatórias, no seu cotidiano.

Sabe-se que em algumas instituições de ensino, mulheres brancas quando tem como concorrentes mulheres negras, não as convidam para partilhar na organização de seminários, congressos, entre outros, cujos temas a serem tratados são de interesse de ambas. Em outro momento, “convidam” as mulheres negras para participar destes eventos, porém como ouvintes. Porque estas situações acontecem? A mulher branca percebe que, costumeiramente, não insere a mulher negra em atividades referentes à

Educação das Relações Étnico-Raciais? Será que a mulher negra não tem “intelectualidade” para participar da organização destes acontecimentos?

A saga das mulheres negras está presente em momentos e situações inesperadas em nossa vida. Principalmente nos momentos de disputa, a discriminação e o preconceito são uma poderosa arma, os quais são capazes de paralisar sua vítima. A saga que vivenciamos cotidianamente torna as mulheres negras mais cúmplices, unidas e parceiras em defesa de seus direitos violados por motivos de discriminações raciais, conforme relata uma de nossas entrevistadas:

No intervalo, os alunos conversavam que visitariam o Jardim Zoológico, porque lá estariam os familiares da professora X, os macacos. (Univ. C, prof^a, negra)

Após este fato a professora procurou outras colegas negras e, juntas fizeram uma denúncia à Supervisora da Escola, houve uma reunião com a direção, a professora e os pais dos alunos e também procuraram o Ministério Público, em busca dos direitos da professora discriminada.

Analisando a situação da mulher negra e da mulher branca observa-se que estão em extremidades de representatividades, porém vivem uma subordinação de gêneros quase “igualitária”. Muitas vezes, estão subordinadas ao homem branco. Ambas agem profissionalmente, de modos diferenciados sendo que cada qual dentro da sua especificidade, porém a saga da mulher negra é a mais pesada. Na área da educação, atualmente ressalta-se uma procura maior das mulheres negras aos cursos universitários. Estão à procura de cursos diferenciados e dando uma nova “cara” aos corredores universitários.

Constata-se que homens negros unem-se mais facilmente às colegas brancas para ajuda-las a solucionar, principalmente problemas profissionais; para serem suas aliadas, para obterem informações de seu interesse ou ainda como conselheiras profissionais. Por que o sujeito negro não trava diálogos com a mulher negra?.

Percebe-se que existem situações que travam o bom andamento dos trabalhos das profissionais negras, em virtude de atitudes de menosprezo e desinteresse de algumas profissionais brancas, nos ambientes universitários. Porém a mulher negra está cotidianamente tendo enfrentamentos oriundos de todas as direções, e tendo sua resiliência testada a cada situação.

Conhecem-se situações de professoras negras, que estão alocadas em universidades da Região Sul do estado, que em 2013 tiveram seus trabalhos dificultados

na preparação de seminários, cursos, congressos, porque profissionais brancas não atendem telefone para retornos necessários, não respondem e-mails, não colaboram na boa execução das tarefas, porque não querem dirigir-se a mulher negra, que está momentaneamente em função superior a da mulher branca.

São ocorrências verificadas em instituições de ensino superior da qual ninguém toma conhecimento a não serem as pessoas envolvidas. Uma outra situação ocorreu na mesma instituição de ensino superior: existem diárias fornecidas pelas instituições de ensino para traslado entre municípios, por ocasião de alguma atividade, para a qual um (a) professor (a) se fará presente, como representante da instituição.

O que acontece, no entanto, é que professoras negras são impedidas de realizar suas atividades, devido casos de discriminação. No caso citado, a mestra ouviu da responsável pelo setor financeiro: *“não temos dinheiro agora para tais viagens. É realmente necessário?”* Aconteceu que a viagem da professora não ocorreu e a quem ela poderia recorrer se é a única negra que se destaca, nesta instituição? Quando as profissionais brancas são convidadas a representar a instituição parece que a situação é diferente. São providenciados recursos sem muitos questionamentos. Diante disso, afirma Maria Aparecida Bento e Iraí Carone (2002) que:

Grande parte das manifestações racistas cotidianas são clandestinas e mal dimensionadas. Os legados cumulativos da discriminação, privilégios para uns, déficits para outros, bem como as desigualdades raciais que saltam aos olhos, são explicadas e, o que é pior, frequentemente “aceita”, através de chavões que nenhuma lógica sustentaria, mas que possibilitam o não enfrentamento dos conflitos e a manutenção do sistema de privilégios. (BENTO ; CARONE, 2002, p. 147)

Por que algumas mulheres negras abafam casos de discriminação racial? Não denunciam para não “se incomodarem”, ou “para não arrumarem inimizades”. E, pelo silêncio que os brancos sabem que as negras assumem, as situações tornam-se cada vez mais delicadas e discriminatórias e continuam acontecendo, indiscriminadamente, até que haja denúncias e, por fim, tomadas soluções.

Estes silêncios inscrevem as mulheres negras como “cooptadas”, pois se tornam “alienadas” às mulheres brancas e aparentemente fica tudo bem, como situações que acontecem no dia a dia de mulheres e homens negros. O medo de perder o emprego e a aliança com a “mulher branca” é mais importante do que aceitar o desafio e romper com a ideologia racista.

Nilma Lino Gomes (1995, p. 169) muito bem ilustra que “[...] nós, negros, somos educados desde a infância para negar-nos a fim de sermos aceitos pelo outro. Travestir-se de outro para sermos nós mesmos.”. Sabe-se que em instituições de ensino mulheres brancas empregam mulheres negras que lhes servem como “fíéis escravas”, sem em nenhum momento questionar-se o porquê de sua negação ou então se devem aceitar o desafio e romper com essa ideologia racista, passar em revista a sua história e redescobrir os valores da sua cultura, para poder intervir positivamente junto ao outro.

A mulher branca sabe que a mulher negra está numa posição secundária, de acordo com a citação: *[...] estou tentando buscar elementos da minha experiência acho que é verdade isso das mulheres no caso especificamente as mulheres negras estarem num cargo mais secundário [...] como reflexo já dessa falta de escolarização [...]*. (Univ. B, prof^a, branca), este é um reflexo da saga da mulher negra que deixa os bancos escolares muito cedo para trabalhar, para cuidar de seus filhos ou, como a geração “nem-nem” que não trabalha e também não estuda. É a geração que está em casa, *nem* estuda e *nem* trabalha. Sem instrução a mulher negra no mundo do trabalho ocupa as posições secundárias.

Outro viés que “discrimina” as mulheres negras no mundo da escrita é a “falsa” liberdade que as mulheres têm de escrever. As mulheres negras elaboram seus artigos, suas escritas, porém não têm a liberdade de publicar, visto que suas escritas não estão no “modo eurocêntrico de pesquisadora”, de acordo com normas de escrita das instituições de ensino. Bell Hooks (1991, p. 467) trata com peculiaridade sobre mulheres negras intelectuais: “Embora não surpreenda muito que as alunas não consigam citar intelectuais negras do século XIX, é chocante que não conheçam a obra de pensadoras negras contemporâneas, como Hortense Spillers, Hazel Carby, Patricia Williams e Beverly Guy-Sheffall, para apenas citar algumas.”.

A escrita da educação das relações étnico-raciais tem suas especificidades que são peculiaridades da população negra. Tem seu jeito e maneiras afrocêntricas de escrita. O desconhecimento das autoras citadas pelas alunas de Bell Hooks demonstra o quanto as obras destas intelectuais não são divulgadas. Bell Hooks (1995) focaliza as intelectuais negras nas academias:

As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como “suspeita”. O pessoal pode se sentir à vontade com a presença de acadêmicas negras, e talvez até as deseje, mas é menos receptivo a negra que se apresentem como

intelectuais engajadas que precisam de apoio, tempo e espaços institucionais para buscar essa dimensão de sua realidade. (HOOKS, 1995, p. 468)

No Rio Grande do Sul, existem poucos escritores negros. Há intelectuais negros que quase não são conhecidos, porque necessitam lecionar, para sua sobrevivência. Mulheres negras intelectuais estão despontando num processo lento e ainda são escassas. Os espaços acadêmicos oferecem raras oportunidades para que as mulheres negras desenvolvam seus trabalhos como intelectuais e também as acolham, proporcionando-lhes apoio, tempo e espaços. A mulher negra está ausente nos Programas de Pós-Graduação das universidades visitadas. Esta entrevistada acerca deste fato refere que:

Tem outros pontos que as mulheres brancas já conseguiram conquistar. Talvez este do trabalho seja um. Talvez não, é um. Porque se tu olhar aqui, a quantidade de mulheres brancas, o que a gente não tem da mulher negra. Isto não é falta de capacidade. E isto eu acho que é a coisa mais importante de fazer um branco as vezes entender. (Univ. C, profª, branca)

O homem negro em relação à mulher negra, nas oportunidades sociais, obtém uma leve vantagem, que é atribuída à sua condição sexual, de acordo com Nilma Lino Gomes (1995), que faz a seguinte constatação:

Numa pesquisa realizada no Estado de São Paulo sobre a evolução da situação socioeconômica da mulher negra brasileira, constatou-se que o homem negro, apesar do racismo e da discriminação racial, possui relativa vantagem, em termos de oportunidades sociais, em relação à mulher negra. Esta diferença pode ser atribuída à sua condição sexual. Nesse sentido, o racismo atua juntamente com o sexismo na manutenção das desigualdades dentro do grupo social formado pelos negros, interferindo na construção da identidade racial. (GOMES, 1995, p. 130)

A condição sexual do homem negro o coloca em vantagem em termos de oportunidades sociais, profissionais quando confrontado com a mulher negra na escala eurocêntrica de valores humanos. Diante das discussões, nos dá a ideia de que existe um conflito muito sutil entre o homem negro e a mulher negra. Isso pode contribuir para a fragmentação dos processos de oportunidades e valorizações raciais. A ideologia machista, o racismo e o sexismo atuam como componentes intrínsecos na subalternidade do contingente da população negra, atingindo diretamente as mulheres negras, as quais ocupam número expressivo da população, causando-lhes profundos efeitos perversos.

A relação do homem negro com a mulher branca é peculiar e, nos mostra outro viés das relações entre homens e mulheres. Uma de nossas entrevistas cita que: O

homem negro procura alguém com situação mais próxima a dele, ou seja, a mulher branca, talvez psicologicamente ou pela mãe que queria - padrão forçado. (Univ. C, branca, prof^a). A mulher branca ocupa a segunda e o homem negro a terceira posição na escala de valorização social. Por que o homem negro se dirige à mulher branca, em algumas ocasiões e não à mulher negra?

A mulher negra na visão de uma mulher branca, conforme citação de uma de nossas entrevistadas:

[...] vais marcando esta identidade com gênero, classe, são muitas as lutas, as máscaras desta mulher negra, desta mulher branca. São lutas que se juntam, as vezes, que se separam, as vezes. E acho que a mulher negra tem defasagens maiores para começar a se juntar mais, ter mais força junto com a mulher branca. (Univ. C, prof^a, branca)

Diante da saga que a mulher negra carrega, da dificuldade de ser inserida no mercado de trabalho, de suas dificuldades na área da educação a caminhada da mulher negra é tortuosa. Ações afirmativas voltadas as mulheres negras são poucas e muitas mulheres não tem conhecimento das existentes.

3.6 POLÍTICAS PÚBLICAS

Em relação às políticas públicas, devem-se oportunizar espaços de estudo e interação, no intuito de desfazer as barreiras que existem nos meios das políticas públicas, sejam elas: Federal, Estadual, Regional ou Municipal. De modo geral, as políticas públicas, enquanto eixos universalistas, se apresentam de forma invisível para a população como um todo, e esta invisibilidade particular se acentua muito mais na situação das mulheres negras.

Diante disso, podemos dizer que para todas as dimensões governamentais que se colocam frente às políticas públicas, demonstram poucas transformações diante das legislações que permitam suas concretudes e ações. Neste sentido, podemos voltar nossa reflexão para as dimensões federais que ainda se encontram muito distantes da realidade da população e, sobretudo, das políticas voltadas para as mulheres negras alvo de nossa discussão.

Um protótipo que expressa a renúncia por parte dos órgãos governamentais é o desinteresse em relação à saúde da população negra, em especial das mulheres negras. Sueli Carneiro (2011) nos traz uma brilhante afirmação acerca da situação em que está a saúde da mulher negra:

Uma reivindicação histórica dos movimentos de efetivação dos direitos reprodutivos das mulheres e de reconhecimento do aborto como questão de saúde pública sobre a qual o Estado não pode se omitir é pervertida em proposta de política pública eivada de ideologia eugenista destinada à interrupção do nascimento de seres humanos considerados potenciais marginais. No lugar do respeito ao direito das mulheres de decidir sobre a própria concepção, coloca-se como diferença radical de perspectiva à inclusão ao aborto pelo Estado, como “linha auxiliar” no combate à violência. São teses que aparecem como recorrência no debate público e, embora com nuances, mantém o mesmo sentido. (CARNEIRO, 2011, p. 131-132)

As mulheres negras carregam muitos estigmas em suas trajetórias. Sofrem descasos da parte de vários órgãos políticos, e o direito de conceber filhos também lhe é negado. Ações afirmativas que favoreçam as mulheres são poucas, em relação às mulheres negras praticamente não acontecem. Neste sentido, fazem-se necessárias ações que combatam o descaso político da parte dos governantes de nosso país, em relação à criação de políticas afirmativas que favoreçam a mulher negra.

A proposta de debater a *saga* e as resiliências das mulheres negras é também apresentar as lacunas deixadas na história e na identidade das mesmas. Portanto, nos inquietam os silêncios e lacunas existentes também nos meios acadêmicos. A luta para se dar visibilidade nas políticas educacionais nas escolas e acadêmicas tem como parâmetro a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) e também a própria temática da Educação das Relações Étnico-Raciais.

No meu ver, essas discussões nas escolas e nas academias já podem estabelecer uma transformação nas políticas públicas educacionais. O recorte focado na *saga* das mulheres negras pode contribuir para essa visibilidade e avanço nas políticas públicas voltadas para as mulheres de modo geral e sobremaneira, focando-se nas políticas públicas para as mulheres negras, que num processo geral são as que mais sofrem com a exclusão.

As políticas públicas fazem parte do cenário da Educação das Relações Étnico-Raciais e da Lei 10.639/03. Estas ferramentas de discussões são essenciais no sentido de fazer valer o combate as discriminações e as desigualdades provocadas pela não visibilidade das políticas de ações afirmativas e oportunidades para a população negra brasileira. Conforme Maria Lúcia Rodrigues Müller (2008, p. 20), que brilhantemente nos cita:

Somos a segunda maior nação negra no mundo, depois da Nigéria. Apesar disso, os brasileiros negros são obrigados a conviver ao longo de sua vida com inúmeros momentos de preconceito racial e discriminação. Além do mais, o Brasil destaca-se no cenário internacional como uma sociedade

marcada pelos piores índices de desigualdades sociais. (MULLER, 2008, p. 20)

A aprovação e a implementação da Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que dimensiona o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, tornando-o obrigatório em todos os níveis de ensino; do Parecer CNE/CP003, de 10 de março de 2004 – Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Resolução CNE/CP 01/2004. A efetivação da Lei 10.639/03, em todos os níveis e âmbitos educacionais, está longe de atingir sua plenitude, em todos os estados brasileiros. Porém, em alguns estados, a Lei 10.639/03 está muito bem efetivada; em vários outros, necessita de ações governamentais do poder público para “torná-la obrigatória”.

Voltadas às mulheres negras existem algumas ações governamentais, como o Plano Nacional de Políticas Mulheres (PNPM), a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Caberá também à Secretaria Especial, em nível nacional, a Coordenação das Políticas Públicas para as Mulheres. Nos estados e municípios, esta coordenação caberá às secretarias e coordenadorias com papel e atuação equivalentes.

Consta na Linha de Ação 1.1 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2013, p. 16) promoção da inserção e da permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, origem, raça, etnia, classe social, idade, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência, com igualdade de rendimentos e fomento à ascensão e à permanência em cargos de direção, o seguinte: “1.1.11. Implementar ações que incentivem a igualdade salarial entre mulheres e homens, e entre mulheres negras e não negras.”.

A questão de igualdade salarial entre mulheres negras e brancas, desde longa data, não existe. Sabe-se através de dados estatísticos que as mulheres negras recebem o menor salário. Quando acontecerá igualdade salarial entre mulheres negras e brancas?

No mesmo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2013, p. 18), na Linha de ação 1.4. Estímulo à capacitação profissional de mulheres e a sua inserção em ocupações que não reforcem a divisão sexual do trabalho, segue o seguinte: “1.4.1. Contribuir para reorganização das estratégias de formação para o mercado de trabalho, de modo a reduzir a discriminação de mulheres negras, indígenas e lésbicas em postos de trabalho.”.

Algumas ações afirmativas estão sendo realizadas em prol das mulheres negras, porém ainda sem visibilidade a todas as mulheres. Estratégias de formação para o mercado de trabalho, para reduzir a discriminação ainda são rudimentares e oferecem pouca visibilidade às mulheres negras. São necessárias ações mais pontuais para visibilizar e dar oportunidade a um número maior de mulheres negras.

Ações afirmativas são instrumentos que contribuem quanto à inserção das mulheres negras nos diversos segmentos da sociedade, normatizando seus direitos e deveres.

4 A SAGA DAS MULHERES NEGRAS DE 2003 A 2013 – 10 ANOS DA LEI 10.639/03: HOVE MUDANÇAS NA HIERARQUIA E PRIVILÉGIOS PARA A MULHER NEGRA?

Neste capítulo, apresento os dados obtidos durante o desenvolvimento desta pesquisa, a partir de informações colhidas mediante entrevistas realizadas com profissionais negras. O objetivo deste trabalho de pesquisa foi compreender e analisar como se dá a ascensão ou não ao protagonismo das profissionais negras, tendo em vista a categoria de privilégios das mulheres brancas e as sagas e resiliências das narrativas vivenciadas pelas mulheres negras, na década de 2003 a 2013, período em que a Lei 10.639/03 está em vigor.

As entrevistas foram realizadas com mulheres negras profissionais, em três ambientes universitários que relataram suas trajetórias escolares, profissionais como também experiências com discriminações raciais e as resiliências que as mantêm incólumes na sua saga como mulher que, apesar de adversidades sofridas no dia a dia, resiste, luta e batalha por direitos e, como sujeitos dispostas a dialogar suas questões étnico-raciais. As mulheres negras entrevistadas relataram suas trajetórias, no período de 2003 a 2013, período de dez anos em que a Lei 10.639/03 está em vigor, porém não totalmente implementada, em todos os níveis e ambiente educacionais.

Mulheres brancas profissionais também estiveram presentes em conversas informais para relatar como observam a figura da mulher negra no ambiente universitário. As mulheres negras e brancas entrevistadas são de diversas profissões, de diferentes faixas etárias e realidades sociais. No intuito de resgatar sua história, as experiências vividas e, algumas vezes frustradas em suas expectativas, Neuza Souza (1983) nos traz este relato:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUZA, 1983, p. 18)

Cotidianamente, a mulher negra é marcada por situações de dores, sofrimentos que ressoam a massacres “disfarçados”, “descarados” que suporta em sua trajetória. São conjunturas decididas entre “quatro paredes” que “obrigam” especificamente a mulher negra a estar sempre atenta a detalhes, em todos os momentos de sua vida. Observa-se que em simples conversas entre profissionais negras e brancas, em determinados

momentos, que a princípio, parecem sem importância, mas que na realidade tramas estão sendo tecidas, através de falas, atitudes “sutis”, no intuito de desmobilizar, tirar a atenção da mulher negra para que não perceba a situação que lhe está sendo estabelecida, naquele momento.

Durante as entrevistas realizadas, diversas circunstâncias foram surgindo e conferindo sua importância para as análises, pois que se mostraram parte do contexto das relações destas profissionais, entendendo que o foco são mulheres negras, que interagem com mulheres brancas, em diversas oportunidades. São narradas situações de consternação, racismo, medos, superação através do trabalho, processos de exclusões que corroboramos nós mulheres negras e testam nossa resiliência, sempre.

Parece-me que sempre as decisões, as falas são dirigidas e decididas pelos sujeitos brancos, considerados dominantes, nos ambientes universitários. O local de trabalho é considerado um lugar complexo e de conflito. Para a mulher negra, que ocupa a última posição na pirâmide social brasileira, o local de trabalho é parte integrante de seu ser e de sua identidade. John Land Carth, Roque Santos e Cristino Rocha (2011) refere a respeito da mulher negra e sua relação no trabalho:

O mundo do trabalho é, por natureza, relacional, complexo e lugar de conflito. Pensar a mulher negra neste viés requer, a priori, uma concepção do trabalho humano, físico-intelectual como dimensão da realização do prazer e do sustento, mas também como um instrumento para explorar, usurpar direitos e produzir sofrimento. (CARTH; SANTOS; ROCHA, 2011, p. 75)

O local de trabalho deve ser um ambiente de relações cordiais, onde as pessoas têm direitos e deveres iguais. Porém, não é o que acontece nas universidades, pois os negros, principalmente as mulheres negras, estão distantes de direitos iguais às mulheres brancas. Na Universidade de Caxias do Sul, *Campus Bento Gonçalves*, foram realizadas entrevistas de acordo com relatos, que seguem. Nota-se que, nos ambientes universitários, a maioria das mulheres negras ocupa cargos considerados primários. Porém, a referência que se observa é:

De forma geral percebo que nas Universidades, há mais oportunidades em cargos primários para homens. As mulheres brancas ou negras têm poucas oportunidades nesse sentido. Percebo que brancas e negras, nas Universidades, estão no mesmo patamar. (Univ. A, profª, branca,)

Nesta alusão, observo que a profissional ainda não percebe e nem se dá conta de que a realidade que estamos vivenciando é outra bem diferente, no que se refere a mulheres negras e brancas estarem no mesmo patamar. O que esta afirmação significa? Este fato pode significar discriminação? Quanto às mulheres brancas ou negras terem

pouco acesso a cargos principais discordo, porque não é a realidade constatada em nossas observações. As mulheres negras estão presentes em maior número nos empregos secundários. Para acessar determinados cursos universitários, é complexo para a mulher e, se negra, a situação é bem mais difícil. John Land Carth, Roque Manoel Santos e Cristino Rocha (2011) trazem a seguinte afirmação:

[...] a ascensão social feminina não se dá sem o dobro do sacrifício a que um homem é submetido nas mesmas condições. O acesso a determinados cursos universitários de caráter científico ou técnico é mais trabalhoso para o gênero feminino. Se for mulher há o preconceito e se for negra há a discriminação. (CARTH; SANTOS; ROCHA, 2011, p. 147)

Sabe-se que às mulheres brancas as oportunidades de trabalho são mais fáceis de serem conseguidas, pelo que observamos nas instituições acadêmicas. Estas são inseridas em todos os segmentos da sociedade, principalmente pelo seu nível de estudo que é mais elevado que o de uma mulher negra. A segurança da mulher branca fica mais explicitada, na seguinte afirmação:

A mulher branca é valorizada, admirada, elogiada. Ela tem maiores chances de ascensão social e é bem recebida em qualquer local em que se apresente. (Univ. A, profª, branca)

A ascensão social da mulher negra, mesmo tendo formação superior, é difícil e, talvez por este motivo, com mais intensidade, a mulher negra é mais discriminada. A narrativa de nossa entrevistada refere que:

[...] então, não vou dizer que nunca sofri, não tenha dúvidas em relação a trabalho, sempre fui a única da escola, a única negra da sala de aula. Muito disso, aconteceu comigo justamente por causa das escolhas dos meus pais me colocarem numa escola particular. Daí só tinha eu de negra, depois mudamos de bairro e fui estudar numa escola pública e, eu continuava sendo a minoria. (Univ. A, profª, negra)

O negro tem problemas específicos que só ele sozinho pode resolver, embora possa contar com a solidariedade dos membros conscientes da sociedade. Entre seus problemas específicos está, entre outros, a alienação do seu corpo, de sua cor, de sua cultura e de sua história e consequentemente sua “inferiorização” e baixa estima; a falta de conscientização histórica e política, etc. (MUNANGA, 2009, p. 19)

A situação de a mulher profissional negra estar muitas vezes sozinha na sala dos professores, no trabalho, na sociedade me leva a analisar da necessidade do conhecimento da cultura negra, principalmente nas dimensões da escola. A alienação da cor, da cultura e da história é que causa a “inferiorização” e a “baixa estima”.

[...] na minha época a gente tinha Jardim de Infância e então minha mãe me colocou numa escola particular, no Jardim de Infância e as crianças não

brincavam comigo. Então perguntei à minha mãe e ela me disse: As crianças não brincavam contigo, porque tu é negra (silêncio) e eu pensei bom eu estava pensando que eu tinha feito alguma coisa de errado, que eu tinha machucado alguém, não se é porque eu sou negra não vou mudar, tipo assim na minha cabeça eu não tinha feito nada de errado. Quem que tinha feito algo de errado era eles, então a minha mãe me diz que não; algo que eu me retraí foi algo que eu fiquei despreocupada que não era algo que eu estava fazendo. Não é problema meu, então na verdade, eu sempre encarei o racismo dessa forma: quem é racista para mim, o problema não é meu, o problema é da pessoa. (Univ. A, profª, negra)

A partir deste relato, a situação de discriminação racial foi entendida através da participação da mãe, que tem consciência do ser sujeito negra e ensinou a filha a não ter vergonha, nem se ofender ao ser chamada de negra. A partir desta consciência, nossa entrevistada conscientizou-se de que:

[...] teoricamente eu cheguei à conclusão de que eles não iriam me chamar para nada (silêncio). Então eles teriam que ver algum potencial em mim. [...] eu sempre me destaquei em alguma coisa (silêncio), porque na verdade é isso, é a única maneira com que a sociedade ariana branca nos deixa destacar [...]. (Univ. A, profª, negra)

Através deste depoimento, a mulher negra precisa superar a si e a todas as outras mulheres para ocupar uma posição privilegiada, mas ainda distante de um cargo principal. Seguindo a linha profissional, chamou-me a atenção o depoimento de nossa entrevistada, que mostra a relação de alemães e italianos, na região dos Vinhedos, em Bento Gonçalves:

[...] então o fato da minha pele ter pigmento de melanina não quer dizer que eu seja negra em termos culturais. Termo de pensamento não é só o tom da minha pele que me define, eu acho que vai muito além. Então eu entendo que o lugar que tu estás inserido vai te formar (silêncio), então se tu cresces num lugar que tem essas que, na escola tu falas de negros livremente, abertamente que dentro da tua família tu consegue isso tu vai se entender como negro, bem agora se minhas bonecas eram barby loiras, se todo mundo alisa o cabelo, todo mundo sabe? Esse tipo de coisa eu vou me sentir mal, mas nem eu acho que, às vezes, a grande maioria das pessoas, principalmente as negras, elas nem sentem, sabe é eu quero fazer chapinha e pronto. Não estou dizendo que fazer chapinha é errado estou dizendo que se eu quiser fazer chapinha eu posso fazer, porque eu sou dona de mim eu posso fazer o que eu quiser. (Univ. A, profª, negra)

[...] a gente ouve muito música de filo como muito italiano daqui e a gente tem, então culturalmente falando eu me reconheço muito mais com características italianas culturais do que afrodescendente, mesmo eu sendo negra me reconhecendo como negra. Eu tenho tipo cheiro de infância é comidas que minha avó fazia sagu é não sei que sabe é umas coisas que não é característica da cultura negra. E eu não posso fugir disto que é meu, tu entendes e o que eu vejo não é porque eu quero me espelhar nos outros italianos, não é porque foi assim a gente faz crochê, a gente tem coisas que, se eu tivesse nascido lá na fronteira, lá em Pelotas quem sabe, eu já teria

outros caldos culturais, outras etnias com mais força é porque aqui a cultura italiana sobressai! (Univ. A, profª, negra)

[...] porque para o italiano se tu vai fazer um trabalho para ele é indiferente se és preto ou branco, então tem isso, eu vejo neste sentido. Então em termos raciais, em termos de consciência de Bento, de Caxias o importante é o ter e não o ser. Tem-se dinheiro e, se tenho a capacidade de fazer tal coisa é indiferente. Nesse sentido, é que funciona a lógica italiana; vai ter preconceito, sim, mas se tu trabalhar bem e for negro, ele te atura; o alemão, não. (Univ. A, profª, negra)

Outra situação de discriminação sofrida pela nossa entrevistada, quando passou de estagiária para professora e, começou a lecionar na Universidade de Bento Gonçalves. A primeira vez que entrou na sala de professores, como colega dos que estavam presentes:

[...] fui presidente de DA, fui bolsista, eu fui não sei o que, então já estava circulando nesse meio da universidade. Mas, quando entrei na sala de professores eles ficaram me olhando, tipo assim, que essa bolsista está fazendo aqui? E eu claro peguei o caderno e disse vocês querem um cafezinho? Posso servir se vocês continuarem me olhando, ao que responderam: Sim. Sim e dá. Não sei se a culpa é nossa. (Univ. A, profª, branca)

Observa-se que a cidade de Bento Gonçalves, situada na Região dos Vinhedos, é tipicamente italiana. Na Universidade de Bento Gonçalves, nossa entrevistada é a única professora negra, e não há professores negros neste ambiente acadêmico. Existem outras mulheres negras, mas no serviço de limpeza da universidade. Dois alunos negros e uma aluna negra estudaram no Curso de *Design* nos últimos anos. Nilma Lino Gomes (1995) cita que:

Novamente é discutido que a mulher negra, para conseguir sucesso profissional, tem que se mostrar mais competente do que a branca, demonstrando o quanto a teoria da inferioridade racial, divulgada no final do século XIX e início do século XX, continua introjetadas e aceita pela nossa sociedade. (GOMES, 1995, p. 133)

Foi constatado que no desenvolvimento das entrevistas que a teoria da inferioridade racial continua sendo muito aceita pela nossa sociedade. Na Universidade Luterana do Brasil, foram entrevistadas professoras negras das áreas das Ciências Biológicas, Pedagogia e Matemática.

Situações “veladas” narradas por nossas entrevistadas nos dá a dimensão das exclusões que estão acontecendo seja com mulheres negras professoras ou alunas, de nossas universidades. Sabe-se que as instituições acadêmicas recebem valores monetários para aplicarem em projetos de diversos cursos e que, na maioria das vezes,

as mulheres negras ficam alijadas deste processo, sendo que estas situações tornam-se, praticamente rotineiras. Uma professora, colega da nossa entrevistada, fez-lhe um questionamento:

Quem é de Ciências que está fazendo material para os cursos das Licenciaturas? Tu foste convidada? R.: Eu digo não. É pago? Diz ela assim: é, é por livro. Aí eu disse: quando é para receber dinheiro nunca me convidam. E ela riu. Agora, se for de graça eu sou a primeira da lista. (Univ. B, profª, negra)

É interessante notar as pessoas que participam deste “procedimento”, isto é, “as envolvidas” neste caso, não fazem comentários, usam o silêncio para que apenas seu grupo faça parte deste processo e seja beneficiado. Porém, a mestra que não estava neste grupo foi questionar a professora negra para saber se fora acenada. Ao ouvir o “não fui convidada”, então resolve abrir o caso e contar-lhe como funcionam os procedimentos. John Land Carth, Roque Santos e Cesario Rocha (2011) refere que:

O mundo do trabalho é, por sua natureza, relacional, complexo e lugar do conflito. Pensar a mulher negra neste viés requer, *a priori*, uma percepção do trabalho humano físico-intelectual como dimensão da realização do prazer e do sustento, mas também como um instrumento para explorar, usurpar direitos e produzir sofrimento. (CARTH; SANTOS; ROCHA, 2011, p. 73)

Percebe-se que estes procedimentos são discutidos, em “quatro paredes”, por um determinado grupo fechado, que, a princípio, não inserem novas profissionais, principalmente se forem negras. Neste caso, a mulher negra é usurpada de seus direitos, além da revolta e do sofrimento que a situação produz. Sabe-se que nas universidades a maioria das profissionais é branca. As declarações vêm confirmar este fato:

[...] acho que aqui na Universidade que se nós formos olhar professores, funcionários administrativos, secretarias, etc. é uma grande maioria branca. Que eu lembre é uma maioria branca, mas acho que isso é verdade sim estou tentando buscar elementos de minha experiência. Acho que é verdade isso das mulheres, no caso especificamente as mulheres negras estarem num cargo mais secundário. Como reflexo já dessa falta de escolarização, daí agora vê e, claro tu vais onde tu tens uma maioria branca, vão escolher um coordenador que, dizem estatisticamente é mais provável que tua escolha um branco, porque tu tens num universo de trinta pessoas, um, dois ou três, ou talvez nenhum de fato, mas eu acho que é muito reflexo já dessa origem já mais anterior, da falta de escolaridade a presença acaba ficando uma menor presença e isso se reflete em todos os níveis, então eu acho que é um pouco disso. (Univ. B, profª, branca)

Na entrevista, observei que a palavra *negro(a)* quase não é pronunciada. Quando deveria estar dizendo *negra*, a entrevistada dá explicações e não pronuncia a palavra. Observo “medo” em tratar das questões étnico-raciais. Ao final da entrevista, o que não

falou durante a mesma deu a entender através da frase que: “*O que eu vejo, eu penso assim agora, por enquanto é necessário cotas, assim principalmente para as pessoas que não têm acesso ‘independente da cor’*, das pessoas que realmente não tem acesso por questão financeira.”. Ou seja, negros e brancos pobres têm direito a cotas.

Pronunciar a palavra *negro(a)* é dificultoso para muitas pessoas. Percebi na entrevistada medo ao falar *negra*, muitas reticências, silêncios que denotaram total desconhecimento da Educação das Relações Étnico-Raciais, além da resistência em incluir em seu plano de aula, o que determina a Lei 10.639/03. Constatei que a professora entende cotas como uma reparação social, e não racial. Mulheres negras estão à margem da sociedade há vários séculos, e as cotas vieram para reparar o tempo que as mesmas tiveram negado seu direito à educação.

O conhecer-se e a sua história e cultura africana são importantes para entender nosso pertencimento racial, frequentemente, desconhecido pelos sujeitos negros e, principalmente pelos sujeitos brancos. O pertencimento racial caracteriza-se de diferentes maneiras nos negros, especialmente nas mulheres. A vaidade, a beleza e o conflito da identificação racial às mulheres consideradas socialmente morenas que, para se resguardarem, apelam para a mestiçagem e são respaldadas socialmente pela ideologia do branqueamento. Porém, temos uma narração mais científica de uma profissional negra que leciona sobre estas questões:

As diferenças raciais acontecem porque no início dos tempos, as pessoas vieram originárias da África e foram saindo para outros lugares; a cor da pele e a quantidade de pigmentação vão aflorar dependendo do ambiente, com muito ou pouco sol. Na parte da genética é a herança da cor da pele. As pessoas acham que se cruzando um negro com uma branca ou uma negra com um branco a criança vai nascer mulata, geneticamente, mas fenotipicamente (como tu enxergas) ela pode ser parda escura, parda clara, branca ou negra. Porque é um somatório que vai dizer a cor. Depende dos dois lados. (Univ. B, profª, negra)

[...] minha filha é da minha cor e o guri nasceu bem branco. Este episódio aconteceu no dentista. É Mauro o nome dele. O Mauro estava com o Maurício (o pai) e pediu para o colega que é perito que ficasse com o Mauro até a mãe de ele chegar. E ela chegou e disse vem meu filho e o dentista não quis entregar. Entrevistada perguntou: Aline tu disse para ele que era a mãe dele? Não, eu não disse eu fiquei chocada, pensou que eu ia sequestrar o guri. Entrevistada: Como é que ele ia saber que o Mauro era teu filho? Aí quando eu vi que ele não ia dar eu disse: Vem meu filho vem com a mãe e o guri saiu dos braços dele e veio com a mãe. Ele não acreditou. Entrevistada disse: Minha filha isso tu vai passar muitas e muitas vezes. (Univ. B, profª, negra)

O desconhecimento da Educação das Relações Étnico-Raciais, nas suas questões mais prementes, conduz os negros e, mais especificamente a mulher negra, na situação

vivida acima a não ter respostas a questões que a ela é normal, porém a outras pessoas não é. Acerca de identidade racial, Nilma Lino Gomes (2003) assim refere:

Assim, como em outros processos identitário, a identidade racial se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. (GOMES, 2003, p. 171)

Gomes cita que processos de identidade racial se constroem gradativamente, envolvendo variáveis, causas e efeitos. A entrevistada começou seu processo identitário na fase infantil, pois enquanto brincava, seus familiares estavam participando do Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE) e a mesma “escutando” todas as sabedorias e aprendizagens que aconteciam nestes encontros. Seu processo identitário aconteceu gradualmente. Para a mesma, as pessoas formam suas identidades a partir de suas diferenças e cada um vai moldando seu jeito e agindo naturalmente sem ter medo, porque ninguém vai dizer que lá não se pode ir:

[...] fez diferença na formação da gente essa questão que o pessoal fazia de marcar a diferença, não por que vocês são iguais, vocês não são iguais a todo mundo, mas vocês podem fazer tudo que vocês quiserem fazer entendeu, não existe limitação. Vocês são diferentes dos outros, cada um vai ter o seu jeito e vocês vão fazer o que vocês quiserem. Ninguém vai dizer para vocês que lá vocês não podem ir. (Univ. B, tutora, negra)

Sua família é militante do Movimento Negro e procurou mostrar aos filhos como viver sua identidade negra de outra maneira e, através disto fazer a diferença frente a atitudes e comportamentos discriminatórios, entre negros e brancos. De acordo com seus relatos, desde a Educação Infantil, sofreu atitudes discriminatórias em relação à sua etnia e soube como reagir a estas circunstâncias. Como jovem negra, enquanto cursava o ensino superior, passou por momentos desagradáveis durante a apresentação de um trabalho a um grupo de professores:

Quando eu apresentava os trabalhos no mestrado à gente percebe que as pessoas ficam surpresas. Como o pessoal vem te parabenizar no final, que é o tipo de discriminação disfarçada de elogio, que a pessoa está te dizendo, “eu não achei que tu tinhas capacidade de fazer isso”. E eu apresentei bons trabalhos não tenho dúvidas, tão bons quanto os de outros colegas e, eu não vi eles sendo parabenizados, entende? Eu não vi eles sendo parabenizado por fazer um bom trabalho, então esse é o tipo de coisa que as pessoas nem se dão conta que às vezes estão fazendo isso [.,,]. (Univ. B, tutora, negra)

Há outras declarações da entrevistada que demonstra o quanto a figura da mulher negra em ascendência acadêmica é “observada”, “perseguida” e, caso ela não tenha sua identidade racial consciente, pode ser conduzida a desistir de seus estudos e ser mais uma mulher negra a não completar seu curso. Através do depoimento:

E eu falei com o pessoal deem uma chance é uma moça negra está começando e ela foi para U. e foi perseguida por um professor. Ela tanto pediu para sair. E ela tem mestrado teria condições. Ela veio aqui sabia que eu tinha sido madrinha dela para entrar. Ela fez Saúde, Mestrado em Saúde Comunitária. Estava lá. Na U. faziam questão de demonstrar que ela era negra e não tinha condições. Faziam horrores para ela. Piores turmas, por isso eu acharia interessante vocês darem uma olhada lá na U. (Univ. B, profª, negra)

Por meio do depoimento de professoras negras, percebe-se que jovens alunas negras estão sendo “excluídas sutilmente” de seus cursos de Mestrado, em algumas universidades do Rio Grande do Sul. Muitos professores também são “sutis” ao fazer suas críticas a alunas negras, colocando-as numa posição de “inferioridade”, o que as torna sujeitos submissas. São jovens que não têm sua identidade negra fortalecida e que estão vivendo nesta famosa “democracia racial”, uma cultura “branca” que detém o poder e move estas jovens como pedras num jogo de xadrez.

Utilizar estereótipo para ferir a mulher negra tem sua raiz no processo de colonização e atravessa o tempo até nossos dias. Trata-se de um ideário branco-ocidental que se consolidou no imaginário coletivo como uma forma de controle social, o que requer muito esforço para desconstruí-lo em cenário brasileiro racista. (CARTH; SANTOS; ROCHA, 2011, p. 90).

Nas salas de aulas, estas jovens negras passam por constrangimentos, humilhações, não encontrando ambiente favorável para estudar, ficando transparente que aquele lugar de “mestranda” não lhe pertence. Acontece principalmente nos trabalhos de grupo, nos quais as alunas negras ficam excluídas, não são aceitas pela maioria branca e, como ainda não estão preparadas para se defender, acabam desistindo de estudar, retrocedendo e escapando-lhes a chance de somarem-se ao já ínfimo número de alunas negras mestrandas.

Desconstruir controles sociais regulados para ferir a mulher negra e solidificados no ideário branco-ocidental é o papel da inserção da Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições de ensino. Na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, têm-se alguns relatos das entrevistas realizadas.

Outras profissionais acadêmicas negras não têm conhecimento da cultura de seu povo e, em situações de questionamentos diferenciados da cultura africana, são

facilmente cooptadas com respostas ainda alienadas à cultura branca. De acordo com a declaração de uma entrevistada, o sujeito negro torna-se embranquecido, copia e cola a tradição dos sujeitos brancos “[...] os brancos adoram um negro embranquecido. É a bengala que o branco tem neste território é o negro branco.” (Univ. C, profª, negra).

De acordo com a entrevistada, o negro embranquecido reproduz o que a cultura branca produz no nosso caso a mulher negra. Ele (a) não tem culpa de sua postura. Porém, ao mesmo tempo, não tem identidade étnico-racial.

A gente reproduz, porque não quer ser identificar com algo que não é valorizado. Então para isso é necessário que a gente passe por algum ativismo para valorizar na sociedade que a gente tem valor. Quem quer ser considerado inferior? E aí o papel da educação é fundamental. Nossa educação não mostra nosso verdadeiro valor, a valorização das nossas avós, toda a nossa trajetória não é mostrada. Eu não tenho essa conduta de culpabilizar pessoas negras que tem isso de branqueamento. Ela reproduz. (Univ. C, bibliot, negra)

Será que as mulheres negras assoberbadas de trabalho perdem o foco de “observar e cuidar situações veladas de racismo”, em suas instituições de ensino e, com isto não fazer denúncias de discriminações? Individualmente, as mulheres que questionam com intensidade e, particularmente, algumas mulheres negras são submetidas a situações de “excesso de trabalho” na sua saga profissional, que funciona como “castigo”, porque, muitas vezes, “denunciam”, “discutem” situações, favorecimentos que acontecem no interior das academias, de acordo com depoimentos e observações realizadas. Através de sua resiliência, as mulheres negras são incansáveis em mostrar que têm capacidade para dar conta de suas tarefas “Às vezes é tanto trabalho que o cansaço toma conta e limita meu tempo. Mas, ao mesmo tempo mostrar a cultura negra e discuti-la com os alunos é gratificante.” (Univ. C, profª, negra)

A mulher negra, ao resgatar seu processo racial de identidade e defender com sabedoria e conhecimento sua irmandade negra, é facilmente “notada” pelas mulheres brancas como uma pessoa perigosa que pode “prejudicar ou atrapalhar” o processo de programas, projetos, ações, muitas vezes tecidos para prejudicar sujeitos negros.

A mulher negra atuante que assume responsabilidades e briga por seu povo é “marcada” até por erros que outros cometem. Ela é sempre “visada”, “questionada” e “perseguida”, porque tem “[...] postura de mulher negra e sempre de respeito aos outros [...]” de acordo com fala da entrevistada (Univ. C, profª, negra) postura identitária racial a qual as mulheres brancas não estão acostumadas a enfrentar. A

educação da criança negra precisa começar na família, que lhe mostre a ter atitude frente a enfrentamentos de racismo e discriminação.

A criança que traz intrínseco sua identidade racial, trazida pela educação familiar que seus pais lhe transmitiram tem um processo escolar benéfico, porque sabe defender-se de atitudes/enfrentamentos racistas da parte colegas e ou professores. Neste sentido temos o depoimento da entrevistada, que tem sua identidade étnico-racial consciente, porque quando criança viveu familiarmente bem sua autoconfiança:

[...] autoestima na escola tenho lembranças de coisas boas como: ser baliza nos desfiles de sete de setembro, vestir de índia junto com os indígenas da época. Fazer leituras e poesias nos finais dos desfiles e cantar música na escola. Também já fiquei muito de castigo por dar cola para meus primos e primas nos dias de provas. (Univ. C, profª, negra)

Porém, no caso do processo de identidade de uma professora negra, que não teve uma educação familiar que tivesse trabalhado positivamente sua autoestima? Como se dá o processo de identidade de uma professora negra? Ela precisa enfrentar questionamentos em sala de aula, discriminações raciais, apelos “racista” de muitos pais. A professora negra estará preparada para todos os enfrentamentos acontecidos em sala de aula? Nilma Lino Gomes (1995, p. 148) ressalta que: “(...) nem sempre a presença do/a professor/a negro/a foi uma referência positiva para a criança negra.”.

Enquanto a Educação das Relações Étnico-Racial não for discutida nas universidades, nas escolas, nos encontros de professores, em todos os níveis escolares, em todos os espaços onde acontece a educação, negros e brancos não saberão como discutir as questões étnico-raciais. E, principalmente, enquanto as pessoas brancas não falarem abertamente sobre as questões raciais, sem nenhum tipo de medo, sem nenhum racismo, continuará acontecendo a discriminação racial no Brasil. Acontecerá a igualdade racial, tão sonhada por negros e brancos, a partir do momento em que todos realmente tenham igualdade de direitos respeitados. A respeito destas afirmações, destacamos vários depoimentos de nossas entrevistadas:

O que percebo é que infelizmente ainda manifestamos atitudes discriminatórias e, no caso desta questão sim, para as questões raciais. [...] Percebo a ignorância sobre esta questão como uma das causas principais para a manutenção desta realidade, e me coloco junto a este grupo de “ignorantes”. (Univ. C, profª, branca)

Racial diretamente não, é sempre velada. Penso que minha presença incomoda algumas pessoas e eu já não sei se é preconceito ou inveja, pois apesar de todas as dificuldades eu ainda não desisti. Eu não os culpo, mas ainda fico e já fiquei muito indignada com tais atitudes. O que eles não

entendem é que estou fazendo minha história e para que minha filha não precise passar por tudo que já passei. Minhas dificuldades são em todos os aspectos: por ser mulher, negra, valente, por não me intimidar apesar de tudo e por continuar tentando, mesmo sabendo que todas as portas estão fechadas e por não desistir, eu não aceito “não dá” como resposta. (Univ. C, aluna doutorado, negra)

A mulher negra encontra dificuldades ao trilhar o caminho para uma formação acadêmica superior. Na família, no trabalho, a situação não é bem aceita por todos. Muitas vezes colegas de aula mostram-se distantes de alunas negras. Através da resiliência, vencem-se todos os obstáculos.

[...] uma pessoa que veio entregar currículo. Ela não queria entregar o currículo para mim, de jeito nenhum. Daí ela disse assim: Eu quero entregar o currículo para a pessoa responsável. Então eu disse: Podes entregar para mim. Aí ela disse: Não, eu não quero entregar para ti. E eu senti que era a questão racial. E a minha gestora na época sentiu que ele estava me discriminando. Então ele se dirigiu a ela e disse: Eu posso entregar o currículo para a senhora? Então, ela disse: Não, puedes entregar a ela, porque ela é responsável, pelos currículos. Então ela me disse: Eu fiz isso, porque eu vi que ele estava querendo te discriminar, sendo desrespeitoso contigo. Então eu fiz isso aqui para ele sentir que aqui não tinha preconceito. Outras pessoas ficam interrogativas quando eu recebo o currículo. Eu sou muito analisada: cabelo, unhas, jeito de falar, então quando eu levanto eles olham tudo. As pessoas entram aqui e pensam que alguém me colocou aqui. [...] Para o branco é uma dor ver um negro numa posição melhor. (Univ. C, funcionária, negra)

No primário, um dia quando um colega me chamou de negra eu acho que já estava no 3º ou 4º ano, eu vou falar disto que me chamou a atenção. Eu fiquei muito chateada, comentei na minha casa e a minha mãe que sempre foi alguém muito firme muito confiante nessa questão do valor do negro que isso não podia acontecer, ela não teve problemas, no outro dia ela disse: “eu quero saber se esta guria vai continuar no colégio”. E eu realmente fui com ela. Eu estava meio aflita. Na fila eu era alta e era uma das últimas e essa minha colega também uma das últimas, hoje se dá muito bem comigo, mas, na época enfim e a minha mãe: então “tu chamou ela de que?” E a minha mãe deu uma reprimenda na guria e quem estava na fila já viu aquilo e vamos dizer que isto não mais aconteceu. (Univ. C, profª, negra)

Outra questão de destaque é sobre a inclusão de fato da mulher negra profissional, no meio acadêmico. Entrevistadas relataram acerca de a mulher branca oportunizar acesso à mulher negra, se ambas estiverem na mesma função. Neste sentido, ouvimos de nossas entrevistadas, algumas respostas de como está a realidade das mulheres negras:

O ambiente universitário/acadêmico prevê o atravessamento de algumas variáveis, dentre elas a do conhecimento científico. Considerando o respeito a estas condições não identifico dificuldades de inclusão da mulher negra neste ambiente. (Univ. C, profª, branca)

[...] Nós mulheres fomos ensinadas a não confiar umas nas outras, a competirmos entre nós, somando-se a isso o racismo institucionalizado em

nossa sociedade, a situação fica mais grave ainda ... Especialmente o relacionamento entre mulheres brancas e negras é atravessado por essas questões ... pois historicamente no Brasil, quem ocupa o lugar de chefia é a mulher branca, sendo a mulher negra sua “empregada”. Nós brancas precisamos estar atentas a essas situações e observar se estamos trabalhando com igualdade de fato com colegas negras ou não. Se não, buscar formas de transformar. (Univ. C, funcionária, branca)

Problema mais forte é gênero. Abre-se espaço para uma mulher negra, não sei; questão de poder. (Univ. C, profª, branca)

Relatos de nossas entrevistadas acerca do que significa para a mulher branca estar no mundo dos brancos. Sabe-se que a mulher branca ocupa a segunda posição na pirâmide social brasileira. É um lugar tranquilo, confortável?

Escala de valorização humana não concordo [...]. Respeito e ética estão em extinção. A mulher deve ser pulso forte, dominar e superar-se. (Univ. C, profª, branca)

[...] vivemos em uma sociedade multirracial, porém que valoriza e supervaloriza apenas as origens “brancas” em detrimento das nossas origens afro e indígena. (Univ. C, funcionária, branca)

[...] ser uma mulher branca no mundo dos brancos para mim significa carregar esses privilégios de “ser branca”, ainda que soframos, assim como a mulher negra, discriminações de gênero e classe social. A mulher negra enfrenta triplo preconceito: de etnia, gênero e classe social. Brancos e negros precisam conhecer a história do Brasil que não foi contada, conhecer e valorizar nossas origens afro. (Univ. C, funcionária, branca)

Observei, pelos relatos das mulheres brancas, que as mesmas lutam, brigam para conquistar uma posição, independente do meio em que estiverem exercendo suas atividades. Estão muito interessadas em proteger seu grupo de trabalho, resolver os problemas no grupo, manter este grupo fechado e adquirir poder no grupo. As mesmas não consideram a mulher negra junto ao seu grupo, porque a enxergam como um sujeito que ainda está longe de equiparar-se às mulheres brancas.

Significa sobrecarga pelo fato de ser mulher e não homem, e a sobrecarga (por ser mulher) de assumir a responsabilidade de cuidar e educar quem está ao nosso redor para enxergar, respeitar e construir novos mundos para além daquele que nos cerca. (Univ. C, profª, branca)

Como mulher tendo que lutar abrindo espaço para estudar, para buscar ser reconhecida como uma mulher, que também podia transitar no urbano. Então eu acho assim como é que é ser mulher branca? Ela tem múltiplas histórias assim como as mulheres negras. Elas têm lutas para fazer, que se junta que se conectam com as mulheres negras e outras são diferenciadas. (Univ. C, profª, branca)

Sabe-se que a mulher branca não questiona sua identidade, pois a considera naturalizada, consolidada. Os brancos não têm interesse em descobrir-se, quem

realmente são, enquanto sujeitos arianos. A identidade da mulher negra como é avaliada pelas nossas entrevistadas, que relataram o que segue:

Considero que a subjetividade da mulher negra, é um processo em construção. Assim como refere a psicanalista negra Neuza Santos Souza, ninguém nasce negro(a), e sim torna-se negro(a). É esse “tornar-se” mulher negra, infelizmente, é marcado por muitas discriminações, como você bem apontou na escala de discriminação (homem branco-mulher branca-homem negro-mulher negra). (Univ. C, funcionária, branca)

Enquanto mulher foi permitida ver seus papéis como branca e negra, em sala de aula, com presença de 2 alunas negras e 1 aluno negro. Houve discussão em aula sobre relações entre negros e brancos de forma tranquila, porque estas relações têm crescimento na aprendizagem. (Univ. C, profª, branca)

O processo de identidade da mulher negra está sendo gestado. Os processos de discriminação que cotidianamente perpassam o caminho da mulher negra são complexos. A relação entre negros e brancos não acontece de forma tranquila. Concorro que as relações têm crescido na aprendizagem, porém existem muitos questionamentos, reações de branquidade muito fortes da parte de alguns alunos, no meio universitário. Mas, ainda não acontece forma serena.

Com muito mais resultado do que dos homens... As mulheres em geral conseguem a resignificação ou construção de algo por meio da acolhida, do cuidado do ouvir o outro. A mulher é mãe, educadora e cuidadora. Sua sensibilidade transforma, educa, mostra os limites e adverte quando necessário. A mulher valoriza o belo, conta histórias (de conquistas, mas de sofrimento também). Para a mulher a palavra é muito importante em detrimento a números e legislações (isto vem em paralelo para ela). (Univ. C, profª, branca)

Algumas alternativas são propostas para atenuação de desigualdades que mantêm, em condições díspares, cidadãos de estratos distintos. Uma das alternativas propostas é o sistema de cotas, que visa acelerar o processo de inclusão racial e social de negros que estão à margem da sociedade. A disparidade de salários de brancos e negros é muito alta, e a mulher negra é a que mais reflete esta realidade nas diferenças salariais.

Avalio positivamente a inserção dos(as) negros(as) pelas cotas, como uma medida reparativa, devido a toda nossa história no Brasil já mencionada. O debate das cotas por si só já é produtivo, pois trouxe à tona, o racismo no Brasil. Para falarmos de cotas precisamos resgatar nossa história e inevitavelmente falar de racismo. É um debate por vezes tenso, porém, mais que necessário! Quanto às diferenças salariais, percebo que são marcas do racismo institucional que vivemos no Brasil e que, no meu ponto de vista, não tem nada de velado, pelo contrário, é muito escancarado e se manifesta em questões concretas e pontuais como, por exemplo, nessa questão salarial

que você mencionou. E, mais uma vez, a mulher negra sofre tripla discriminação: racial, gênero e social. (Univ. C, funcionária, branca)

Vejo as cotas como uma das alternativas. Espero que sejam temporárias. Vejo que levaremos ainda algum tempo para alterar esta realidade (mulheres negras com menores salários). Retorno a questão da educação para a capacidade de enfrentamento, (Univ. C, profª, branca)

As entrevistadas concordam com a adoção de cotas, como medida reparativa do processo histórico que não inseriu o negro “de fato” na sociedade. Esta medida política já devia ter sido implementada para que mulheres negras possam estar presentes em maior número nas escolas, universidades e mercado de trabalho.

Então, eu acho que tem uma luta aí com a mulher negra que é a gente equiparar-se sim, por que tem muita coisa com a mulher que é muito macabra. Por aí tem uma luta comum com as mulheres brancas ou negras, mas tem uma coisa que é sim a mulher negra poder ocupar esses outros lugares que ela não se vê, mas com qualidade, com qualificação. Então, eu acho que são duas coisas que tem que ir junto. Não pode só chegar lá, porque aí eles vão dizer, os que não entendem esta luta vão dizer: ah não, não adiantou, chegou lá, mas não tem competência para fazer. Então, eu tenho que ir com competência, eu tenho que ir chegando lá, mas com competência. (Univ. C, profª, branca)

Muitas mulheres negras ocupam cargos secundários, porém poucas são gestoras, coordenadoras, supervisoras ou professoras integrantes de Programa Pós-Graduação, nos ambientes universitários. Nossas entrevistadas narraram suas opiniões sobre o que acontece que as mulheres negras não estão em cargos principais, importantes:

Infelizmente a realidade continua a mesma, se na tua época vocês eram quatro, hoje de funcionárias somos muito poucas. De professoras também. Mesmo sendo pouca a gente não é muito única. Cada uma trabalha num lugar. Eu acho que é essa coisa de São Leopoldo, dessa cultura aqui. Umas dizem que não gostam outras, que não tem tempo. Eu acho bem complicado mesmo. Eu acho que é um pouco comodismo, algumas mulheres negras já têm formação e não saem da mesma. Eu vou ficar aqui porque aqui não sou discriminada, então vou ficar aqui. Já estudou está formada, aqui está bom, não preciso sair daqui, vou ficar acomodada aqui. (Univ. C, funcionária, negra)

Eu trabalhei na Biblioteca da UFRGS. A mesma situação se reproduz. Perguntam pela Bibliotecária responsável. Temos uma postura de ser rígido com a população negra. Os outros que estão com privilégio todo o sempre, não temos essa rigidez. Ficava uma coisa constrangedora, porque era alguém que não sabia nada, mas era uma pessoa branca. Tinha o comentário, tu não ficas constrangida com isso? Eu dizia que só ficaria constrangida, se fizesse o serviço mal feito. Profissional liberal eu era responsável por um setor. A relação da invisibilidade sempre foi muito presente de chegar de perguntar cadê a bibliotecária, onde está a profissional responsável? É uma coisa que vem até hoje. (Univ. C, bibliot., negra)

Sabe-se que profissionais negras estão numa posição que não lhes dá o direito de responder pelo cargo, porque ele pertence (só no nome) a profissionais brancas. A cor de pele da mulher lhe exclui de exercer sua profissão na sua totalidade, pois está naquele espaço trabalhando, enquanto a “responsável branca” está executando outras tarefas, porém ela que responde, assina documentos pelo cargo.

Dificuldades ao acesso do conhecimento científico. Estas dificuldades são gerais, porém acredito que para as negras ainda é maior. (Univ. C, profª, branca)

Isso reflete a discriminação de gênero e racial vivenciados pela mulher negra. Mesmo com formação para tal, mestrado, doutorado, etc., é muito difícil acessar esses cargos de poder, institucionalizados como “lugar de branco”. Isso torna evidente o racismo institucionalizado. Se uma pessoa tem as mesmas capacidades, formação, etc. por que é mais difícil (às vezes quase impossível) acessar esses postos de trabalho??? (Univ. C, funcionária, branca)

Causa é a consequência da segregação social, disputa entre mulheres brancas; a disputa de gênero é mais forte. Autoafirmação de ser mulher. [...] estratégias junto à mulher branca; unir forças; ser mais empreendedora e fazer que tenha vez e voz, o que gerará mais competição com a mulher branca; lutar de frente com o homem branco; botar a cara na frente, ser mais feroz nas afirmações. (Univ. C, profª, branca)

A competência é outro fator que exclui a mulher negra do processo protagonista que a mesma quer ascender. Ela necessita de muitos requisitos para estar a altura de concorrer, por exemplo, a cargo diretivo. E, apenas algumas mulheres ocupam esta posição. O racismo institucional também impede o acesso das mulheres negras, porque a mulher negra na disputa por cargos nas universidades recebe “um não” e são citadas desculpas como: seu currículo não está de acordo com as nossas necessidades, você não alcançou a pontuação necessária, no momento o cargo já foi ocupado, entre outras.

Eu acho que uma das coisas é por que elas não estão chegando a quantidade que possam ser escolhidas. E outra vez é pela própria competência. Às vezes, é. Bom, se eu tenho uma mulher, não olhando negra ou branca, porém a competência e perfil para aquele cargo vão ser usados principalmente nas comunitárias e particulares vai ser pelo perfil. Porque aqui tu sabes não é nem um grupo que escolhe. Quem escolhe é a chefia. (Univ. C, profª, branca)

As mulheres negras, nos ambientes universitários, sabe-se que não são chamadas e consultadas a participarem de decisões fundamentais, dentro de suas funções, nos mais diferentes cargos nas universidades, em temas de seus interesses. Abaixo algumas respostas das entrevistadas:

Difícilmente as mulheres são “chamadas” para alguma coisa. Quando elas conseguem é porque se apresentam com propriedade. Para isto precisam

conhecer estratégias do universo masculino, da gestão e do ambiente acadêmico. Como dizem os capoeiristas, é preciso ter “muita ginga” para alcançar estas conquistas. Remeto esta reflexão às mulheres negras... (Univ. C, profª, branca)

[...] acredito que seja uma manifestação de racismo institucional, onde a mulher negra é tornada invisível, sua opinião e produção desvalorizada. Repete-se os “lugares de branco” e “lugares de negro”, como num apartheid simbólico. (Univ. C, funcionária, branca)

Em primeiro lugar a mulher branca tenta se afirmar na competição com o homem branco. Só quero o lugar dele(a). É mulher com mulher branca e a negra não é lembrada. (Univ. C, profª, branca)

Após a análise das respostas das entrevistadas, observa-se que a implementação da Lei 10.639/03, bem como a Educação das Relações Étnico-Raciais ainda não faz parte dos currículos, projetos ou cursos de extensões das universidades, com exceções. Às universidades cabe rever a legislação, no que tange ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana e, cumpri-lo.

Avaliou-se também o protagonismo da mulher negra nas instituições acadêmicas e nota-se que está avançando muito lentamente. São poucas as profissionais negras que estão lotadas nos ambientes acadêmicos. Nas funções consideradas inferiores é onde está o maior número de mulheres negras. Nas funções consideradas diretivas, o percentual de mulheres brancas é muito baixo, e as mulheres negras não fazem parte destas funções nas instituições acadêmicas. São necessárias ações políticas mais pontuais, nas instituições de ensino, para que mulheres negras sejam protagonistas de suas histórias.

Ao final de nossa pesquisa observamos que as mulheres negras encontram muitas dificuldades em ingressar no campo educacional e do trabalho. Ingressam nas escolas de ensino fundamental, aí permanecendo durante determinado tempo, mas devido as inúmeras dificuldades encontradas, principalmente problemas financeiros, fazem com que meninas ingressem em empregos considerados “secundários”, ficando nestes espaços durante muitos anos. Hoje, estatísticas consideram que 3,8 milhões de jovens negras, de 15 a 29 anos estão na faixa da “Geração Nem-Nem”, ou seja, nem estudo nem trabalho. Estão excluídos da escola diurna, muitas vezes devido a idade e não tem uma profissão para ingressar no mercado de trabalho.

Estas informações e dados nos questionam porque jovens e mulheres negras não ascendem a cargos diretivos nas empresas e nas instituições de ensino, enquanto que

jovens e mulheres brancas ocupam e permanecem nestes espaços porque suas dificuldades não são principalmente raciais. Eliana de Oliveira (2006) cita acerca das mulheres negras nos ambientes acadêmicos:

As frequentes mobilizações dos movimentos sociais e de mulheres negras, em busca de direitos e de melhores condições de vida à população negra, têm possibilitado mais visibilidade a essas mulheres e a oportunidade de elas transitarem por diferentes espaços sociais, como o do ensino superior, que até há pouco tempo era ocupado majoritariamente por homens brancos, sem esquecer que num passado recente as mulheres negras não eram aceitas nem como alunas. (OLIVEIRA, 2006, p. 50)

Os movimentos sociais, movimentos de mulheres negras tem batalhado pelos direitos das mulheres. A militância é extraordinária na resiliência das mulheres negras. Eliana de Oliveira (2006) refere:

A militância também teve papel importante na trajetória destas mulheres negras. A participação em movimentos sociais gerou nelas a tomada de consciência quanto a vários aspectos de suas necessidades, trazendo-lhes conhecimentos não só sobre os direitos e deveres dos indivíduos em sociedade, mas também acerca da opressão e da negação de direitos; provocou discussões sobre relações raciais e a importância da educação para o segmento negro; e deu-lhes a percepção quanto ao tratamento diferenciado para negros e brancos. (OLIVEIRA, 2006, p. 51)

A luta da mulher negra pelo trânsito nos ensino superior, tanto como aluno ou ao quadro de professores, ainda é uma ação árdua. Sabe-se que há rejeição em algumas universidades à inserção de professores (as) negros (as), nas academias.

5 AÇÕES REPARATÓRIAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA E A LEI 10.639/03 NAS TRÊS UNIVERSIDADES

Neste capítulo foram referidas algumas ações reparatórias em prol da população negra brasileira. A atuação do Movimento Negro em todos os segmentos da sociedade brasileira como importante agente em prol de todo o tipo de discriminações e preconceitos sofridos pelos afrodescendentes. A criação da Lei 10639, de 2003 que traz em seu conteúdo a obrigatoriedade da implementação desta em todos os níveis e instituições de ensino, que vem a reparar o desconhecimento do negro na história da formação do Brasil. Neste capítulo, foi referida a situação atual da implementação da Lei 10639/2003 (BRASIL, 2003) nas três universidades visitadas.

5.1 SITUANDO AS NECESSIDADES DE AÇÕES REPARATÓRIAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA

O esforço de consolidação das iniciativas que visem a elevação da qualidade de vida das populações, especialmente dos sujeitos negros que ocupam os segmentos marginalizados da sociedade, pelos motivos mais diversos: culturais, econômicos, raciais, políticos não tem surtido o efeito desejado. Por isto, políticas públicas são necessárias na área da educação, para que haja um equilíbrio nas desigualdades que existem entre negros e brancos, especialmente a mulher negra, nosso objeto de pesquisa. Sabe-se que as mulheres negras só terão chances de ascender ao seu protagonismo quando as questões de desigualdades raciais estiverem sendo debatidas, igualmente, entre negros e brancos. Por isso a importância deste segundo capítulo: Ações reparatórias para a população negra e a Lei 10.639/03 nas três universidades.

Algumas reflexões são necessárias, quando se tenta compreender a trajetória das políticas públicas, na garantia dos direitos de cidadania do cidadão e também uma qualidade de vida, que seja garantida pelas leis brasileiras. Valter Roberto Silvério (2009) cita sobre ações afirmativas:

A demanda dos negros brasileiros por reparações, que hoje resultam em políticas de ações afirmativas, não é fato recente, atravessa o século XX, em diferentes manifestações. Contudo, governantes e sociedade mantiveram-se indiferentes, até 2001, quando o Brasil assumiu, na Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, o compromisso de elaboração e execução de políticas ao combate ao racismo e a toda sorte de discriminações. (SILVÉRIO, 2009, p. 141)

A preocupação da população negra brasileira acontece desde longa data e, em 2001, a partir da Conferência Mundial de Combate ao Racismo, em Durban, na África do Sul é que houve uma mudança na autoestima da população negra brasileira que passou a ter uma maior consciência das desigualdades raciais alimentadas pelo racismo. Esta nova dimensão provocou um fortalecimento do Movimento Negro e debates mais constantes entre a população sobre as desigualdades raciais. Conclui-se que não podemos falar acerca de superação de racismo e diminuição das desigualdades raciais sem citar o protagonismo do Movimento Negro.

No cenário internacional, a sociedade brasileira destaca-se com baixos índices de desigualdade racial. Esta situação é originária desde a época em que os escravos, mais especificamente as ex-escravas, foram abandonadas, após o decreto da Abolição da Escravatura, em 1888.

Sales Augusto Santos (2005, p. 21) afirma que: “[...] os negros perceberam rapidamente que tinham que criar técnicas sociais para melhorar a sua posição social e/ou obter mobilidade social vertical, visando superar a condição de excluídos ou miseráveis” a que estavam submetidos, ou seja, sem habitação, sem trabalho, expostos a viver na rua, porque não tinham condições nenhuma de construir uma nova vida. As perspectivas eram mínimas de sobrevivência.

Através da educação formal, a mulher negra encontrou um caminho para ascensão social numa sociedade que avançava significativamente a um processo de modernidade. Mas, sabe-se que na ascensão social não foi suficiente para que a mulher negra participasse em condições igualitárias às mulheres brancas no ensino, no trabalho e na sociedade.

A educação formal que a escola proporciona traz também desigualdades raciais, pois de acordo com a afirmação de Sales Augusto Santos (2005, p. 22): “A educação formal não era só eurocentrista e de ostentação só dos Estados Unidos da América, como também desqualificava o continente africano e inferiorizava racialmente os negros, quer brasileiro, quer africano, quer estadunidense”, a educação brasileira é voltada à cultura branca, deixando de fora a História da África, de acordo com Nascimento (2006):

Tampouco na universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo europeu ou norte-americano se repetir, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longo do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que

provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros. (NASCIMENTO, 2006, p.95).

A partir da constatação de que a produção e reprodução da discriminação racial contra as negras e seus descendentes que acontece na educação brasileira, ativistas intelectuais negros militantes e integrantes de movimentos sociais negro começaram um primeiro movimento junto ao Estado Brasileiro no sentido de mudanças na educação referentes à inclusão do estudo do continente africano e dos africanos, as lutas dos negros no Brasil, a cultura negra em toda sua dimensão e o papel da mulher negra na formação da sociedade brasileira.

Os movimentos negros pelas mudanças na educação começaram com reivindicações “[...] na declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, que foi promovido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 1950, portanto, há mais de meio século”, (SANTOS, 2005, p. 23). No período da ditadura militar, de 1964 a 1985, aconteceu um abafamento dos movimentos sociais negros, especialmente de 1964 a 1977. Em 1978, ressurgem os movimentos negros através de uma agenda de reivindicações, nas áreas de: racismo, cultura negra, educação, trabalho, mulher negra e política internacional.

Em 1986, na Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, que se realizou em Brasília, nos dias 26 e 27 de agosto, onde compareceram 63 entidades do Movimento Negro, de 16 Estados brasileiros, com 185 inscritos, foram entregues aos membros da Assembleia Nacional Constituinte várias reivindicações voltadas à educação da mulher negra nas escolas do País (SANTOS, 2005).

A “Marcha de Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e Vida” aconteceu em 20 de novembro de 1995, em Brasília. Neste evento, foi denunciada, mais uma vez, a discriminação racial e o combate ao racismo contra as mulheres negras no Brasil, pelas lideranças dos movimentos sociais negros. Foi entregue ao Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, o “Programa de Superação ao Racismo e da Desigualdade Racial”, com diversas propostas antirracistas, dentre elas, tópicos voltados à educação. Alguns pontos foram atendidos pelo governo brasileiro como a supressão das figuras estereotipadas dos livros didáticos, nos quais os negros apareciam como subservientes.

Estados e Municípios brasileiros, a partir das pressões antirracistas e legítimas dos movimentos sociais negros, passaram a impedir a adoção de livros didáticos que

disseminavam o preconceito e discriminações raciais como Salvador, Belo Horizonte, Teresina, Rio de Janeiro.

Pressões dos movimentos sociais negros e suas articulações com políticos sensíveis a causa das questões raciais resultou na inclusão da disciplina História dos Negros no Brasil e História do Continente Africano, ou conforme nome escolhido na localidade nos ensino fundamental e médio, na rede pública de algumas cidades e estados brasileiros como Bahia (1989), Belo Horizonte (1990), Porto Alegre (1991), Aracajú (1995), São Paulo (1996), Teresina (1998) e Brasília (1996). Destas localidades, Brasília não implementou a Lei 1.187, de 13 de setembro de 1996 (SANTOS, 2005).

O Ministério da Justiça reuniu em Brasília, em julho de 1996, intelectuais, ativistas brasileiros e norte-americanos negros(as) para tratar acerca das “Ações afirmativas e multiculturalismo”. Deste encontro resultou a 1ª reserva de vagas para mulheres negras numa universidade pública que, anos após, seria transformada numa diretriz do Ministério de Educação e Cultura. Todas estas iniciativas são interessantes para a concretização de outras ações reparativas para desmitificar a “democracia racial”.

São necessárias atitudes observadoras e olhares atentos sobre a realidade do povo negro brasileiro. O povo brasileiro acredita que existe uma “democracia racial”, não existem preconceitos nem discriminações raciais, porém todos os dias nos deparamos com racismos “escancarados”, racismos “velados”, em todo e qualquer espaço. Vera Neusa Lopes (2005, p. 187) afirma acerca da presença dos negros na escola:

[...] É preciso insistir sempre que a sociedade brasileira é preconceituosa e discriminadora em relação à sua população.

[...] Os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combater-los, buscar resolvê-los, fazendo com que todos sejam cidadãos com igualdade de condições, a despeito das diferenças e especificidades que possam existir. (LOPES, 2005, p. 187)

A ação pela superação do racismo e da discriminação racial é de todo o educador e independe de sua crença religiosa, posição política, gênero ou pertencimento étnico-racial e devem ser estendidos a todos os níveis, programas de ensino, projetos escolares, acadêmicos projetos sociais que possam abranger as políticas discutidas e voltadas para as mulheres negras, que são nosso foco de pesquisa.

5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI 10.639/03

A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, é um marco histórico. Sabe-se que alguns diretores, professores e educadores sociais não trabalham com a Lei 10.639/03 por não terem alunas negras em suas salas de aulas, e que a Lei 10.639/03 não precisa ser estudada pelos alunos brancos. No entanto, essa forma de pensar é uma moldura da exclusão, pois a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Lei 10.639/03 são ferramentas que discutem todas as identidades e valorização étnica existente. Mulheres brancas e mulheres negras, todas, fazem parte da sociedade brasileira que se apresenta como uma ampla diversidade e todos fazem parte deste conhecimento do respeito de cada cultura, pois enquanto a mulher branca e o homem branco não tomar conhecimento principalmente da história das mulheres negras, a situação de preconceito continuará existindo.

Importante citar que a Lei 10.639/03 precisa ser implementada independente destes motivos, é uma lei para que todas as esferas educacionais conheçam a História Afro-Brasileira e Africana, principalmente pela conservação da herança escravocrata que ainda existe no Brasil e, as enormes desigualdades enraizadas pelas políticas econômicas e públicas.

Em 2003, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, finalmente:

[...] reconhecendo a importância das lutas antirracistas dos movimentos sociais negros, reconhecendo as injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil e dando prosseguimento a construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) sancionando a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. (SANTOS, 2005, p. 32)

A Lei 10.639/03 é obrigatória nos níveis fundamental, médio, superior, oficiais e particulares do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e tratar da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. A Lei 10.639/03 é uma das ações de políticas afirmativas do Estado Brasileiro em reparação aos quinhentos anos em que mulheres negras estiveram à margem da sociedade.

A Lei 10.639/03 no RS ainda não está implementada na maioria dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas da rede municipal, estadual, particular e universidades. Apesar de já terem passados 11 anos, no Rio Grande do Sul o processo

ainda é lento. Há grupos de trabalho, através do Fórum Permanente de Diversidade Étnico-Racial, que estão agindo para que a Lei 10.639/03 saia do papel e entre nos planos de aula dos professores de nosso Estado. Em algumas instituições acadêmicas, no RS, existem Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – que estão trabalhando com a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, em seus currículos.

No Instituto Federal do Rio Grande do Sul – *Campus Bento Gonçalves* –, existe o Neabi (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas). Nas cidades de Canoas e São Leopoldo, os movimentos sociais negros têm algumas participações e ações junto à população negra. Em Canoas, existe o Núcleo de Direitos e Identidades Afrodescendentes, do Projeto Pronasci, Agência da Boa Notícia Guajuviras, da E.M.E.F. Guajuviras que trabalha com jovens da comunidade.

No Instituto Federal do Rio Grande do Sul – *Campus Canoas* – há um Neabi que realiza algumas atividades em prol da Educação das Relações Étnico-Raciais. Em São Leopoldo, na Unisinos, há o Neabi que atende a população externa e interna da universidade, quanto à Lei 10.639/03 e às questões étnico-raciais. Ainda a ONG Anastácia e também a ONG Palmares, localizadas em São Leopoldo trabalham com as questões da Lei 10.639/03 e a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Em alguns estados brasileiros há cláusulas, em suas leis que tornam também obrigatória a qualificação dos professores e o seu constante aperfeiçoamento pedagógico; revisão dos currículos para adequá-los à Lei; implementação da Lei 10.639/03 fica a cargo do Poder Executivo.

A Lei 10.639/03 deixa algumas interrogações em relação à sua aplicabilidade nas escolas, como:

Ela não estabelece metas para implementação da Lei, não se refere à necessidade de qualificar os professores dos ensinos fundamental e médio para ministrarem as disciplinas referentes à Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003, menos ainda, o que é grave segundo nosso entendimento, à necessidade de as universidades reformularem os seus programas de ensino e/ou graduação, especialmente os de licenciatura, para formarem professores aptos a ministrarem ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. (SANTOS, 2005, p. 33)

Atualmente, são realizados cursos de formação para professores dentro da área da Educação das Relações Étnico-Raciais, em vários estados do Brasil, muitos são na modalidade EAD (Ensino à Distância). Faz-se uma crítica às instituições de ensino que consideram ministrar a Lei 10.639/03 apenas em Educação Artística, Literatura e História Brasileira, porque no §2º do Artigo 26-A existem as palavras: “e em especial

nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira”, que fazem a diferença. A Lei 10.639/03 perpassa todas as disciplinas, Projetos Educacionais, Projetos Sociais, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA e Ensino Superior.

5.3 A LEI 10.639/03 NAS TRÊS UNIVERSIDADES

De acordo com observações nos ambientes universitários, professoras e professores “fazem de conta” que transmitem conhecimentos, aprendizagens acerca da Educação das Relações Étnico-Raciais, mas o que ensinam é sobre colonialismo, diásporas em alguns países – que nos traz muitas aprendizagens - porém, não se pode esquecer a realidade das exclusões, eurocentrismos e branquidade exacerbadas que acontecem cotidianamente com os negros, principalmente com as mulheres negras nas instituições escolares, nas academias, nos Projetos Sociais de nossas universidades e estão espalhadas pelos municípios, estados e no Brasil inteiro e não são mencionados.

Além destas, outras questões como diferenças de gênero, diversidade étnico-cultural e racial, a mulher e a educação, entre outros, percebe-se que precisam ser constantes em nossas salas de aula, dentro do tema da Educação das Relações Étnico-Raciais, ou seja, a aplicação e efetivação da Lei 10.639/03 em toda sua dimensão. Nilma Lino Gomes (2006) narra sobre a diversidade étnico-cultural que:

Enquanto professora, a mulher negra se vê reproduzindo discursos que ouviu quando criança na própria escola, no curso de magistério e também no de pedagogia. Em todos estes espaços não se discute sobre a diversidade étnico-cultural, as diferenças de gênero e nem se lança um olhar sobre a mulher que atua na educação, que vai além do papel de mãe, esposa ou tia. (GOMES, 2003, p. 3)

De acordo com nossas observações, constatamos que nas instituições acadêmicas, alunas e alunos não têm informações acerca da cultura africana e afro-brasileira. Grande percentual destes tem interesse em obter maiores informações sobre nossa cultura. Há outros(as) estudantes que são branquidade, isto é, só escutam apenas como informação. Nilma Lino Gomes (1995) nos traz um questionamento a propósito de como lidar com situações de discriminações raciais em sala de aula:

Na sala de aula a professora, em geral, é sempre referência para seus alunos [...]. Como reagir diante de situações onde os alunos discriminam uns aos outros por causa da pertinência racial? Como reagir no momento em que o preconceito racial é direcionado a ela mesma, através de comentários dos

pais, colegas, direção e da rejeição de um(a) aluno(a)? (GOMES, 1995, p. 157)

Em sala de aula, em geral, a professora realiza intervenções de acordo com o processo de identidade racial que vivencia, sendo que muitas vezes, a professora ignora e trata como se nada estivesse ocorrendo entre seus alunos. Nos ambientes familiares onde as questões raciais são amplamente discutidas, as profissionais negras têm melhores condições de enfrentar as situações discriminatórias e se posicionar com pertinência e autoridade sobre as temáticas africanas e afro-brasileiras.

Na universidade A ressaltamos que dentro do quadro geral de professores, nos informaram que existe uma professora negra e nenhum professor negro. Outras funcionárias negras fazem parte dos serviços de limpeza da universidade, que é terceirizado. Não obtivemos o número de funcionários desta universidade. Não existe Neabi na universidade. Na Biblioteca não existem materiais didáticos, paradidáticos, livros que contenham informações sobre a cultura negra, Lei 10639/03 e Educação das Relações Étnico-Raciais.

A educação transmitida pelos professores nas escolas ainda é firmada nas desigualdades raciais, onde a mulher negra ainda é um sujeito inferiorizada. Observamos que a Educação das Relações Étnico-Raciais ainda não está presente em todas as disciplinas, conforme observa a Lei 10639/03. Sales Augusto Santos (2005) afirma que:

Mesmo não sendo necessária, a escola ou a educação formal não foi e nem é a panaceia para os negros brasileiros. Logo a militância e os intelectuais negros descobriram que a escola também tem responsabilidade na perpetuação das desigualdades raciais. Historicamente o sistema de ensino brasileiro pregou, e ainda prega uma educação formal de embranquecimento em sentido amplo. (SANTOS, 2005, p. 22)

A Educação das Relações Étnico-Raciais perpassa todos os níveis escolares de ensino, como também em todas as disciplinas curriculares, projetos e demais atividades acadêmicas. Ricardo Henriques e Eliane Cavalleiro (2005) referem-se que:

Todo projeto de educação em que não se considere a identidade étnico-racial e de gênero dos envolvidos não constitui um projeto de educação de qualidade. Instituir e/ou manter qualidade na educação guarda, como condição *sine qua non*, elementos sociais fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo, a construção da cidadania e da democracia. A permanência e a disseminação do racismo contrapõem-se a todo e qualquer projeto de qualidade na educação. (HENRIQUES ; CAVALLEIRO, 2005, p. 226).

Os professores não têm a dimensão da obrigatoriedade da aplicação da Lei 10.639/03. As universidades, professores e alunos precisam estar engajadas na implementação da Lei 10.639/03, observa-se que ainda não existe a busca, o interesse na inserção da cultura negra. Porém, esta medida torna-se urgente pela situação vivida pela população negra no país. Sales Augusto Santos (2005) destaca que:

É fundamental que as universidades já formem professores qualificados para uma educação anti-racista e não eurocêntrica. Portanto, faz-se necessário pensar uma mudança profunda nos programas e/ou currículos das licenciaturas universitárias, uma vez que atualmente elas não são capazes de cumprir os objetivos da Lei 10639/03. (SANTOS, 2005, p. 34)

Na universidade B, observamos que dentro do quadro geral de professores, foi informado que existem cinco professores e quatro professoras negras. Foram citados casos de professores que fizeram concursos em outras universidades e pediram transferência porque não tinham apoio necessário para continuarem lecionando numa universidade que não os via como negros. Funcionários negros existem poucos, porém nosso foco de pesquisa são as mulheres negras que estão presentes em número de três, em algumas funções administrativas. E outras em serviços de limpeza. Não nos foi fornecido número de funcionários da universidade.

São realizados eventos esporádicos, durante o ano, que a princípio, são voltados a alunos do Curso de História, pois não há divulgação a outros professores e a áreas da universidade. As informações referentes aos materiais didáticos e paradidáticos transmitidas pelos funcionários da Biblioteca desta universidade eram escassas. Não existe Neabi na instituição acadêmica.

No Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2009, p. 39), dentro das Ações principais para a Educação Superior que: “e) Construir, identificar, publicar e distribuir material didático e bibliográfico sobre as questões relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais para todos os cursos de graduação.”. A partir desta afirmação, as universidades precisam dispor de materiais didáticos à disposição para consulta de alunos, professores e demais envolvidos na temática da Educação das Relações Étnico-Raciais.

Sueli Carneiro (2011) destaca que ações são necessárias para promover a inclusão dos historicamente excluídos, os negros e, particularmente em nossa pesquisa, as mulheres negras, no mercado de trabalho:

[...] são necessários incentivos que visem estimular a adoção de políticas de diversidade nas empresas que favoreçam a inclusão, a capacitação e a promoção escolar de trabalhadores negros. É uma iniciativa que há muito se espera do Ministério do Trabalho, sob pena de, ao deixar esse processo transcorrer livremente, segundo as “leis do mercado”, reproduzir a exclusão racial tradicional nos processos seletivos. (CARNEIRO, 2011, p. 115)

Na Universidade C, a Lei 10.639/03 está implementada nos Cursos de Pedagogia, Direito, Ciências Sociais, Licenciaturas desde 2011. Na Formação Docente, é trabalhada a formação dos mestres que a cada semestre chegam à universidade, estando incluída a Educação das Relações Étnico-Raciais. No Neabi, a Lei 10.639/03 e a Educação das Relações Étnico-Raciais são trabalhadas através de dois projetos: Cidadania e Cultura Religiosa Afrodescendente e Inclusão Digital Afrodescendente.

Os materiais didáticos e paradidáticos estão disponibilizados na Biblioteca da universidade e também no Neabi, para consulta de alunos e professores. A configuração dos funcionários negros que trabalham na Universidade C, de acordo com o Boletim Social¹⁷:

Número de negros (as) que trabalham na instituição é de 39; de cargos de chefia ocupados por negros(as) é de 2,09; idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia 39; salário médio dos(as) negros(as) é 3.112; nº de brancos(as) que trabalham na instituição são 2.112; salário médio dos(as) brancos(as) 4.827.

Nas Ações principais para o Ensino Superior, que estão inscritas no Plano Nacional de Implementação (BRASIL, 2009, p. 39) consta na letra c) que as instituições de ensino precisam: “Fomentar o Apoio Técnico para a formação de professores e outros profissionais de ensino que atuam na escola de educação básica, considerando todos os níveis e modalidades de ensino, para a Educação das Relações Étnico-Raciais.”. A formação docente ocupa um espaço importante no desenvolvimento de atividades que contemplem mulheres negras que disseminem na sala de aula a Lei 10.639/03, mostrando aos alunos o conhecimento das culturas afro-brasileira e africana

Sabe-se que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como da garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas. Entendo que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

¹⁷ Balanço Social 2012 – Olhando para o futuro. Realização: Gerência de Ação Social e Centro de Cidadania e Ação Social, Sistema de Gestão Ambiental (SGA), Unidades de Administração, Infraestrutura e Serviços, Finanças e Controladoria, Recursos Humanos e Comunicação Institucional, julho de 2013. Dados coletados em 2012.

estende-se a todos os níveis de ensino e na Resolução nº 1, artigo 1º, de 17 de junho de 2004 (BRASIL, 2004), entende-se que:

§ 1º As instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplina e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004. (BRASIL, 2004)

Tem-se entendimento que o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana deverá estar incluído nos cursos que as instituições acadêmicas ministram e também em seus PPGs – Programas Pós-Graduação.

Concluí sobre a inserção da Lei 10.639/03 nas universidades que: Na Universidade A e na Universidade B, a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Lei 10.639/03 ainda não estão acontecendo efetivamente nos currículos, nos projetos e em cursos de extensão. Nestas duas universidades não existem Neab's. A Universidade C é a única instituição que contempla a Lei 10.639/03 em alguns cursos da graduação; em alguns Projetos Sociais e, nos cursos de extensão ainda não está implementada. Nesta instituição de ensino, existe Neabi muito consistente.

A existência de Neab's nas instituições de ensino superior apoia, fortalece e dá sustentação a Educação das Relações Étnico-Raciais na academia. De acordo com o Plano Nacional de Implementação: “Os Núcleos de Estudos Afrobrasileiros – Neab's e Grupos correlatos, instituídos em instituições de Ensino Superior representam um importante braço de pesquisa e elaboração de material e de formatação de cursos dentro das temáticas abordadas por este Plano.” (BRASIL, 2009, p. 43).

6 O CAMINHO PERCORRIDO: PROCURA E ANÁLISE DE DADOS

6.1 CAMINHADA NAS UNIVERSIDADES: INDO AO ENCONTRO DAS MULHERES NEGRAS

Durante aproximadamente três anos fui convidada várias vezes, pela Coordenadora do Neabi, para começar a trajetória do mestrado. Entre a área das Ciências Humanas e Sociais, escolhi a segunda opção. Enfim, em junho de 2011 comecei a escrever o anteprojeto de pesquisa. No segundo semestre deste mesmo ano, fiz um esboço do anteprojeto e me inscrevi à seleção de Mestrado em Ciências Sociais, ao final daquele ano. Fui aprovada e, em dois anos, cursei todas as disciplinas. Como mulher negra, enfoquei Mulheres Negras como tema de pesquisa.

Os sujeitos deste trabalho são profissionais negras que atuam em três universidades, localizadas em Bento Gonçalves, Canoas e São Leopoldo, cidades do Rio Grande do Sul. Entende-se, nesta pesquisa que as universidades constituem espaços de estabelecimento de relações entre distintos sujeitos, principalmente mulheres negras, originárias de diferentes construções sociais, onde os conhecimentos se misturam e são permeados pela liberdade individual de cada ser.

O início do trabalho de campo foi no segundo semestre de 2013. Visitei a Universidade de Bento Gonçalves, escolhida por sua localização na Região dos Vinhedos, cidade tipicamente italiana. A universidade está localizada numa espaço muito bonito, rodeada por muitas árvores. Entrevistei duas professoras, sendo uma negra e outra branca, com idades entre 37 e 50 anos, que lecionam, respectivamente, *Design* e Matemática Aplicada. As origens étnicas das entrevistadas são pais negros, porém vovós negras e vovôs italiano e alemão, e a origem da outra professora é italiana. Ambas residem em Bento Gonçalves.

A professora de *design* tem duas graduações: Tecnólogo Moveleiro e Produção Moveleira, e seu Mestrado foi Ambiente e Desenvolvimento Urbano. A professora de Matemática Aplicada fez Mestrado e Doutorado na área da Educação. Visitei o setor de Recursos Humanos, para conhecimento do número de profissionais negros e brancos da instituição acadêmica. Após, fui até a Biblioteca para pesquisar se existem dados no acervo referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais. Também conversei com algumas funcionárias do serviço de limpeza da instituição.

Ainda em 2013 compareci à Universidade Luterana do Brasil, local já conhecido, onde iniciei o Curso de Pedagogia. A universidade está localizada na região

vizinha a Porto Alegre, onde ocupa uma vasta região, com muitos prédios, campo de futebol, capela, exposição de automóveis etc. Na primeira visita, entrevistei uma professora negra da área de Ciências Naturais, formada em Biologia, com quatro especializações (que lhe autorizaram a ingressar na área de Doutorado), entre elas Programas de Saúde e Metodologia do Ensino Superior, cursadas na UFRGS. Sua origem étnica é negra e reside em Porto Alegre.

Na ocasião, me indicou uma professora branca, da Área de Matemática, com a qual conversei em outra oportunidade sobre sua trajetória e o conhecimento da Lei 10.639/03. A professora tem formação na Graduação em Matemática, Mestrado e Doutorado em Ciências da Educação. A faixa etária das entrevistadas varia de 30 a 60 anos. A origem étnica da professora é alemã e reside em Canoas.

Neste mesmo dia, também foi combinada uma visita posterior ao Coordenador de História, ao Recurso Humano e à Biblioteca. Também conversei com funcionárias negras dos setores da Limpeza e Administrativo, informalmente, acerca de seu trabalho e suas vidas na universidade.

Um professor negro é coordenador do Curso de História na universidade. Sua sala é permeada de objetos da cultura africana. Conversei com o mesmo acerca de suas atividades à frente da Coordenação da História, das ações pontuais que realiza em função da implementação da Lei 10.639/03, pois ainda não existe Neabi na universidade. Compareci na Biblioteca para saber do acervo existente sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Lei 10.639/03. No setor de Recurso Humano não obtive o número total de funcionários(as) negros(as) existente na Universidade.

A última instituição de ensino a ser visitada foi a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, que aconteceu em 2014. O *Campus* da Unisinos é situado numa região alta de temperatura mais fria e está afastada do centro da cidade de São Leopoldo. Sua localização é muito bonita e também está rodeada por árvores e possui lagos pequenos. Entrevistei uma professora negra e uma branca e funcionárias administrativas. As características de suas idades estão na faixa de 30 a 60 anos, respectivamente.

As origens étnicas, respectivamente são negra, italiana e indígena. São residentes em São Leopoldo. As visitas foram menos dispendiosas de realizar, pois as entrevistadas estão na mesma universidade na qual trabalham. As formações, respectivamente são Graduação em Serviço Social, Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais; e Graduação em Pedagogia e Mestrado, Doutorado na área de Ciências Humanas.

Visitei a Biblioteca da universidade para observar materiais relativos à Educação das Relações Étnico-Raciais. Estive também no setor de Recursos Humanos e fui informada que dados referentes ao número de funcionários(as) negros(as) estão disponíveis na Revista Balanço Social de 2012, os quais serviram de referência para este trabalho de pesquisa.

Todos os dados que foram coletados tornaram-se relevantes para as análises, pois dizem respeito à vida e trajetória destas mulheres. Suas infâncias, as experiências com outros sujeitos, na família, no trabalho fazendo parte de seu cotidiano foram muito ricas. Ressalto mais uma vez que este trabalho é de experiências vivenciadas pelas mulheres negras. Estas trajetórias adentram nos cortes identitário das mulheres vitimadas pela discriminação e preconceito raciais, vividos de toda a ordem, em diferentes tempos e lugares. Procurei sempre colocar-me numa situação de respeito e admiração pela resiliência que estas mulheres têm de encarar a vida com todos os problemas já existente.

Figura 3 - Sagas e Resiliências: encontradas na trajetória



Fonte: Autora.

A finalidade do capítulo 6 é apresentar os resultados obtidos durante o desenvolvimento desta pesquisa, a partir de informações colhidas mediante os questionários e entrevistas realizadas com profissionais negras, conversas informais com profissionais brancas. O objetivo principal deste trabalho de pesquisa é investigar como se dá a ascensão ou

não ao protagonismo das profissionais negras, tendo em vista a hierarquia de privilégios e as sagas e resiliências das narrativas vividas pelas mulheres negras neste processo.

Nos caminhos percorridos, a partir do objetivo proposto para a pesquisa, citado acima, não há a pretensão de encontrar verdades únicas e concluídas sobre os sentidos percebidos e/ou verbalizados, mas a definição de um ou mais olhares, sobre a forma de combater desigualdades raciais entre mulheres negras e brancas profissionais, nas academias visitadas.

Identifiquei nas análises, algumas diferenças relacionadas à auto percepção sobre a prática de combate ao racismo, entre as profissionais negras que apontam já terem sido discriminadas e as que narram nunca terem sofrido atitudes racistas, no ambiente acadêmico e/ou na sociedade e a descrição das profissionais brancas, sendo que a maioria, ainda não descobriu que existem mulheres negras e/ou já as observou, mas ainda luta com garra para que a mulher negra não venha ficar a seu lado, no ambiente acadêmico. Após leituras e análises retiramos alguns indicadores que observamos através das respostas das entrevistadas.

No ambiente acadêmico, observa-se cotidianamente a *Saga* que a mulher negra carrega. A cada encontro com as entrevistadas, seriam relatados casos vivenciados em suas trajetórias atravessados por muito sofrimento, lágrimas e também uma resiliência explícita de “dominar os efeitos nocivos das adversidades”, conforme José Tavares (2001, p. 118). As Sagas utilizadas na análise das entrevistas foram:

Figura 4 - Mulher Negra Saga

Mulher Negra – Saga			
<i>Racismo Institucional</i>	<i>Violência Simbólica</i>	<i>Acesso ao protagonismo</i>	<i>Olhar das mulheres brancas</i>

Fonte: Autora.

A mulher negra, observa-se, traz cortes identitários profundos. Estes se traduzem tanto na fala, ao manifestarem seus sentimentos, suas dores, que talvez estivessem escondidos há anos, quanto nos momentos de silêncios que aconteceram durante seus relatos. Este silêncio pode ter sido usado como uma maneira de esconder, não falar de sua dor, deixá-lo quieto, porque é muito doloroso lembrar-se de discriminações/dores sofridas. Sabe-se que as mulheres negras estão na última posição na pirâmide social brasileira.

6.2 RACISMO INSTITUCIONAL

Segundo Nilma Lino Gomes (1995) o racismo institucional é definido como:

O racismo institucional pode ser definido como as práticas, as leis e os costumes estabelecidos que, sistematicamente refletem e provocam desigualdades raciais em uma determinada sociedade. As principais instituições onde se manifesta são: a economia, o sistema jurídico e a educação. (GOMES, 1995, p. 55)

As práticas e os costumes estabelecidos que provoquem desigualdades raciais, em nosso meio, estão estabelecidos e arraigados em nossa sociedade. Infelizmente, nossa sociedade nega que é racista e, desta forma o racismo tende a aumentar e se propagar e, invadir as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais e educacionais dos negros. Kabengele Munanga (2006) traz as práticas discriminatórias como fomentadas pelo Estado ou com seu apoio, conforme segue:

A forma institucional do racismo, ainda segundo esses autores, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos, tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história do povo negro no Brasil. (MUNANGA, 2006, p. 180)

Analisando sob a ótica dos autores acima e as entrevistas que realizei nas três universidades observei que o racismo institucional está muito presente, no ambiente das mulheres negras profissionais. As práticas discriminatórias são cotidianas, estabelecidas e, na maioria das vezes, as mulheres brancas não se dão conta do que dizem. Também não refletem o que falam. Inclusive, algumas profissionais começaram a refletir a partir de meus questionamentos, nas entrevistas. Ou então muitas vezes havia contradição em suas palavras e afirmações. Afirmar a palavra “negra”, para algumas é difícil. A desinformação sobre Educação das Relações Étnico-Raciais entre os profissionais da educação é muito grande. Abaixo, alguns relatos das profissionais:

[...] porque racismo todo mundo, sofre só quem é negro sabe o que é racismo. (Univ. A, profª, negra).

[...] eu já ouvia. Já estava acostumada a ouvir piada de preto, cabelo ruim. Então na sala de aula, não foi novidade para mim, que me tenha bloqueado. Eu já estava acostumada. (Univ. A, profª, negra).

[...] tinha 8 ou 9 anos. Eu era a única negra e eu não tinha me dado conta disso. Sabe quando me dei conta, quando eu vinha descendo a escola de Freitas, sempre tem o corrimão. E, eu muito santa ia e vinha e quando eu caí

embaixo dei de cara com a madre. E a madre olhou para mim e disse assim: “Prá diabo só falta o rabo, porque preta tu á és”. Aquilo foi um choque, eu conto pras minhas alunas até hoje. Eu não tinha me dado conta no meio de tudo que eu era a única criança negra. (Univ. B, profª, negra)

6.3 VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS

As mulheres negras ao longo da história manifestam-se através de Movimentos Negros, ONGs, Fóruns, Associações, dentre outras, porém ainda tem muito trabalho a realizar. Alzira Rufino (2006), narra a partir da mulher negra que, muitas vezes com diploma universitário, não consegue exercer a profissão para a qual estudaram durante longos anos:

Mesmo com diploma de curso universitário, poucas mulheres negras conseguem exercer a profissão para a qual estudaram arduamente. Não são tão raros os casos em que tem que continuar trabalhando como empregadas domésticas e faxineiras diaristas apesar de terem o curso superior. (RUFINO, 2006, p. 134)

A tradição de manter a mulher negra como serviçal data da época da Abolição da Escravatura. Infelizmente, em algumas instituições acadêmicas continua a mesma tradição. A mulher negra continua sendo humilhada e estereotipada como “incapaz de pensar”, “para o branco é uma dor ver o negro numa posição melhor”, “mulheres negras sem propriedade”, “negras reproduzem o branqueamento”, entre outras, são crenças socialmente compartilhadas que, em muitos espaços acontecem e inserem a mulher negra num contexto de excluída. Ao passo que às mulheres brancas a situação é diferenciada, de acordo com Alzira Rufino (2006):

Enquanto que as mulheres brancas estão rompendo estereótipos e atingem números significativos em áreas antes restritas aos homens, as mulheres negras ainda tem que lutar para ter acesso a funções como secretárias ou recepcionistas, ocupações tidas como “femininas”, mas que podem ser melhor descritas como “femininas e brancas”. (RUFINO, 2006, p. 134)

Nestes contextos, estão inseridos alguns dos diálogos que ouvi das professoras negras, nos ambientes acadêmicos. A maioria das mulheres negras está inserida em funções subalternas e, em vista disto não são respeitadas em seus fazeres profissionais, tendo em vista que as mulheres brancas estão preenchendo espaços e, sempre que possível descartam as mulheres negras. Entre mulheres brancas, há muita luta pelo poder. Tem suas disputas, porém quando necessário se agregam para que permaneça o mesmo clã. A seguir, alguns trechos das falas das mulheres.

[...] seleção, porque a seleção, a vaga é de acordo com o curso. E o nosso é Pós-graduação de Ciências ou Matemática. Então ele tem que ser formado em Ciências ou em Matemática. De Ciências do Curso de Biologia só tem eu e eu estou aqui. Matemática acho que não tem. Não tem mesmo na Matemática. Ele fez doutorado na UFRGS. Negro como eu e tu, de se olhar e dizer é negro. Por que a professora L. é “lusque fusque”. E ele é novinho, mas houve uma negativa que eu não sei. Ele não ficou. Aí o que aconteceu. Ele fez concurso em Rio Grande na Federal e ele mora em Rio Grande. É casado com uma branca [...] E ele não ficou aqui. Era isso ou era aquilo. Não sei o que, não sei que lá. (Univ. B, profª, negra)

[...] disse pro M. que gostaria de trabalhar essa parte de negros, fazer pesquisa sobre negros e voltar às doenças que afetam mais a população negra. Aí eu fui lá na Educação, porque eu sabia que tinha um grupo. Mas, sabe que eu entrei na porta elas já me conheciam, embora nosso curso seja mais antigo do que o da Educação. Aí eu e negra)ntrei na sala, tem alguém que prá mim era normal sobre negro não sei. “Aqui ninguém trabalha com negro.” Então, não entendi. (Univ. B, profª, negra)

Então, eu vou te contar eu fiz o concurso para a UFRGS, sou cria da UFRGS. Fiz a graduação, fiz dois Pós-graduação na UFRGS e, uma Pós-Graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. [...]eu fiz uma bagatela de provas: a prova escrita, a entrevista, o currículo, a prova didática. Por isso eu digo que o problema está na entrevista. Ninguém pode provar. (...) trabalho há anos com metodologia de ensino. E, no dia da prova, não antes da prova didática soube que na entrevista, eu fiquei com a média 8,8 e, eram duas vagas e a que ficou em primeiro lugar tinha um décimo acima de mim e no segundo lugar dois décimos. Aí, eu disse, E. por que eu não entrei? Aí ela disse: “porque na soma tu ficaste com menos e nós somamos religiosamente os pontos.” Ela já havia me dito que a minha aula tinha sido excelente, e porque a minha média ficou 8,8? Questionei e ela apenas me respondeu: “Eu sigo as regras do concurso”. (Univ. B, profª, negra)

[...] mas eu lembro de uma situação em que um colega meu me chamo de macaca e a professora virou um bicho. Eu não tinha nem prestado atenção no que ele tinha dito sabe ele falou assim: ele encheu a boca para dize eu olhei assim tipo, da onde, sabe aquilo não era familiar para mim, não me dizia nada e a professora ficou braba levou o aluno para o SOE. Não sei qual área naquela época, e por ele ter se comportado mal, por aquilo ter sido inadmissível. (Univ. B, tutora, negra)

6.4 ACESSOS AO PROTAGONISMO

Conforme John Land Carth, Roque Santos e Cristino Rocha (2011, p. 65), “O que mudou na vida do povo negro, especialmente na vida das mulheres negras, após a Abolição da Escravatura? Ser escravo é igual a ser negro (a)? Em que medida as leis abolicionistas produziu um efeito positivo na vida deste povo?”

Observa-se que a situação das mulheres negras, nas instituições de ensino, revela o quanto às mesmas estão longe de um possível acesso ao protagonismo. Com exceção da Universidade “C” – que tem uma Coordenadora do Neabi protagonista – e tem um Neabi consistente, ainda há necessidade de outras ações a serem empreendidas, junto a alunos e professores. Em ações afirmativas, as outras universidades têm muito a

empreender para que negros, especialmente as mulheres negras tenham acesso e permanência nestes espaços, principalmente em cargos administrativos e de coordenação.

De acordo com nossas observações, nas instituições de ensino, as mulheres brancas ocupam a maioria dos cargos. Dentre estas, algumas exercem funções consideradas de coordenação, porém não tem no quadro de trabalho funcionárias negras. Das poucas mulheres negras que estão trabalhando nas universidades, algumas acessam ao protagonismo, através de suas titulações, de oportunidades oferecidas ou por se destacarem nas atividades que realizam. Entretanto, através das entrevistas pudemos observar que raramente as mulheres brancas convidam as mulheres negras para trabalharem consigo, quem o faz são os homens brancos.

Importante destacar, que as mulheres negras que ascendem ao protagonismo estão mais sujeitas a serem discriminadas e a sofrerem por estarem exercendo uma função que, naturalmente, não é a sua.

Algumas citações das entrevistadas:

O professor me comentou que as mulheres estavam muito masculinas e por isso os homens acabavam pendendo a homossexualidade masculina. Então perguntei se ele estava querendo dizer que as mulheres eram as culpadas? Foi isso que eu entendi? Aí, para me responder ele trouxe uma questão racial. Disse: M. é engraçado tu ter comentado isto sabe que eu me lembro porque quando eu estava no colégio tinha só um aluno negro e ninguém queria sentar perto dele. Ninguém gostava dele aí ele terminou de contar a historinha eu digo professor o senhor não me respondeu. Insisti tanto e a turma também, então essa situação que eu imaginei que ele estava tentando calar a minha boca trazendo uma questão racial, tipo assim: te coloca no teu lugar. (Univ. B, tutora, negra)

Tanto a mulher branca (sic) existe toda uma facilidade de identificação e representação desta mulher branca. Ela vai para o cinema ela se vê ali, ela vai as revistas ela se vê ali, ela vai para as escolas ela se vê representada ali e bem representada em lugares muito que ela quer representar algum daqueles. Esta é a grande diferença que eu vejo na construção identitária da mulher negra, da criança que se vê em tão poucos lugares representados. (Univ. C, profª, branca)

6.5 OLHAR DAS MULHERES BRANCAS

Muitas das afirmações que estão sendo observadas pela maioria das entrevistadas brancas é que haja mais conhecimento, aprendizagens, qualificações para as mulheres negras. Sabe-se da realidade leopoldense, rio-grandense e brasileira que mulheres negras estão fora das escolas, estão às margens dos morros, nos espaços de

invasão, no tráfico, entre outros. Então, como a população negra poderá ter acesso a todos estes serviços que a população branca tem com bastante facilidade?

Observa-se que esta é mais uma estratégia que está sendo usada para afirmar que os negros, principalmente as mulheres negras “não querem estudar”, pois as condições estão postas. O que lhes falta? Este não enxergar a realidade é um artifício cômodo, quando não se quer envolver e ver o que acontece com a população negra com as mulheres negras. Entende-se que são necessárias políticas públicas mais pontuais, para que a população negra possa engajar-se na disputa por melhores condições sociais e, principalmente raciais. John Land Carth, Roque Santos e Cristino Rocha (2011) citam com muita propriedade:

Falar da mulher negra exige, de certa forma, uma releitura dos processos de interações, dos estereótipos, do reflexo do racismo na vida das mulheres negras e o papel da educação como instrumento de transformação radical ou de reafirmação e perpetuação da exclusão e da exploração desse segmento gênero/raça. (CARTH; SANTOS; ROCHA, 2011, p. 69)

A educação como instrumento de transformação radical e a adoção de ações políticas que tragam mudanças na vida da população negra, especialmente as mulheres, é que gradualmente trarão benefícios aos afrodescendentes. Relatos das entrevistadas:

E acho que a mulher negra tem defasagens maiores para começar a se juntar mais, ter mais força junto com a mulher branca. Tem outros pontos que as mulheres brancas já conseguiram conquistar. Talvez este do trabalho seja um. Talvez não, é um. Porque se tu olhar aqui, a quantidade de mulheres brancas, o que a gente não tem da mulher negra. (Univ. C, profª, branca)

Acredito que esse processo é real e avança em passos lentos. Esse avanço, mesmo que lento, é perceptível, na medida em que se observa a mulher negra cada vez mais segura, forte e empenhada em atingir seus objetivos de vida. (Univ. A, profª, branca)

*[...] eu acho que ainda nossa sociedade é bastante machista. Apesar de enfim da mulher hoje estar presente nos setores em todo segmentos e cada vez mais perceber que, enfim são diferentes homens e mulheres acho que tem suas diferenças. Acho que não tem como não ter as diferenças de gênero, mas enquanto seres humanos, enquanto pessoas considerando estas diferenças acho que tem que existir uma igualdade, uma igualdade de oportunidades, igualdade em termos de **salários**, então o que eu vejo hoje em dia, talvez as oportunidades eu acho que o mercado vê já muitas qualidades, porque não vão empregar uma mulher, ela engravida e daí tem a licença maternidade [...] (Univ. B, profª, branca)*

A *Resiliência* enfrentada pela mulher negra para superar e resistir a todas as investidas diárias que são emitidas por mulheres brancas, quais sejam, de forma direta ou indireta. As mulheres negras cotidianamente precisam estar preparadas para “como superar pressões às reações adversas”, as quais não podem cair no senso comum.

De acordo com experiências que acontecem em nossa militância diária, as adversidades estão presentes nas mais diversas situações e, precisamos estar atentas, porque os conflitos surgem para testar nossa resiliência. Além das investidas que enfrentamos como mulheres negras, ainda argumentamos junto ao sujeito branco, que nossa cultura africana é diferente da cultura eurodescendente.

A mulher branca não parou para perguntar-se: afinal quem eu sou? Como me reconheço diante de situações que preciso enfrentar junto a mulher negra? Entendo e respeito sua cultura? Afinal, até que ponto está invadindo seu espaço? As ações e atitudes da mulher negra são diferentes. Ela historicamente serviu a mulher branca como sua servil. A mulher negra não invade o espaço da mulher branca. A detenção do poder e, por fazerem parte da maioria, a mulher branca exclui a mulher negra, quando esta tenta ocupar o seu espaço.

A resiliência da mulher negra, em algumas ocasiões, é colocada à prova para saber até que ponto ela resiste: como mulher negra que tem consciência de seus atos, como vê sua negritude e da segurança de sua identidade.

E, dentre resiliências encontradas nas entrevistas iremos citar as que mais se destacaram:

Figura 5 - Mulher Negra - Resiliência

Mulher Negra – Resiliência			
Autoestima	Família	Formação	Criticidade

Fonte: Autora.

Percebe-se que atitudes ditas ou não ditas violam o princípio de discriminação, principalmente nas mulheres negras. As violências simbólicas acontecem da parte da mulher branca como “instinto natural”, ou seja, não queria dizer isto, ou você entendeu errado, pois não era esta a palavra e, neste caso jogando a culpa para a mulher negra. Que, muitas vezes, recebe esta culpa como se fosse uma atitude normal da mulher branca.

Mulher branca e mulher negra precisam unir-se, trabalharem junta, somarem forças para o bom desempenho da Educação das Relações Étnico-Raciais, nas universidades. A mulher negra é marcada por uma saga de sofrimentos e resiliências diárias a superar.

As mulheres negras conscientes, que estão ajudando a redimensionar a história, buscam novos rumos e caminhos através da inserção em movimentos negros e feministas, para enfrentar e resistir às resiliências que lhes são impostas. A capacidade de resiliência entre as mulheres negras é significativa e faz parte do ser mulher afrodescendente. Diagnósticos, estudos e observações foram realizados a fim de diagnosticar resiliências das entrevistas junto às mulheres profissionais:

6.6 AUTOESTIMA

A mulher negra precisa estar constantemente com a autoestima elevada. Existem situações difíceis a serem enfrentadas na caminhada das mulheres negras que a resiliência conjuntamente com a autoestima são fundamentais para as mulheres.

Schuma Schumacher e Érico Brazil (2007) afirmam em relação às mulheres negras em cena:

[...] com maturidade e maestria, as afro-brasileiras foram revertendo esta posição. Focalizaram intencionalmente as suas trajetórias e as de suas ancestrais, chegando à conclusão de que “olhar para o próprio umbigo” era um caminho essencial para trazer à tona suas especificidades de corpo, trabalho, afetividade, família, e mais especialmente assim poderiam de fato contribuir para transformar a sociedade e extirpar, de uma vez por todas, a discriminação racial. (SCHUMACHER ; BRAZIL, 2007, p. 330)

É uma de minhas dimensões mais ricas a desconstruir imaginários tão negativos do povo e do coletivo e, ao mesmo tempo, ir afirmando identidades positivas no imaginário social e nos próprios coletivos das mulheres negras. A autoestima entra em cena a partir da afirmação de identidades positivas, do processo destas identidades, para então ir acontecendo e se constituindo orgulho de ser mulher negra. Abaixo, detalhes de algumas entrevistadas:

[...] eu me lembro também nessa questão de auto estima auto imagem e tal. Quando eu estava na terceira série eu mal sabia mal dominava o português. Eles traziam as revistas Éboni, sabe as revistas dos Estados Unidos que é uma revista com recorte étnico-racial. É uma revista negra norte americana eu me lembro que eu folhei aquela revista assim com gosto. Me achei, porque eu via naquela revista as propagandas das modelos que eram negras. As entrevistas eram com pessoas negras. Tudo sabe, podia ter uma mão segurando um cigarro que fosse e, era uma mão negra. Aquilo ali, uau! Então, isso pra mim foi um referencial muito forte. A minha boneca, primeira boneca que eu ganhei que eu carregava comigo e tenho até hoje que é a Janaina. (Univ. B, tutora, negra)

[...] não tenho medo de falar negro não tenho medo de falar preto, eu sei que não vou ofender ninguém sabe. [...] tem gente que tem medo de falar, eu não vou te ofender? Tu não me ofendes isso não é ofensa entende [...] isso pra

mim é muito tranquilo, mas não é eu sei que isso não é a realidade de todo mundo né, então, mas por causa disto isto me abre muitas portas sempre me abriu, porque então teoricamente eu cheguei à conclusão que de cara, eles não iriam me chamar para nada certo, então eles teriam que ver algum potencial em mim (Univ. A, profª, negra)

[...] e fui pro Rondon¹⁸ pela PUC. A única negra que foi pro Rondon. O que eu vou te dizer eu não tinha aquela coisa de dizer que é negra ou não. Eu sabia que nós éramos poucos, isto sim. O que eu observava, que sempre tinha uma surpresa de alguns. Isto sim. (Univ. C, profª, negra)

6.7 FAMÍLIA

É muito importante a figura materna e paterna negras, seja como referência de origem racial negra, seja como aqueles que ensinaram à mulher negra a complexa discussão sobre raça e, como perpassar questões constrangedoras e lidar com as questões raciais. Nilma Lino Gomes (1995, p. 120) assegura que: “Os pais ou os responsáveis são os primeiros a apontar para a criança negra o seu pertencimento racial, a valorização ou não da sua cultura.” A família cumpre um papel muito importante na vida de uma criança negra, pois ali ela aprende a reconhecer “o outro”, ou seja, a criança negra como boa ou não boa e também a valorizar sua cultura.

A família, muitas vezes na figura da mãe, mostra às filhas afrodescendentes que a mulher necessita resistência para transpor todas as dificuldades que envolvem a nós, mulheres negras. É a resiliência que nos leva a desenvolver certas capacidades em nós, quais sejam obstinação em, com firmeza, resolver as adversidades que diariamente precisamos transpor, nas questões étnico-raciais.

Eliana de Oliveira (2006, p. 41), a respeito da família cita que: “[...] podemos considerar que a família tem um papel fundamental na constituição pessoal do indivíduo.” A família negra tem um papel muito importante na transmissão aos filhos da educação da cultura negra, para que os sujeitos negros e negras sejam cidadãos conscientes de sua negritude.

Nas respostas de algumas entrevistadas podemos observar que suas famílias desempenharam um papel importante para suas identidades conscientes, como mulheres negras:

[...] o próprio coral do CECUNE muitas vezes foi canta na escola na época. Nessa época sabe e também por ter sido forjada digamos assim numa família dei movimento negro, porque a minha dinda é a coordenadora do CECUNE

¹⁸ O Núcleo do Projeto Rondon é um espaço de formação e ação multidisciplinar, que possibilita ao estudante a construção de projetos sociais multidisciplinares e, sua consequente aplicação em comunidades com baixo IDH. Disponível em: <http://www.rondon.unb.br/>, consulta 14/09/14, às 23h 41min.

o meu tio não é meu dindo, mas é presidente do CECUNE, então eu andava em baixo das mesa, enquanto eles estava fazendo reunião, entendeu?(Univ. B, tutora, negra)

E eu me lembro de que este meu tio então, era funcionário do Tribunal de Contas, bem colocado, e perguntava para o meu pai se o meu pai não sentia uma discriminação. E o meu pai não. Não, estou nem aí. E não que o meu pai não visse essas coisas, mas, o meu tio carregava esta coisa. Eu vinha de carro e um cara me chamou de negro eu parei xinguei ele. O meu pai disse não estou nem aí, eu estou andando, problema dele. Tinha isso na minha casa. Então, as coisas não faziam casinha. Não que a gente não contasse, não ter visto, não existia. O preconceito não ficava em nós no sentindo de ficar remoendo, nos deixar assim.(Univ. C, profª, negra)

[...] Sabe eles são tem duas ou três irmãs que moram em Porto Alegre, que são mais escuras. Tem que casaram com negros, então a família é mais afro paterno e eles têm essa coisa de dizer fulano fica me olhando, porque sou preto. Sim, tu vai chamar mais atenção se tem vinte brancos e tu é o único negro tu vai chamar mais atenção ponto. (Univ. A, profª, negra)

6.8 FORMAÇÃO

Petronilha Beatriz Silva (2005) cita sobre aquisição de conhecimentos para acabar com estereótipos sobre preconceitos e discriminação raciais:

Todo esse processo de aquisição de conhecimentos e de formação de atitude respeitosa de reconhecimentos da participação e contribuição dos afro-brasileiros na sociedade brasileira requer que preconceitos e discriminações contra este grupo sejam abolidos, que sentimentos de superioridade e de inferioridade sejam superados. Que novas formas de pessoas negras e não negras se relacionarem sejam estabelecidas. (SILVA, 2005, p. 158).

Requerem-se formações para fortalecimento de capacidades de resiliências para que profissionais da educação possam resistir aos desafios, principalmente quanto ao Estudo da Educação das Relações Étnico-Raciais e as especificidades que lhe são inerentes. Maria Aparecida Castro (2001, p. 119) afirma sobre resiliência que: “[...] essa nova dimensão na formação supõe o fortalecimento da capacidade de resiliência dos jovens professores, permitindo-lhes melhor responder aos desafios situados na sua realidade, encorajados a viver a experiência humana de aprender e ensinar.”

Em minhas análises, observei que muitas mulheres negras consideram a formação, o estudo como um caminho para atingirem uma melhor posição na sociedade e também financeira. Às vezes, decepcionam-se porque não encontram emprego de acordo com sua formação, no mercado brasileiro, porém sabem que o racismo institucional está instalado em todos os segmentos de nossa sociedade.

Sueli Carneiro (2011, p. 51) afirma sobre a educação para os sujeitos negros: “O Estado brasileiro tem se esmerado em dar à educação o caráter universal que ela, sem

dúvida, tem. No entanto, não é possível dizer que a população negra tenha se beneficiado exemplarmente desse princípio.”. A preocupação maior é que todos tenham educação, porém a população negra ainda não se beneficiou desta. A seguir, algumas citações das entrevistadas:

[...] era uma escola técnica que tinha muito menino então tinha poucas mulheres era uma escola técnica de informática e eletrônica. Colégio Santo Inácio lá na onde fez a Arena. [...] aí o colégio foi pra zona sul e aí lá, então me lembro de mais da marca gênero do que da marca raça, porque realmente nós tínhamos poucas mulheres no ensino técnico. (Univ. B, tutora, negra)

Entrei para a PUC, fiz cursinho, fiz vestibular. Fiz minha faculdade toda na PUC. Eu acho que eu era a única negra, realmente da PUC. Então na PUC, quando tu entras para o meio universitário era exatamente na época quando eu entrei, eu entrei exatamente em 78, eu entrei com 17 e depois fiz 18. Depois a gente se encontrava e diziam que tinha 10 alunos negros, todos nós éramos amigos, todos nós íamos à Floresta Aurora, todos nós não sei o que, todos nós éramos do mesmo grupo de negros – não estou dizendo que não houvesse outros negros. Eu vivi aquele período em que se montou um grupo para discutir as questões negras na Floresta, em que o Oliveira era o mais velho, claro. Ele era bem mais velho que a gente, fazia parte e outros tantos que estão aí faziam parte deste grupo. (Univ. C, profª, negra)

6.9 CRITICIDADE

É importante que mulheres negras sejam críticas, para reverterem situações pontuais de racismo, discriminação que estejam atravessando, por que sabemos que estas situações são vivenciadas cotidianamente. Para ingressar/trabalhar com situações novas como cargo novo, coordenação de grupo, romper limites para lidar com posições de racismo são necessárias capacidades de resiliência para superar e novamente estar pronto para reiniciar novos desafios. Helena Ralha-Simões (2001, p. 112) destaca que “[...] o que importa para compreender a resiliência é tentar reconstituir como e que as características protetoras se desenvolveram e de que modo modificaram o percurso pessoal do indivíduo”.

As críticas construtivas, as observações pontuais, as defesas da cultura negra são atos necessários para seguir os caminhos difíceis, tortuosos que a cada momento nos deparamos nas questões étnico-raciais. Sabe-se que algumas profissionais negras aderem a esta forma de resolver as situações com criticidade, que sempre funcionam e reverterem muitos fatos e acontecimentos.

A análise que realizei em relação às respostas de nossas entrevistadas, foi com um olhar cuidadoso, visto que agiram de modo pessoalizado, de acordo com as situações vivenciadas, de maneira criativa.

Na universidade tive assim uma vida acadêmica muito rica, adorava, porque fui de DCE e de DA. Até porque era o período da Abertura e nos éramos extremamente políticos. A discussão era política pura. Claro brigando sempre pelas minorias, pela justiça social, mas para todos, para toda a população mais pobre que não tinha condições, jovem. (Univers. C, profª, negra)

[...] a gente tem encontros de não sei o que de italianos, a gente vai final de semana, porque tem não sei o que, tem o caminho das pedras, tem o vale dos vinhedos, tem o vinho. [...] esses dias estava falando que eu entendo perfeitamente o italiano, não falo, não acho bonito sonoro, mas entendo o dialeto italiano e o italiano, o inglês eu tenho que ler, pensar, traduzir daí vai [...] italiano eu ouço, porque é sonoro. É o lugar, então é mais forte do que a cor é a cultura. O que eu vejo é levar a cultura negra para a para a primeira série [...]. (Univ. A, profª, negra)

Observei nas visitas às universidades, que as mulheres negras com conhecimentos de sua cultura negra têm um processo de identidade consciente, questionam as adversidades e sabem lidar com as resiliências que se apresentam com maior naturalidade e segurança. A superação dos estereótipos deixa de ser um problema à medida que a mulher negra está com sua identidade consciente. Muitas mulheres trabalharam em Movimentos Negros em ações reparativas para a população negra. Kabengele Munanga (2006) cita Luísa Mahim, participante ativa na Revolta dos Malés (1835) e da Sabinada (1837) como uma das mulheres que lutaram pelo povo negro:

Oriunda da etnia jêje-nago, da etnia Mahi, dizia ter sido princesa na África. Luísa Mahim foi perseguida pelo Governo da Província e foi para o Rio de Janeiro, onde também participou de outras insurreições negras, sendo, por isso, como relatam os historiadores, de portada para o continente africano. Ainda na Bahia, teve um filho com um fidalgo libertino português, Luiz Gonzaga Pinto da Gama, que se tornou um grande poeta e ativo abolicionista. Por iniciativa do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, em 9 de março de 1985, seu nome foi dado a uma praça em Cruz das Almas, bairro da capital paulista. (MUNANGA, 2006, p. 213).

Luísa Mahim superou os estereótipos da cor através de sua dedicação, foi perseguida pelo Governo da Província, mas sempre com garra e resiliência não se subjugou a condições de inferioridade que a sociedade impunha às mulheres negras.

7 CONCLUSÕES

A vida das mulheres negras é permeada de caminhos, trajetórias tortuosas, na maioria das vezes difíceis de trilhar. Ao olhar para trás lembro quantas dores vi minha avó passar junto a nós família e, na sociedade. Convivendo cotidianamente com minha mãe, observo que apesar de tantas sagas que passou, ainda encontra espaço para se preocupar com todos da família, dando-nos conselhos e atenção, numa contínua resiliência.

Lembrando minha trajetória vejo que muitas barreiras foram e estão sendo vencidas, sempre de mãos dadas com a resiliência, nossa companheira constante. Minha vida de trajetória de infância, adolescência e adulta pessoal foi permeada de percalços, sofrimentos e muitas exclusões. Passei a me dar conta de todas as sagas e resiliências, a partir do momento que comecei a me envolver com minha identidade de mulher negra. A dissertação contribuiu para que isso fosse resgatado.

O aprofundamento teórico e metodológico complementou as lacunas deixadas pela exclusão e faltas de oportunidade para todas as mulheres negras. Os referenciais teóricos foram importantes para a compreensão de todos os fatos históricos voltados para as mulheres negras. Os conhecimentos sistematizados nas três universidades e com as companheiras negras que ampliaram horizontes de forma mais crítica e consciente sobre a identidade e a história afrodescendente, sobretudo na Região Sul do país. As experiências vividas ao longo do trabalho fizeram com que meu horizonte me apontasse uma nova epistemologia voltada para gênero, e principalmente voltada para saga e resiliência.

Todos os estudos realizados observaram o quanto nossas academias precisam abrir horizontes, caminhos e oportunidades para que as mulheres negras estejam mais presentes nestes espaços de saber. A constante inserção nas universidades pesquisadas mostrou o quanto a mulher negra ainda está ausente, em maior número nas academias, como professora, em funções de coordenação, como participante da cúpula diretiva de cursos de graduação, entre outros. Verificamos que nos cursos de Mestrado e Doutorado a presença da mulher negra, quer como aluna, como docente ou como funcionária administrativa ainda é precária.

Observamos também que muitas mulheres negras não são incentivadas a ascenderem a cargos, as mulheres não são vistas, não são lembradas, não são chamadas a participarem de atividades diferenciadas, nas instituições de ensino. Estão invisíveis

nas universidades. Esta visibilidade é natural com a mulher branca, que é a maioria, porém poucas estão em cargos de coordenação. As mulheres brancas consideradas coordenadoras não agregam as mulheres negras, para compor seu grupo, pois chamam outras mulheres brancas.

Sabemos por outro lado, que poucas mulheres negras podem ser chamadas a compor esta equipe, porém as que estão aptas e exercendo atividades não são convidadas. Ainda precisamos incentivar essa temática da saga e da resiliência em nosso cotidiano. As profissionais negras entrevistadas precisam reafirmar suas heranças identitárias por meio de estudos sobre a história e a identidade negra em diversos campos dos saberes.

Descobri que precisamos sair de nós mesmas e, ao trilhar outros espaços acadêmicos lançamos novos olhares para a realidade das mulheres e da cultura negra. São novos conhecimentos que estarão auxiliando a desmitificar os estereótipos existentes entre mulheres brancas e mulheres negras. Ambas precisam buscar a sistematização de novos conhecimentos nas relações ainda muito veladas.

Quando a mulher branca se questionar: qual é a minha cor, quem eu sou, como estou lidando com meu racismo, como trabalhar com meu racismo, o que conheço da cultura negra, como vejo a mulher negra, que oportunidades ofereço a mulher negra, entre outras, é que a Educação das Relações Étnico-Raciais estará inserida nas instituições de ensino.

Sei que ficaram muitas interrogações, questionamentos e curiosidades com mulheres negras e brancas, sujeitos de nossa pesquisa. Isto contribuiu para o nosso entendimento e compreensão Por que poucas mulheres negras conseguem chegar ao patamar do ensino superior e não são valorizadas. Por que a Educação das Relações Étnico-Raciais não faz parte dos currículos das universidades. Como discutir a temática negra junto às profissionais brancas e negras no mundo acadêmico. Porque no corpo de funcionários das universidades existem poucas mulheres e ainda são invisíveis.

REFERÊNCIAS

AINDA mais discriminada mulher negra recebe 50% menos que homem branco. **Causa Operária**, 20 nov. 2012. Disponível em: <http://www.pco.org.br/conoticias/imprimir_materia.php?mat=38954>. Acesso em: 06 out. 2013.

ALLGAYER, Eni. **Escravidão, negros & índios**: realidade, histórias e mitos. Porto Alegre: Rigel, 2005.

AMARELINHA. Wikipédia. 2014. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Amarelinha>>. Acesso em: 9 mar. 2014.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION - APA. **Dicionário de Psicologia da APA**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. **Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras**. [2013]. Disponível em: <<http://www.amnb.org.br/site/>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. **Mulheres negras nas conferências**: 2011. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://amnbnasconferencias.wordpress.com/quem-somos>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MULHERES NEGRAS. **Histórico**. 2013. Disponível em: <<http://www.acmun.org.br/historico.php>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **A temática afrodescendente**: aspectos da história da África e dos afrodescendentes no Rio Grande do Sul. Cadernos IHU- ano 5 – Nº 22 - São Leopoldo, 2007.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista de Estudos Femininos**, Florianópolis, vol. 7, n. 2, p.659-688, 1999.

BARCELLOS, Daniela Schiller. **Relações Inter étnicas em São Leopoldo durante o fim da escravidão brasileira**. 2013. 63 f. (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História) - Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W ; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BENSUSAN, Hilan. **Heterossexuais, heteroraciais, heteroculturais**: as colonizações das mulheres negras. Brasília, UNB, 2005. Disponível em: <http://www.academia.edu/377034/Heterossexuais_Heteroraciais_Heteroculturais_As_Colonizacoes_Das_Mulheres_Negras>. Acesso em: 12 out. 2013.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. **Psicologia social do racismo**: estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BORGES, Rosane da Silva. **Sueli Carneiro**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BRASIL. Censo 2010 mostra as características da população brasileira. **Portal Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/07/02/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 14 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**. Brasília: 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Domicílios particulares permanentes, Valor do rendimento nominal médio mensal per capita e mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar. **Banco de dados agregados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=3563#nota>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Sala de Imprensa – Notícias**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1>. Acesso em: 08 nov. 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Tabela 1 Sala de Imprensa – Notícias**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1>. Acesso em: 08 nov. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Política para as Mulheres. **Plano nacional de política para as mulheres: 2013-2015**. Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei n. 4.244 - de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1942.

BRASIL: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CANTO Africano. Disponível em: <http://conversadeportugues.com.br/2013/10/cancao-do-africano/comment-page-1/> - consulta dia 01/07/14, às 21h 38min.

CARNEIRO, Sueli. **Mulher negra: política governamental e a mulher**. São Paulo: Nobel – Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARTH, John Land ; SANTOS, Roque Manoel dos ; ROCHA, Cristino Cesario. **Gênero em Contexto Machista-Racista**. Clube dos Autores, 2011.

CASTRO, Maria Aparecida Campos Diniz de. Revelando o sentido e o significado da resiliência na preparação de professores para atuar e conviver num mundo em transformação. IN: TAVARES, José. **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAGAS, Conceição Correa das. **Negro uma identidade em construção: possibilidades**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CHAVES, Evenise Santos. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 8, n.2, p.29-37, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000200004>. Acesso em: 30 mai. 2013.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**: Da senzala a guerra do Paraguai. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Marisa Vorraber. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CRIOLA. **Quem somos**. Rio de Janeiro, [2012]. Disponível em: <http://www.criola.org.br/quem_somos.htm>. Acesso em: 8 abr. 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **O que é o Dieese**. 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos.html>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ENSINO PRIMÁRIO. Wikipedia. 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ensino_prim%C3%A1rio>. Acesso em: 9 mar. 2014.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

FOLLMANN, José Ivo. Processos de identidade *versus* processos de alienação: algumas interrogações. **Identidade**, São Leopoldo, v. 17, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/325/384>>. Acesso em: 01 ago. 2013.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Brasil afro-brasileiro**. 2. edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa**: direito de todas e cada uma das crianças e dos adolescentes. Brasília: UNICEF, 2012. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/OOSCI%20Reports/brazil-oosci-report-2012-pr.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2013.

FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS. As mulheres negras e a inserção no mercado de trabalho. **Comunicação Social Da FUNCEF**. 2012. Disponível em:

<http://www.funcef.com.br/ccom/PageSvr.aspx/Get?id_doc=5055>. Acesso em: 17 nov. 2013.

GARCIA, Januário. (Org.). **25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

GELEDÉS: Instituto da Mulher Negra. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/geledes>>. Acesso em 23 mar. 2014.

GIROUX, Henry A. Por uma Pedagogia e política da branquidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p.97-132, 1999.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p.167-182, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

GONÇALVES, Juliana. Mulheres negras e o mercado de trabalho. **Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades**, 27 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.ceert.org.br/programas/juridico/noticias/noticia.php?id=2097>>. Acesso em: 14 set. 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Guerreiras da natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

GRIOT. Wikipedia. 2013 Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Griot>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HENRIQUES, Ricardo; CAVALLEIRO, Eliane. Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da Agenda do Ministério da Educação. In: MEC. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.3, n.2, p. 464-478, 1995.

KRAMER, Sonia. O papel social da Educação Infantil. **Textos do Brasil**, Brasília, n.7, 1999. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista7-mat8.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2014.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: KABENGELE, Munanga (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Identidade Étnica em reconstrução**: a ressignificação da identidade étnica de adolescentes negros em dinâmica de grupo na perspectiva existencial humanística. Belo Horizonte: O Lutador, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres nas salas de aulas. In: PRIORE, M. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARIA FIRMINA DOS REIS. In: WIKIPÉDIA: A enciclopédia livre. San Francisco, CA, 13 set. 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ra%C3%A7as_humanas>. Acesso em: 09 set. 2013

MARIA MULHER: organização de mulheres negras. Porto Alegre, [2014]. Disponível em: <<http://www.mariamulher.org.br/index.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

MENESES, Maria Paula Gutierrez. Os espaços criados pelas palavras: racismos, etnicidade e o encontro colonial. In: GOMES, Nilma Lino (org.). **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. Desigualdades raciais na educação e a Lei 10.639/03. In: SOUZA, Oliveira (Org). **Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NADAL, Carla Marlise Silva. **A resiliência ao longo da vida de afrodescendentes**. 2007. 171 fl. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NASCIMENTO, Abdias. Família, Escola e Sociedade a construção do silêncio e da submissão na socialização. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado. 1978. IN: SANTOS, Sales Augusto dos. **A Lei 10639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro**. In: MEC. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **O Negro Revoltado**. Rio de Janeiro: GRD, 1968.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Guerreiras da Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008a.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Mulher Negra. In: GONZALEZ, Lélia. **Guerreiras da natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008b.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Jogo de Espelhos: Imagens da Representação de si através dos Outros**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

NUNES, Antonia Elizabeth da Silva Souza; OLIVEIRA, Elias Vieira de (orgs.). **Implementação das diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

OLIVEIRA, Eliana de. **Mulher Negra professora universitária: trajetória, conflitos e identidade**. Brasília: Liber Livro, 2006.

PINHEIRO, Adevanir Aparecida. **Identidade Étnico-racial e Universidade: A dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e as implicações eurodescendentes, em três instituições de ensino superior no sul do País**. 2011. 377 f. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS. **O que é o Prouni?** Brasília, 2008.
Disponível em:
<http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=138:o-que-prouni&catid=23:informas-aos-candidatos>. Acesso em 14 set. 2014.

RAÇAS HUMANAS. In: Wikipédia: A enciclopédia livre. San Francisco, 20 jun. 2013.
Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ra%C3%A7as_humanas>. Acesso em: 30 mai. 2013.

RALHA-SIMÕES, Helena. Resiliência e desenvolvimento pessoal. IN: TAVARES, José. **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

REAL FEITORIA DO LINHO CÂNHAMO. Wikipedia. 2014. Disponível em:<
http://pt.wikipedia.org/wiki/Real_Feitoria_do_Linho_C%C3%A2nhamo>. Acesso em:
07 maio 2014.

REIS, Maria Conceição Casemiro dos. **Conexão Afro**, Guaíba. N. 1, 2012. Disponível em: <<https://conexaoafro.wordpress.com/2012/01/>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

RESILIÊNCIA. In: HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 4. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

RIBEIRO, Fernando. **Mãe Preta**. [Post 26 jun. 2010.]. Disponível em:
<<http://amateriadotempo.blogspot.com.br/2010/06/mae-preta.html>>. Acesso em: 31 out. 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas. 1999.

RUFINO, Alzira. Avanço das mulheres: Que mulheres? **Eparrei**, Santos, v.2, n. 4, p. 12-13, 2003.

SALES JÚNIOR, Rolando Laurentino de. **Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei 10639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: MEC. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/03**/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres Negras no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2007.

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos ; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SILVA, Mozart Linhares da. **Educação, etnicidade e preconceito no Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. revisada, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Currículo Lattes**. 2014. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4780511A0>> Acesso em 22 mar. 2014.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ações Afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban**. São Paulo: UFSCar, 2009.

SOUSA JÚNIOR., Vilson Caetano (Org.). **Nossas raízes africanas**. São Paulo: Atabaque, 2004.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. RJ: Graal, 1983.

TAVARES, José. **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

TOKARNIA, Mariana. Negros ocupam metade das bolsas do Prouni. **Portal EBC**. 2014. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/educacao/2014/05/negros-ocupam-metade-das-bolsas-do-prouni>. Acesso em: 14 set. 2014.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX)**. 2000. Disponível em: <<http://www.fee.com.br/sitefee/download/jornadas/1/s5a3.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2013.

ZUMBI DOS PALMARES. In: WIKIPÉDIA: A enciclopédia livre. San Francisco, CA, 19 out. 2013. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Zumbi_dos_Palmares>. Acesso em: 19 out. 2013.

ANEXO A – LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
------------------	--

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

**ANEXO B - PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES
CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES
ETNICORACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA
AFROBRASILEIRA E AFRICANA**

[...]

3.1 - AÇÕES DO SISTEMA DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Segundo o art. 8º da LDB, a educação formal brasileira é integrada por sistemas de ensino de responsabilidade da União, Estados, Distrito Federal e municípios e dotados de autonomia. A Resolução CNE/CP Nº 01/2004 compartilha responsabilidades e atribui ações específicas para a consecução das leis.

No art. 1º da Resolução, é atribuída aos sistemas de ensino a consecução de “condições materiais e financeiras” assim como prover as escolas, professores e alunos de materiais adequados à educação para as relações étnico-raciais. Deve ser dada especial atenção à necessidade de articulação entre a formação de professores e a produção de material didático, ações que se encontram articuladas no planejamento estabelecido pelo Ministério da Educação, no Plano de Ações Articuladas. Nesse sentido, faz-se necessário:

a) Incorporar os conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todos os níveis, etapas e modalidades de todos os sistemas de ensino e das metas deste Plano na revisão do atual Plano Nacional de Educação (2001-2011), na construção do futuro PNE (2012-2022), como também na construção e revisão dos Planos Estaduais e Municipais de Educação;

b) Criar Programas de Formação Continuada Presencial e à distância de Profissionais da Educação, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com as seguintes características:

I - A estrutura curricular dos referidos programas de formação deverá ter como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e

História da África e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme o Parecer CNE/CP nº 03/2004;

II – Os cursos deverão ser desenvolvidos na graduação e também dentro das modalidades de extensão, aperfeiçoamento e especialização, em instituições legalmente reconhecidas e que possam emitir certificações.

III - Os cursos de formação de professores devem ter conteúdos voltados para contemplar a necessidade de reestruturação curricular e incorporação da temática nos Projetos Político- Pedagógicos das escolas, assim como preparação e análise de material didático a ser utilizado contemplando questões nacionais e regionais.

c) Realizar levantamento, no âmbito de cada sistema, da presença de conteúdos de Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, como estabelece a Resolução CNE/CP nº 01/2004 [...]

V – ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

[...]

5.2 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Como Instituições de Ensino Superior, compreende-se qualquer instituição que se incumba de formação em nível superior de caráter público ou privado. Essas instituições têm seu funcionamento ligado aos documentos legais que normatizam a Política Educacional Brasileira, quais sejam: Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PNE – Plano Nacional de Educação e Diretrizes Curriculares Nacionais que, a rigor, compreendem resoluções do Conselho Nacional de Educação e demais organizações da educação brasileira.

A Resolução CNE/CP 01/2004 em seu Artigo 1º dispõe que as Diretrizes tema deste Plano devem ser “observadas pelas instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, aquelas que mantêm programas de formação inicial e continuada de professores”. No § 1º deste artigo, estabelece que “As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-raciais, bem

como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004”.

Principais Ações das Instituições de Ensino Superior

a) Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à Educação para as Relações Étnico-raciais nos cursos de graduação do Ensino Superior, conforme expresso no §1º do art. 1º, da Resolução CNE /CP n. 01/2004;

b) Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações étnico-raciais positivas para seus estudantes.

c) Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei 11645/2008;

d) Desenvolver nos estudantes de seus cursos de licenciatura e formação de professores as habilidades e atitudes que os permitam contribuir para a educação das relações étnico-raciais com destaque para a capacitação dos mesmos na produção e análise críticas do livro, materiais didáticos e paradidáticos que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e com a temática da Lei 11645/08;

e) Fomentar pesquisas, desenvolvimento e inovações tecnológicas na temática das relações étnico-raciais, contribuindo com a construção de uma escola plural e republicana;

f) Estimular e contribuir para a criação e a divulgação de bolsas de iniciação científica na temática da Educação para as Relações Étnico-raciais;

g) Divulgar junto às secretarias estaduais e municipais de educação a existência de programas institucionais que possam contribuir com a disseminação e pesquisa da temática em associação com a educação básica.

[...]

VII – NÍVEIS DE ENSINO

7.1.4. EDUCAÇÃO SUPERIOR

De acordo com o Parecer CNE/CP 03/2004, as instituições de educação superior devem elaborar uma pedagogia anti-racista e antidiscriminatória e construir estratégias educacionais orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos, bem como se posicionar formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação.

Segundo o IPEA, da população branca acima de 25 anos, 12,6% detém diploma de curso superior. Dentre os negros a taxa é de 3,9%. Em 2007, os dados coletados pelo censo do ensino superior indicavam a frequência de 19,9% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior. Já para os negros, o percentual é de apenas 7%.

As IES são as instituições fundamentais e responsáveis pela elaboração, execução e avaliação dos cursos e programas que oferecem, assim como de seus projetos institucionais, projetos pedagógicos dos cursos e planos de ensino articulados à temática Étnico-racial.

É importante que se opere a distribuição e divulgação sistematizada deste Plano entre as IES para que as mesmas, respeitando o princípio da autonomia universitária, incluam em seus currículos os conteúdos e disciplinas que versam sobre a educação das relações Étnico-raciais.

Ações principais para a Educação Superior

a) Adotar a políticas de cotas raciais e outras ações afirmativas para o ingresso de negros, negras e estudantes indígenas ao ensino superior;

b) Ampliar a oferta de vagas na educação superior, possibilitando maior acesso dos jovens, em especial dos afrodescendentes, a este nível de ensino;

c) Fomentar o Apoio Técnico para a formação de professores e outros profissionais de ensino que atuam na escola de educação básica, considerando todos os níveis e modalidades de ensino, para a educação das relações Étnico-raciais;

d) Implementar as orientações do Parecer nº 03/2004 e da Resolução nº 01/2004, no que se refere à inserção da educação das relações Étnico-raciais e temáticas que dizem respeito aos afro-brasileiros entre as IES que oferecem cursos de licenciatura;

e) Construir, identificar, publicar e distribuir material didático e bibliográfico sobre as questões relativas à educação das relações étnico-raciais para todos os cursos de graduação;

f) Incluir os conteúdos referentes à educação das relações Étnico-raciais nos instrumentos de avaliação institucional, docente e discente e articular cada uma delas à pesquisa e à extensão, de acordo com as características das IES. [...]¹⁹

¹⁹ MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009

ANEXO C - UNIVERSIDADE BENTO GONÇAVES

Campus Universitário Região dos Vinhedos - CARVI

Histórico

Em 1993, quando a Fundação Educacional da Região dos Vinhedos (FERVI) firmou convênio com a Universidade de Caxias do Sul, esta passou a administrar o ensino superior na área de abrangência de Bento Gonçalves, incorporando os quatro cursos superiores que ali eram oferecidos. A Escola de 2º Grau Região dos Vinhedos, também mantida pela FERVI, foi assumida pela Universidade em 1997, e passou a ser denominado Centro Tecnológico Universidade de Caxias do Sul - Unidade de Ensino de Bento Gonçalves.

Com esse convênio, e através da Portaria MEC nº 211, de 19-02-93, nascia o Campus Universitário da Região dos Vinhedos (CARVI), em substituição às duas Faculdades até então existentes. De 736 alunos, em 1992, passou-se, em 2010, para mais de 5 mil alunos, provenientes de mais de 50 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, e 21 cursos de graduação. Fazem parte do CARVI os seguintes centros: Centro de Ciências Sociais de da Educação e Centro de Ciências Exatas, da Natureza e de Tecnologia.

Bento Gonçalves, a cidade sede do CARVI, está inserida numa microrregião com alto padrão de desenvolvimento, destacando-se em sua economia a indústria de vinho, de móveis e o turismo. O Campus está localizado na Alameda João Dal Sasso, nº 800, Bairro Universitário, distante apenas 2 km da Rodoviária, situada no centro da cidade. Ocupa uma área de 64 hectares, com lagos, árvores nativas e jardins.

Seu primeiro Diretor foi o professor José Carlos Köche. De 1998 a 2006 atuou como Diretor do Campus o Prof. Pedro Ernesto Gasperin. Em 2010 toma posse o novo sub-reitor do CARVI, professor Miguel Ângelo Santin, diretor Centro Ciências Sociais.

Centro de Ciências Exatas da Natureza e de Tecnologia - CENT e de Tecnologia

Os Cursos ofertados abrangem as áreas de engenharia, design, sistemas de informação, matemática e ciências biológicas. A UCS mantém unidades em nove

idades, atingindo diretamente uma população de mais de 1 milhão de habitantes. Seu Campus Sede está localizado na cidade de Caxias do Sul, um polo de desenvolvimento industrial com reconhecimento nacional. As demais unidades universitárias estão localizadas nas cidades de Bento Gonçalves, Vacaria, Canela, Farroupilha, Guaporé, Nova Prata, Veranópolis e São Sebastião do Caí.²⁰

Figura 5 - Campus da Carvi – Bento Gonçalves



Figura 6 - Campus da CARVI – Bento Gonçalves



²⁰ <http://www.ucs.br/site> - consulta 22/07/14, às 11h 18min

ANEXO D - UNIVERSIDADE LUTERANA BRASILEIRA – ULBRA

Síntese histórica

A Universidade Luterana do Brasil atua no país há 41 anos, completados em agosto de 2013. Para o cumprimento de sua missão educacional, com base na confessionalidade, disponibiliza os saberes acadêmicos na garantia e na ampliação da cidadania da comunidade que a cerca. A ULBRA assume como Missão institucional desenvolver, difundir e preservar o conhecimento e a cultura pelo ensino, pesquisa e extensão buscando permanentemente a excelência no atendimento das necessidades de formação de profissionais qualificados e empreendedores.

O Início

A abertura de uma escola de ensino básico pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo (CELSP), em 1911, na cidade de Canoas-RS, deu início à sua atuação na área da educação. Das Faculdades Canoenses, criadas em 1972, a Instituição passou à Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). O seu decreto de criação data de 1988 e o seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação veio em 1989. A partir dos anos 80, a ULBRA expandiu sua ação educacional para fora dos limites do Rio Grande do Sul, e passa a caracterizar-se por ser multicampi. Hoje, a ULBRA está presente em 85 cidades distribuídas em 21 Estados do país. Em 20 delas, tem campi universitários e escolas instalados. Em outros 65 municípios, a Universidade mantém polos de educação a distância, número que passa a ser expandido no segundo semestre de 2013.

Já são mais de 160 mil profissionais formados pela Instituição, em todo o Brasil, para atuarem no mercado de trabalho. Na EAD, a ULBRA já formou 56 mil pessoas. Universidade é um espaço onde se desenvolvem projetos inovadores e de relevância socioeconômica, não só para a comunidade acadêmica como para as populações das regiões onde está inserida também. A abrangência nacional dá à ULBRA a experiência para valorizar inúmeras culturas, respeitar as regionalidades e refletir sobre a sua ação e intervenção positiva junto às comunidades. Ensino, pesquisa e extensão direcionam as ações desde a educação infantil aos cursos técnicos de ensino médio, de graduação, graduação tecnológica e pós-graduação, nos níveis de especialização, mestrado e doutorado.

Ensino

A partir de abril de 2009, com a gestão focada exclusivamente na educação, a Universidade recebeu notas 4 e 5 (no índice de 1 a 5) das comissões de avaliação do MEC em mais de 70% dos cursos visitados nos campi do Rio Grande do Sul. O ensino ofertado reflete a capacitação do seu quadro docente, que tem mais de 70% de professores mestres e doutores. Também na modalidade de educação a distância a Universidade se destaca nos conceitos obtidos pelos alunos no ENADE.

A Rede de Escolas da ULBRA, constituída de 17 unidades no Brasil, oferece educação infantil, ensino fundamental e médio, ensino especial para surdos e educação profissional. Presentes em todas as etapas da formação das crianças e adolescentes, as escolas estão empenhadas em formar melhores cidadãos, dando a eles todo o suporte e orientação necessários para que sejam protagonistas da sua própria vida. Esse é um diferencial da Universidade, oferecer a formação educacional em todos os níveis, com a possibilidade do prosseguimento no ensino superior em uma instituição com a mesma filosofia.

Cursos ofertados no país atendem as necessidades regionais:

12 cursos profissionalizantes

236 cursos de graduação e graduação tecnológica presencial

23 cursos de graduação e graduação tecnológica a distância

195 cursos de especialização presencial

30 cursos de especialização EAD

6 programas de mestrado

3 programas de doutorado

Residência Médica; Residência Méd. Veterinária; Residência Multiprofissional em Saúde.

ULBRA em números:

Unidades de Ensino Superior – 15; Rede de Escolas – 17; Total de egressos da Universidade – 160 mil; Total de alunos nas Escolas – 7 mil

Total de alunos no Ensino Superior presencial e a Distância – 59 mil

Egressos da modalidade EAD – 56 mil

Figura 7 - Universidade Luterana do Brasil



Figura 8 - Universidade Luterana do Brasil – Prédio 1



ANEXO E - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Uma universidade de excelência acadêmica e em busca da internacionalização

Apresentação

44 anos de história. A Unisinos, ao longo desses anos, sempre buscou o desenvolvimento, a educação continuada e a capacidade de inovação. Conheça os acontecimentos mais importantes da história da universidade desde a sua criação, em 31 de julho de 1969.

1969 - Em 31 de julho de 1969, Dia de Santo Inácio de Loyola, foi autorizado oficialmente o funcionamento da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. O primeiro reitor da jovem instituição foi o padre João Oscar Nedel.

Década de 70 - A abertura da Avenida Unisinos, com 2,5km de extensão, foi feita em 1973, ligando a BR-116 ao campus. No ano seguinte, iniciou-se a gestão do reitor Padre Theobaldo Frantz e foi realizada a inauguração oficial da atual sede da universidade. Em 1979, foi inaugurado o Terminal Rodoviário, na Avenida Unisinos.

Década de 80 - Em 1981, um grande incêndio, com causas desconhecidas, destruiu o pavilhão B da antiga sede da universidade, no centro de São Leopoldo. Dois anos depois, a Unisinos foi reconhecida pela portaria 453. No ano de 1986, iniciou-se a gestão do reitor Aloysio Bohnen, que confirmou seu nome quatro vezes em um mandato de 20 anos ininterruptos. No mesmo ano, a universidade outorgou o título de Doutor Honoris Causa ao poeta Mário Quintana, na época com 80 anos.

Década de 90 - Em 1990, foi instalado um novo plano de contabilidade, que gerou um orçamento mais transparente na universidade. No ano seguinte, foi publicado o Estatuto da Universidade. Em 1992, um grande impulso na informatização marcou a instituição, com a instalação de 324 computadores e 90 impressoras. No ano seguinte, foi criada a Editora Unisinos e promovido o primeiro curso de MBA Executivo em Gestão Empresarial. Em 1994, em comemoração aos 25 anos da Unisinos, foram inaugurados o Anfiteatro Pe. Werner e a Pista Atlética.

O ano de 1995 foi marcado pelo aumento significativo no número de mestres e doutores, e pela criação oficial do Instituto Unilínguas. No ano seguinte, foram

concluídas as ampliações do Centro de Ciências Tecnológicas e do Complexo Desportivo. Em 1997, um financiamento de 27,5 milhões de reais do Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior, destinou 13,5 milhões ao prédio da nova Biblioteca. A criação do Polo de Informática em São Leopoldo foi o destaque do ano de 1998. Em 1999, foi criado, dentro do Polo de Informática, a Unidade de Desenvolvimento Tecnológico (Unitec). Neste mesmo ano foi implementado o Complexo de Teledifusão e Tecnologia Educacional, com destaque para a criação da TV Unisinos e do Programa Gênesis.

Década de 2000 - Em 2000, foi consolidada a operação da Linha Circular, entre a Estação Unisinos e o campus. No ano seguinte, a universidade recebeu a concessão, pela Capes, da nota 5 para os programas *stricto sensu* em Ciências da Comunicação e Jurídicas, e em 2002, os Programas de pós-graduação foram plenamente aprovados pela Capes. A criação da Diretoria de Ação Social e Filantropia e a ampliação no número de bolsas de estudos para alunos carentes, marcaram 2004. Neste mesmo ano, a Unisinos obteve a Certificação ISO 14001 de Gestão Ambiental, sendo a primeira universidade da América Latina, e a quinta no mundo, a receber a certificação.

Em 2005, o Pe. Marcelo Fernandes de Aquino é nomeado novo reitor da Unisinos. Neste mesmo ano, iniciou-se o funcionamento do Portal Minha Unisinos. No ano seguinte, a universidade foi escolhida pela maior empresa de software de gestão empresarial no mundo, a alemã SAP, para sediar sua primeira filial no Sul do país, e a Escola de Design Unisinos é fundada em Porto Alegre. Em 2007, as publicações Enciclopédia do Design e Aparados da Serra – a obra e a vida do Pe Balduino Rambo, foram destaques. No mesmo ano é inaugurado o Laboratório de Fisioterapia. O ano de 2008 trouxe o reconhecimento do MEC, como a melhor universidade particular da Região Sul do país. No ranking dos melhores MBAs do Brasil, a Unisinos foi a única universidade da Região Sul que obteve destaque. A exposição Vida e Obra do Pe. Balduino Rambo é inaugurada no Aeroporto Internacional Salgado Filho, marcando as comemorações do aniversário da instituição. O lançamento da Revista Magis e a nova versão do J.U Online renovam a comunicação institucional. Em 2009, ano de seu aniversário de 40 anos, novamente a universidade recebe o reconhecimento do MEC como melhor universidade da Região Sul.

Figura 9 - Universidade do Vale do Rio dos Sinos



Figura 10 - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

